



## Memórias de lutas antifascistas no ano de 1954

Um ano fértil  
em grandes lutas  
dos trabalhadores  
do Alentejo

Centrais

### PCP interpela Governo

#### Serviços de qualidade

Os serviços públicos estão hoje em debate na AR. Para o PCP, de quem partiu a iniciativa de interpelar o Governo, a situação exige uma alteração profunda na política de prestação destes serviços.

Pág. 12

### Médio Oriente

#### A ferro e fogo

Enquanto Israel bombardeia Gaza com mísseis e a Liga Árabe suspende os contactos políticos com Telavive, os Estados Unidos dizem que nada podem fazer para pôr fim à violência.

Pág. 23

### União Europeia

#### Quem paga o alargamento?

O PCP considera «inaceitável» que «sejam os países de menor desenvolvimento a pagar os custos do alargamento». E que o Governo português deve condicioná-lo à manutenção do nível de fundos estruturais e de coesão após 2006.

Pág. 21



Carvalhas no comício evocativo de Catarina Eufémia

## CDU vai à frente

«Como é reconhecido por várias camadas da população dos mais diversos quadrantes políticos, a CDU vai à frente em relação aos principais domínios da intervenção autárquica», afirmou o Secretário-geral do PCP que, lembrando o exemplo de Catarina, fez em Baleizão um discurso voltado para o futuro.

Págs. 5 e 6

**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

PROPRIEDADE  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matricula: 47058.  
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93

E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

Director  
José Casanova

Chefe de Redacção  
Leandro Martins

Chefe Adjunto  
Anabela Fino

Redactores  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lígia Calapez  
Margarida Folque

Grafismo  
José Araújo

Fotografia  
Jorge Caria  
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS\*  
(IVA e portes incluídos)

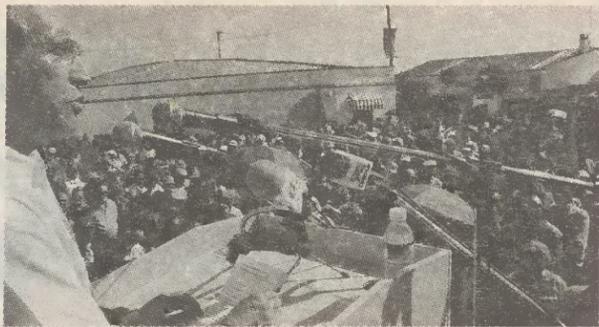
PORTUGAL  
(Continente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
25 números: 4 600\$00

EUROPA  
50 números: 23 000\$00

EXTRA-EUROPA  
50 números: 33 000\$00

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



Homenagem a Catarina Eufémia

## Resumo

### 16 Quarta-feira

Delegados da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública manifestam-se junto à residência oficial do primeiro-ministro para exigir aumentos salariais • O Inspector Geral do Trabalho, Inácio Mota da Silva, defende na Assembleia da República a aplicação de penalizações às empresas a título de indemnização aos trabalhadores alvo de violência nos locais de trabalho • O secretário de Estado Adjunto dos Transportes reconhece que algumas composições ferroviárias e a própria linha do Ramal da Lousã não se encontram nas melhores condições, dando razão aos protestos dos utentes • O governo da Federação Muçulmano-Croata da Bósnia chega a acordo com os comandantes das tropas croatas amotinadas, pondo fim a dois meses de revolta no país • Um avião com 37 homens a bordo, explode quando sobrevoava o Sul da Turquia.

### 17 Quinta-feira

A comunidade educativa da Escola Secundária Romeu Correia, no Feijó, sai à rua em marcha lenta até Almada, protestando contra as más condições do estabelecimento de ensino • As organizações que integram o «Movimento Cota 139» apontam falhas ao empreendimento da barragem do Alqueva e ameaçam interpor uma acção em tribunal contra o Estado português • Fidel Castro faz uma escala técnica em Lisboa, que aproveita para se reunir com o Primeiro-Ministro e jantar com o Presidente da República • O Conselho de Segurança das Nações Unidas reúne-se de emergência para examinar a situação no Médio Oriente.

### 18 Sexta-feira

O Boavista sagra-se campeão nacional da I Liga Portuguesa, ao vencer o Aves por 3-0 • Os alunos da EB 2,3 Egas Moniz, em Guimarães, fazem greve às aulas como protesto contra a «falta de funcionários» naquele estabelecimento de ensino • O Comité Internacional da Cruz Vermelha afirma que a construção de colonatos israelitas nos territórios palestinos ocupados constitui um «crime de guerra» • Dezenas de milhar de trabalhadores do sector metalúrgico saem às ruas em Itália para exigir melhores salários e condições de trabalho • O ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Igor Ivanov, chega a Washington para dois dias de conversações sobre o sistema de defesa antimísseis que os EUA querem construir.

### 19 Sábado

A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos aprova em congresso uma greve no sector dos pesados

de passageiros para os dias 7 e 8 de Junho • A presidência sueca da União Europeia manifesta-se consternada com a escalada da violência no Médio Oriente, repartindo responsabilidades entre israelitas e palestinianos • Arranca a campanha eleitoral para as presidenciais iranianas, marcadas para o próximo dia 8 de Junho • O vice-primeiro-ministro da Sérvia, Nebojsa Covic, propõe a criação de duas entidades, uma sérvia e outra albanesa, no Kosovo.

### 20 Domingo

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, defende em Baleiaço o aumento das pensões dos reformados e dos níveis salariais • O movimento da JCP «Jovens sem casa, Cidade sem futuro» pretende ver postas em prática as propostas que apresentou à secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho • Tanques israelitas atingem com três mísseis a residência do chefe da segurança palestina, Jibril Rajoub, que a Autoridade Palestiniana denuncia como «tentativa de assassínio» • Os eleitores da Mongólia vão às urnas para escolher o próximo chefe de Estado • D. Ximenes Belo admite a possibilidade de uma guerra civil em Timor-Leste e mostra-se apreensivo no processo democrático timorense.

### 21 Segunda-feira

A população da zona envolvente do aterro sanitário do Oeste manifesta-se contra a construção da unidade e reclama ser ouvida pelo Primeiro-Ministro • O economista Alejandro Toledo vence a primeira volta das eleições presidenciais peruanas, com 36,51 por cento dos votos • O gabinete do Presidente indonésio reúne-se de emergência para analisar as recomendações de uma equipa ministerial para resolver a crise política no país • O prémio mais importante de Ciência e Literatura do Brasil é atribuído ao sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, director do centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

### 22 Terça-feira

A Alta Autoridade para a Comunicação Social instaura processos contra a SIC e contra a TVI, por violações à Lei da Televisão, a propósito dos chamados «reality shows» • O ministro Ferro Rodrigues, chamado pelo PCP à Comissão Parlamentar de Economia para informar sobre a situação da TAP, não assegura que o Estado mantenha 51% do capital da empresa • Ariel Sharon mostra-se disposto a parar a escalada de violência, colocando entretanto a condição de serem os palestinianos os primeiros a aceitar um cessar-fogo • O ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio ameaça com «um banho de sangue» no país se o presidente Wahid for impugnado pelo parlamento.

## Aconteceu

### Palma de Ouro para Nanni Moretti

O realizador italiano Nanni Moretti recebeu a Palma de Ouro da 54.ª edição do Festival de Cinema de Cannes, máximo galardão do certame, pela sua película «O quarto do filho» (*La Stanza del Figlio*). O Grande Prémio do Júri foi atribuído ao filme «A pianista», do austríaco Michael Haneke.

No filme premiado, o realizador italiano faz uma magistral reflexão sobre o amor, a dor e a morte.

Todos os canais da televisão italiana realçaram o facto de ser esta a primeira vez em 23 anos que um cineasta italiano recebe a Palma de Ouro. O último italiano a receber o galardão foi Ermanno Olmi com o filme «A árvore dos tamanhos», em 1978.

Na Itália, os operadores cinematográficos revelaram que o filme premiado de Moretti provocou um aumento de facturação de 17 para 22 por cento na última época cinéfila.



### Rosa Luxemburg no ISCTE

No quadro do ciclo «Política e História no Cinema», realiza-se na tarde de sexta-feira, no auditório do ISCTE, em Lisboa, uma sessão pública com projecção de «Rosa Luxemburg», um

filme de Margarethe von Trotta, seguida de debate conduzido por Ana Nunes de Almeida e João Arsénio Nunes.

O filme, legendado em inglês, é inédito em Portugal.

### MDM contra programas televisivos

O Movimento Democrático de Mulheres - MDM pediu, com carácter de urgência, uma reunião com a Alta Autoridade para a Comunicação Social e com o ministro da tutela, no sentido de exigir a suspensão de programas como «Bar da TV», «Mulheres não entram» e «Big Brother» e a proibição de todos os de idêntico teor. Em comunicado

de imprensa divulgado esta semana, o MDM denuncia «o baixo nível a que se chegou em termos de programação das televisões, nomeadamente da SIC e TVI, que em busca do máximo lucro possibilitado pelos níveis de audiência, promovem e divulgam uma anticultura aviltante para a imagem e dignidade da mulher e do homem».

## Boavista campeão

O Boavista sagrou-se pela primeira vez campeão nacional de futebol, na sua história quase centenária (1903), ao derrotar no Estádio do Bessa o Desportivo das Aves por 3-0, em encontro antecipado da 33.ª e penúltima jornada da prova.

Na noite da vitória, a Avenida da Boavista, no Porto, coloriu-se de preto e branco ainda o encontro entre a formação «axadrezada» e o Desportivo das Aves se encontrava a decorrer.

No ano em que o Porto é a Capital Europeia da Cultura, o Boavista assinala o seu primeiro título, acompanhado de obra feita no seu remodelado estádio, e num campeonato em que é secundado pelo rival FC do Porto.

A formação do Boavista somou quatro pontos de vantagem sobre o FC Porto, segundo classificado, vantagem suficiente para comemorar o título na derradeira jornada, frente ao FC do Porto, no Estádio das Antas.



### Correr com o racismo

Muitas centenas de pessoas participaram, na manhã de sábado, em Lisboa e no Porto, na iniciativa «Correr com o racismo».

Promovida pela Interjovem/CGTP-IN, esta é a sua sétima edição em Lisboa.

No Porto, onde se realizou pela primeira vez, a cor-

rida realizou-se entre a Avenida da Liberdade e o edifício da Câmara Municipal de Gaia, passando pela ponte D. Lúfs. Participaram quase uma centena de pessoas, num ambiente alegre e afirmativo contra todas as formas de discriminação, quer racial quer

social, pela igualdade e a tolerância. Na sua intervenção, Paulo Valente, da Interjovem, salientou a importância da iniciativa e denunciou, como racista, a atitude assumida pela Câmara do Porto, que não apenas deixou pendente o seu apoio como tentou mesmo proibi-la.

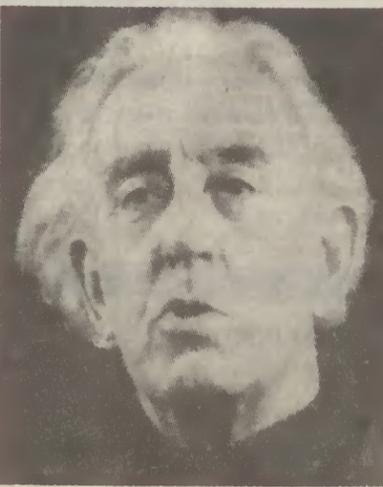
### José Gomes Ferreira: o centenário do poeta

No ano do centenário do nascimento de José Gomes Ferreira, a videoteca da Câmara Municipal de Lisboa e o Departamento de Arquivo e Docu-

mentação da RTP apresentam o documentário biográfico «José Gomes Ferreira - um homem do tamanho do século», que se integra nas celebrações que a Câmara de Lisboa tem vindo a promover.

A iniciativa, agora anunciada, terá lugar no Fórum Lisboa, dia 8 de Junho, pelas 22 horas. A entrada é livre.

Uma produção da Videoteca Municipal, que conta com o patrocínio do Instituto Camões e o apoio do Teatro da Comuna.



## Crónica Internacional

• Jorge Cadima

### Onde estão?

A carnificina dos últimos dias no Médio Oriente não deixa margem para dúvidas. O governo de Israel está apostado em eliminar pela força o “problema palestino”. Da repressão indiscriminada contra manifestantes, armados apenas com pedras, que provocou centenas de mortos e milhares de feridos desde Setembro passado, Israel passou para uma guerra aberta onde são usados aviões de combate F-16, helicópteros Apache, blindados, e, segundo denúncia recente de Arafat, armas de urânio empobrecido. Israel está a proceder ao assassinato selectivo de dirigentes da resistência palestina. Bombardeia sistematicamente os territórios palestinos. Generaliza a demolição de casas de palestinos. Mantém centenas de milhar de pessoas encerradas à força em suas casas durante longos períodos. E mantém durante meses um povo inteiro encurralado em pequenas zonas, de onde são impedidos de sair para ir trabalhar, para ir ao hospital, a escolas, ou a simples visitas a familiares e amigos. Israel não se limita a atacar no interior das suas fronteiras (mesmo as fronteiras que foram traçadas pelas suas anteriores guerras de agressão, e que são ilegais à luz das Resoluções da ONU), como demonstra o recente ataque nas proximidades da capital do Líbano.

Nada disto é uma novidade. É a política seguida pelos governantes israelitas (abertamente de direita, ou “trabalhistas” da Internacional Socialista) ao longo do mais de meio século de existência do Estado de Israel. Israel sempre desrespeitou as Resoluções da ONU, a legalidade internacional, os próprios “acórdos de Paz” que assinou nos últimos anos. Israel é o exemplo perfeito de um *rogue State* [Estado marginal]. O actual Primeiro-Ministro, Ariel Sharon, é um criminoso de guerra, responsável por numerosas atrocidades. Foi o máximo responsável militar pela

invasão do Líbano de 1982, da qual resultaram cerca de 20 000 mortos civis, incluindo as largas centenas de refugiados palestinos degolados nos campos de Sabra e Chátila.

Mas é inevitável a pergunta: onde estão agora todos aqueles que há dois anos atrás clamavam (e bombardeavam...) por “razões humanitárias”? Onde estão os que diziam que no mundo de hoje a “defesa dos direitos humanos” era mais importante que a soberania dos estados? Onde estão os que falavam em “direito de ingerência”? Onde estão os “defensores dos povos oprimidos”? Onde está António Guterres, que dizia ser preciso bombardear porque “a História foi madastra para os antigos Ilírios”? Onde estão a União Europeia, o MNE alemão Josef Fischer, os sempre sorridentes (enquanto mandavam matar) Anthony Blair e Javier Solana? O silêncio é ensurdecedor. Não há declarações indignadas, proclamações altissonantes, tomadas de posição intransigentes, ameaças de sanções ou boicotes. Não há extensas coberturas na comunicação social, presenças diárias de credenciados especialistas. As notícias da escalada agressiva de Israel são uma “rotina”, os destaques vão para o futebol ou os espeleólogos sufços presos numa caverna.

Por detrás do silêncio não há nem vergonha nem impotência. Há conivência. Há uma luz verde para Israel avançar. Apenas com a esperança de que “resolvam o problema” depressa, antes que se torne politicamente difícil continuar coniventes. No caso dos eternos amigos americanos, há apoio explícito, em termos militares, financeiros, políticos e económicos. Apoio que já se traduziu no veto dos EUA a resoluções do Conselho de Segurança da ONU pedindo apenas o envio de uma missão de observadores para o terreno, a fim de fiscalizar os acontecimentos.

Os acontecimentos no Médio Oriente são mais uma confirmação de que as agressões balcánicas não se deviam a preocupações humanitárias. Aqueles que alimentaram e deram cobertura àquela agressão apenas reforçaram os sectores mais militaristas e belicistas do imperialismo. Mas a coragem extraordinária do povo palestino, que perante a máquina de morte e destruição israelita sai diariamente para as ruas, arriscando a vida mas não baixando os braços, confirma também que a luta e a resistência dos povos são o factor decisivo para mudar o rumo dos acontecimentos. É urgente e necessária a solidariedade com o povo Palestino em luta pelos seus direitos.

**Ariel Sharon é um criminoso de guerra**



## Editorial

### VALE TUDO

Estamos perante uma situação grave em matéria de utilização do aparelho de Estado na caça ao voto: a democraticidade de um acto eleitoral talvez jamais tenha sido tão ostensivamente desprezada e ferida. O Governo do engenheiro Guterres, desesperado face ao crescente e, porventura, irreversível descrédito que o atinge, coloca todos os recursos disponíveis ao serviço dos objectivos eleitorais do seu partido. Pessoas nomeadas para lugares propícios à caça ao voto passam de imediato a candidatos autárquicos do PS; governadores civis já anunciados como candidatos continuam a exercer o cargo e a utilizá-lo eleitoralmente; membros do Governo e governadores civis distribuem cheques a instituições várias, comprando votos para o PS com o dinheiro que é de todos nós; inquéritos e inspecções a câmaras municipais são instrumentalizados, definindo como alvo preferencial as autarquias de maioria CDU e como beneficiário único as de maioria PS; membros do Governo, enquanto tal, participam activamente em iniciativas eleitorais – eis alguns dos múltiplos caminhos seguidos pela intervenção eleitoral do Governo do PS que, assim,

“O Governo do PS adoptou o vale tudo como princípio e o despudor como regra”

adopta o vale tudo como princípio e o despudor como regra. E se tivermos em conta que tudo isto se passa a sete meses das eleições, é bem possível que ainda agora a procissão vá no adro.

Há dias, o Governo enviou a Salvaterra de Magos, em campanha eleitoral, dois ministros (Ferro Rodrigues e Paulo Pedroso) e três secretários de Estado. Nessa qualidade foram anunciados, nessa qualidade ocuparam lugares na «mesa de honra» e nessa qualidade intervieram no acto público de apresentação de candidatos do partido do Governo a vários órgãos autárquicos do Concelho. Recorde-se que Paulo Pedroso, ministro da Solidariedade e Segurança Social, é o mesmo que, há uns meses, numa reunião em Évora, julgando que todos os presentes eram militantes do PS – e, portanto, «podemos falar claro, camaradas»... – explicou como se poderiam utilizar os programas ocupacionais de emprego de modo a influenciar o eleitorado a votar nas listas do PS.

Mais grave é, no entanto, o que se passou há cerca de um mês em Vila Franca de Xira. Neste caso, o protagonista maior da operação eleitoralista foi o detentor do segundo mais alto cargo institucional do País. Tratava-se da «Festa da Flor», uma iniciativa da Câmara local e de instituições de idosos do Concelho, e o convidado de honra foi Almeida Santos –

que é, no plano partidário, destacado dirigente do PS e, no plano institucional, Presidente da Assembleia da República. E foi nesta dupla qualidade que interveio na referida Festa. Esquecendo as suas funções institucionais, aproveitou para fazer o elogio do PS e dos seus autarcas em geral e dos de Vila Franca de Xira em particular. É o vale tudo à solta, sem margens nem fronteiras.

De critério pelo menos duvidoso – e, por isso, digno de registo – foi, igualmente, a deslocação do Presidente da República a Odivelas no Dia Internacional da Família. Odivelas é, como se sabe, um dos três novos municípios em fase de instalação e que, por razões que a razão e a democracia desconhecem e rejeitam, tem uma Comissão Instaladora presidida por um autarca do PS. Trata-se de um atropelo democrático, de um desrespeito pela vontade, expressa em votos, do eleitorado, dado que a CDU foi a força mais votada (para a Câmara de Loures) no conjunto das freguesias que compõem o novo concelho. Como era de prever, a presidência da dita Comissão Instaladora tem desempenhado, essencialmente, o papel de *instaladora* do PS no novo concelho, ou seja, de comissão eleitoral com os olhos fixos nas autárquicas.

Nestas circunstâncias, não pode deixar de, legitimamente, se colocar a questão do porquê da escolha – *cirúrgica*, dir-se-ia – de Odivelas para comemorar o Dia da Família. Acresce que, no decorrer da sessão pública efectuada, o PR, dirigindo-se ao presidente da CI, lhe chamou «senhor candidato», o que levou a que os autarcas da CDU e do PSD, muito justamente, abandonassem a sala em sinal de protesto – enquanto, segundo o *Jornal de Notícias*, a «assessora de Imprensa» do PR tentava «tapar a câmara da televisão com a mão»!

Não há justificação sustentável para a anulação, pelo PR, da candidatura seja de quem for – mas, de facto, foi disso que se tratou neste caso, como o próprio PR confirmou na explicação que procurou dar da sua atitude: «era uma forma de algumas pessoas que não são conhecidas serem identificadas!» E acrescentou: «Tento distanciar-me em relação às questões partidárias. Se as pessoas em causa (os autarcas da CDU e do PSD) se sentiram atingidas, peço desculpa.»

É positivo que o PR tente o distanciamento que refere, mas é necessário que tente mais e com mais força. É positivo que o PR peça desculpa, mas é necessário que acerte no destinatário: neste caso, as «atingidas» não foram «as pessoas»; foi a transparência – política, eleitoral, democrática, enfim.

Mesmo que a deslocação do PR a Odivelas não tenha o significado que evidencia, e ainda que as afirmações por ele produzidas não signifiquem o que pareceu, sobram os motivos para preocupações. E o que se espera do mais alto magistrado da Nação não são as idas a Odivelas mas sim que, no âmbito das suas competências, intervenha no sentido de pôr termo à utilização eleitoralista do aparelho de Estado por parte do Governo do PS, condição indispensável para garantir democraticidade às eleições autárquicas.

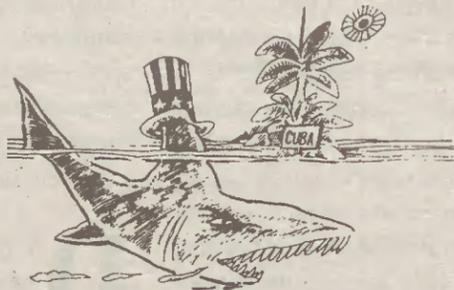
## Actual 70 000 pormenores

• José Casanova

A passagem de Fidel Castro por Lisboa perturbou visivelmente o chefe do PP. Menino bonito da generalidade dos órgãos de informação que, sabe-se bem porquê, o acompanham para tudo quanto é sítio e lhe difundem profusamente o discurso pré-25 de Abril e a salazarenta figura – Paulo Portas disparou assim: «Quando Augusto Pinochet viaja para a Europa, prendem-no. Quando o ditador Castro viaja para a Europa acolhem-no e até lhe dão de comer.» A afirmação não contém novidades: Portas limita-se a repetir o paleio de todos os seus gémeos sempre que se referem a Fidel – embora, anote-se, nem todos se atrevam a ir tão longe quanto ele foi na manifestação de solidariedade para com o fascista chileno. Mas Portas tem, de Pinochet, quase tantas saudades como as que tem de Salazar, saudades tão fortes e tão do fundo da alma quanto o são o ódio e a raiva que tem a Fidel Castro.

Instado a comentar os ódios e as raivas de Portas, o Presidente da República, Jorge Sampaio, defendeu-se aludindo ao facto de, aquando da sua deslocação a Cuba, ter tido contactos com opositores do regime cubano – assim

como quem diz: ele fala aqui em Lisboa, mas eu é que ousei falar com a oposição lá em Havana! A meu ver, escusava o PR de justificar o jantar que ofereceu a Fidel relembrando contactos que introduziram uma novidade nas regras diplomáticas e que apenas serviram para exibir o seu apego aos «direitos humanos» em vigor. Por isso, vem a propósito lembrar que, logo a seguir,



em Porto Seguro, no Brasil, Jorge Sampaio exibiu a outra face do seu apego aos ditos «direitos humanos»: assistindo ao vivo à violenta carga policial contra índios e elementos do Movimento dos Sem Terra que se manifestavam pacificamente em defesa dos seus direitos humanos, o PR não só manteve um

diplomático silêncio como, voltando às velhas regras diplomáticas, não marcou encontro com os agredidos.

Também o inevitável Vasco Pulido Valente resolveu aproveitar a breve estadia de Fidel em Lisboa para verter incontinentes ódios e bolsar trôpegos humores. Escreve a melancólica criatura, entre outros semelhantes dislates, que «Fidel Castro é responsável pelo assassinio de 70 000 pessoas, provocou a emigração de milhões de cubanos e reduziu à mais negra miséria o seu pobre país». Valente escriba este!: louve-se-lhe a coragem de pôr a nu tamanhas falta de tino e ausência de rigor.

E aproveite-se para lhe recordar (a ele e a quantos disso necessitarem) que, nos últimos 42 anos – tantos quantos tem a revolução cubana – Cuba é o único país do mundo onde nunca a polícia veio para a rua reprimir pessoas – e que este é apenas um dos 70 000 pormenores que distinguem a pátria de Fidel de qualquer outro país.

## O Echelon vai nu!

• Carlos Gonçalves

O Echelon, sistema planetário de escutas das potências anglófonas, é uma realidade omnipresente na interceptação global das telecomunicações, incluindo dos seus aliados e respectivos cidadãos.

E tal e qual o conto de Christian Andersen «O Rei vai nu!», também no caso do Echelon, só o «império», os Estados Unidos (USA) e o fidelíssimo Reino Unido (UK), negam a indesmentível realidade.

Há um quarto de século que se juntam provas do acordo secreto USA-UK que em 1947 criou a rede para interceptação das comunicações do bloco socialista, alargada depois à Austrália, Nova Zelândia e Canadá e globalizada.

Hoje acumulam-se documentos da Força Aérea dos USA e da própria Agência Nacional de Segurança (NSA), declarações de ex-quadros do Echelon, estudos e conclusões de entidades insuspeitas de hostilidade com os USA, como o relatório de 1998 do STOA (Assessoria Técnico-Científica) do Parlamento Europeu (PE) e a decisão deste órgão, de Junho de 2000, de criar a «comissão temporária sobre o sistema de interceptação Echelon».

Não são novidade os 100 mil agentes, os 120 satélites-espiões e a localização de muitas bases da NSA, os meios técnicos disponíveis, desde o avião EP3 interceptado em terri-

tório chinês, ao computador-dicionário que decifra 2 milhões de mensagens/hora, ou o controlo do software de comunicações e criptografia produzido pelas multinacionais de informática ou países terceiros, nem é novidade a espionagem económica e o benefício de milhares de milhões para as empresas dos USA.

E por isso, não são surpresa dois «casos» com que a Comissão do PE, presidida pelo deputado, do PSD, Carlos Coelho, foi confrontada.

O primeiro, em Fevereiro, tornou claro que o software de criptagem da União Europeia (UE) assenta numa base comum com a NATO e que certos testes à sua segurança foram feitos pela NSA. Isto é, ficou evidente o controlo das «comunicações secretas» da UE pelo Echelon.

O segundo, já em Maio, foi a recusa de última hora dos Departamentos de Estado e do Comércio dos USA, da CIA e da NSA, de receberem a Comissão, confirmando assim, implicitamente, não terem como contestar as acusações de espionagem ao Echelon, nem os preocupar a opinião da UE a esse respeito.

Esta afronta dos USA impõe que se retirem «conclusões políticas» Não «deplorando a atitude» dos «amigos americanos» como propõe Carlos Coelho, mas antes enfrentando com firmeza o Echelon e a arrogância imperial.



## O selo 34

• Anabela Fino

Longe vão os tempos em que em Portugal, na euforia do 25 de Abril de 1974, a proliferação de partidos e de todo o tipo de organizações levou a que praticamente só se falasse por siglas. De debutantes nestas coisas da política e da democracia, cedo nos transformámos em especialistas, com direito a língua própria que era um autêntico quebra-cabeças para os não iniciados, especialmente estrangeiros, que nos visitavam.

Mudaram-se os tempos, talvez nem tanto as vontades, e o facto é que do manancial das siglas de então poucas foram as que sobreviveram. Algumas, pelo contrário, ficaram na História, porque fizeram História. E essas, como todas as coisas importantes, não devem ser esquecidas, sobretudo por quem se arroga o direito de fixar para a posteridade o passado de um povo.

É bem verdade que ainda não há muito tempo se verificou, por experiências levadas a cabo por órgãos de comunicação social, que havia políticos que não sabiam que a PAC é a sigla de Política Agrícola Comum, e que muitos acreditavam que a PESC (Política Externa e a Segurança Comum) era qualquer coisa ligada à faina pesqueira. Mas o pecado da ignorância alheia não pode servir de desculpa à ignorância de instituições que se querem credíveis. Não se percebe, por isso, como é possível que numa recente iniciativa conjunta do Diário de Notícias e dos CTT se registre um erro tão grosseiro que corre o risco de ser considerado uma provocação.

O caso conta-se em poucas palavras: DN e CTT patrocinam a edição de selos e postais antigos. O selo 34 refere-se à Abertura

da Assembleia Constituinte, e o texto que o acompanha afirma a dada altura: «Apesar de todas as peripécias do PREC (Período Revolucionário Eventualmente Chocante)...» Período Revolucionário Eventualmente Chocante? Dá para ficar em estado de choque.

Errar é humano, mas há erros que são inadmissíveis. Conhecidas que são as raivas deixadas nalguns segmentos da sociedade pelo Período Revolucionário Em Curso (PREC), legítimo se torna pensar que não estamos apenas perante uma lamentável manifestação de ignorância, secundada por uma não menos deplorável incúria. Cair na tentativa de reescrever a História ou de procurar ridicularizar um processo que liquidou o fascismo em Portugal não é apenas chocante. É degradante de quem o faz. Com quem assim se diminui não valerá certamente a pena, no futuro, gastar um selo que seja, quanto mais um postal.



## Frases

“Se a SIC violou algum articulado da lei deve ser punida sem apelo nem agravo. Até agora, porém, só se conhece um apelo piedoso da Alta Autoridade e uma proposta de reflexão do ministro”

(António Ribeiro Ferreira, Diário de Notícias, 18.05.01)

“O País não precisa de mais leis nem de mais altas autoridades recheadas de coronéis da democracia (...) O País precisa, sim, de autoridades que não tenham medo de punir os que não cumprem as leis, sem olhar a nomes ou a dinheiro”

(idem, ibidem)

“Quando, em 1997, Tony Blair explicou que não era um socialista, pensei que estava a mentir. O que posso dizer hoje sobre ele é que, de facto, dizia a verdade”

(John Le Carré, escritor britânico, idem)

“[Tony Blair não fez] mais do que retomar a política de Thatcher, colocando em perigo os serviços públicos – saúde, educação e transportes (...) [aumentou] o fosso entre ricos e pobres, que agora parece irreversível (...) [e] entregou a democracia aos patrões”

(idem, ibidem)

“Israel desenvolveu um poderio militar que lhe tem permitido ganhar todas as guerras e poderá continuar a ganhá-las. Mas, por esse caminho, nunca ganhará a paz”

(Frei Bento Domingues, O.P., Público, 20.05.01)

“Ariel Sharon (...) ao aumentar a morte, o medo e as humilhações, fortalece a resistência palestina e agrava a insegurança de Israel. A cegueira belicista não o deixa ver que a única coisa que pode garantir a segurança de Israel é a amizade do povo palestino.”

(idem, ibidem)

“[Emídio] Rangel morreu às mãos de Ediberto [Lima], arrastando um dos mais interessantes projectos da democracia, a SIC que gente normal ajudou a construir. Hoje é um esgoto, onde se procura dinheiro. Rangel é passado, por muito que volte a ser triunfante.”

(Raul Vaz, Diário Económico, 19.05.01)

“Por muito que a multidão exija – como no circo romano – mais sangue, mais violência, mais “voyeurismo” e mais canalhice – há uma evidente e clara responsabilidade das televisões. Se elas próprias não assumem, alguém vai decidir por elas”

(Henrique Monteiro, Expresso, 19.05.01)



## Comício em Baleizão de homenagem a Catarina Eufémia

# Autarquias da CDU

# das melhores da Europa

«**O** trabalho dos eleitos comunistas e seus aliados no quadro da CDU nas autarquias do distrito de Beja é reconhecido a nível nacional e muitas vezes apontado como exemplo», afirmou Maria Manuel Ramos, da Direcção Regional de Beja do PCP e vereadora na Câmara Municipal de Beja, durante o comício realizado no passado domingo, 20, em Baleizão, de homenagem a Catarina Eufémia.

O comício, que contou com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e a presença de alguns milhares de militantes e simpatizantes do Partido, entre os quais se viam muitos eleitos autárquicos, foi o culminar da homenagem do PCP a Catarina Eufémia, na passagem do 47.º aniversário do assassinato da trabalhadora rural de Baleizão. Antes, realizou-se uma romagem à campa de Catarina Eufémia, no cemitério local, a inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em Baleizão e uma visita a uma exposição sobre os 80 anos de vida e luta do Partido.

Na sua intervenção, Maria Manuel Ramos salientou que as elevadas taxas de cobertura em sistemas de saneamento básico (água, esgotos e lixo) das autarquias CDU são das mais altas da Europa comunitária e que, por exemplo,

no concelho de Beja, «a superfície desportiva útil é superior aos valores recomendados pela UE e pela própria UNESCO».

Por outro lado, a eleita frisou o «contraste da presença e da acção transformadora do Poder Local Democrático com a atitude de abandono e desinteresse manifestada pelo Poder Central no Alentejo». Maria Manuel começou por recordar o facto de «serviços e direcções regionais que estavam sediados em Beja terem daqui sido retirados para outras cidades do Sul do País e não terem sido repostos pelo actual Governo, apesar das promessas demagógicas feitas pelo PS para consumo local».

Depois de salientar o «abandono» das estradas do distrito, nomeadamente o IP2, o IP 8 e o IC 27, a eleita recordou que «as Minas de Aljustrel conti-

nuam fechadas» e, quanto ao aproveitamento para fins civis da Base Aérea de Beja, «é nítida a falta de empenhamento do Governo na concretização deste importante projecto de desenvolvimento regional». Por último, aquela dirigente comunista disse que «é preciso garantir que Alqueva seja um factor de desenvolvimento para a região».

Além de Maria Manuel Ramos, e antes de Carlos Carvalhas encerrar o comício, usaram também da palavra Sérgio Ribeiro, membro da Comissão de Freguesia de Baleizão do PCP, e Cláudia Almeida, da Juventude Comunista Portuguesa.

Carlos Carvalhas, no seu discurso (ver em separado), falou do papel da CDU nas autarquias, do Alqueva e da sua importância para a região, da política de direita do PS e da hipocrisia do PSD e do PP, terminando com as propostas do PCP para uma política de esquerda.

## Carlos Carvalhas em Baleizão Por uma viragem à esquerda

Ao homenagearmos Catarina Eufémia estamos a homenagear todos os trabalhadoras e trabalhadores alentejanos, todos aqueles e aquelas que lutaram pela liberdade, pela justiça social, pela democratização do acesso à terra, pela reforma agrária, pelo bem-estar do povo.

Esses homens e mulheres lançaram as pontes do futuro. E quando afirmamos isto não estamos com nenhuma postura passadista nem revivista.

A reconstrução do latifúndio, uma política de concentração da riqueza e de apoio aos grandes senhores da terra e da finança, tem tido a sua tradução na desertificação, no envelhecimento e no não aproveitamento das potencialidades da região.

E se a situação não atingiu níveis de maior gravidade isso fica a dever-se à importante acção do Poder Local na resposta a muitos e prementes problemas das populações.

A CDU honra-se da magnífica obra que tem realizado através do Poder Local, ultrapassando muitas vezes, por falta de resposta da Administração Central, o âmbito da sua intervenção específica.

A política do PCP e da CDU nas autarquias tem constituído, de facto, um importante factor de desenvolvimento local, de fixação da população, de preservação e valorização do Alentejo, da sua cultura e das suas gentes, dentro dos limites das possibilidades da sua intervenção. Como é reconhecido por várias camadas da população dos mais diversos quadrantes políticos, a CDU vai à frente em relação aos principais domínios de intervenção autárquica.

E numa altura em que os indicadores económicos mostram que se aproximam nuvens mais negras em consequência de uma política neoli-

beral, de uma política de direita, o reforço do PCP e da CDU nas autarquias é a maior garantia para as populações de que ali, com a CDU, encontrarão um «porto de abrigo», um porto seguro em defesa dos seus legítimos interesses.

Na verdade, quando o Governo procura mais uma vez passar a factura da sua errada política para os trabalhadores e os reformados, o reforço da CDU nas autarquias é a maior garantia para as populações de ali terem sempre uma voz amiga e uma força que estará consigo na luta comum por justas reivindicações.

Aqueles e aquelas que nos conhecem sabem que podem contar connosco, tanto nas horas boas como nas horas más, tanto nas pequenas como nas grandes lutas.

Depois o reforço do PCP e da CDU nas autarquias é também um importante impulso para uma viragem à esquerda na política nacional, e de grande significado numa altura em que se acelera o descrédito do Governo PS.

Por isso é da máxima importância que todos os camaradas e todos os amigos possam dar a sua contribuição para que em Dezembro a CDU tenha globalmente um bom resultado, que o mesmo é dizer um bom resultado para as populações, para os trabalhadores, para Portugal.

### Alqueva deve estar ao serviço do povo e do País

Hoje quando levantamos os problemas do interior do país e, especificamente, o problema do desenvolvimento integrado e sustentado do Alentejo, o Governo responde-nos com retórica e com promessas. E quando lhe perguntamos que futuro para o Alqueva a pergunta fica sem resposta concreta.



Comício em Baleizão de homenagem a Catarina Eufémia

# Por uma viragem à esquerda

O Alqueva é um grande investimento a que o país afectou importantes meios que podem e devem constituir um vector fundamental, nas suas diversas valias, para o desenvolvimento da região.

Não pode ser apenas um instrumento de valorização do património de meia dúzia.

O investimento público de mais de 350 milhões de contos exige opções claras e transparentes e exige coragem política para enfrentar os grandes interesses.

Este é um empreendimento de fins múltiplos. É preciso tirar, por exemplo, todo o partido da sua valia turística. Mas seria um erro que se permitisse que a valia turística e em particular a multiplicação dos campos de golfe, desvirtuassem os fins do empreendimento. São por isso inaceitáveis os atrasos na elaboração e aprovação dos Planos de Ordenamento, bem como a indefinição quanto ao futuro da nova fábrica da Portucel em Mourão, e o secretismo e indefinição em relação às opções sobre a valia agrícola.

A já conhecida venda de 10% da área a beneficiar pela irrigação, a empresários espanhóis da agro-indústria, mostra que o aproveitamento não vai por bons caminhos, evidenciando com toda a clareza que a questão não pode ser deixada exclusivamente à mão invisível do mercado ou à tributação das mais valias.

Se quisermos um desenvolvimento harmonioso, com a fixação da população, dos jovens agricultores, se quisermos a preservação e valorização da cultura alentejana, se quisermos evitar uma segunda «Almeria» então a política tem que ser outra e tem que se andar depressa.

Qual vai ser o novo ordenamento agrícola? Qual vai ser o preço da água? Que produções? Que escoamento?

Nós demos o nosso contributo para a reflexão e resposta sem preconceitos e sem tabus em relação ao aproveitamento do Alqueva, designadamente na vertente agrícola. É necessário democratizar o acesso à terra em relação à área a beneficiar pelo empreendimento do Alqueva e pelos outros empreendimentos hidro-agrícolas associados.

É urgente a constituição de um banco de terras. É necessário encarar de frente o problema da sua constituição e da sua distribuição.

Pela nossa parte não baixaremos os braços, para que o Alqueva esteja ao serviço dos alentejanos, da região e do país e não ao serviço das multinacionais da agro-indústria e de meia dúzia de grandes senhores da terra. A reserva estratégica de água; a garantia do abastecimento regular das populações; a irrigação de 110.000 hectares, transformando a agricultura de sequeiro em agricultura de regadio; a produção de energia e o aproveitamento de todas as potencialidades turísticas têm de estar ao serviço do país e do desenvolvimento da região.

## A quem serve a política do Governo PS

Aqueles que se iludiram com as promessas e com a retórica do PS vêem agora com mais cla-

reza a quem é que tem servido no essencial a sua política e qual tem sido na prática a tradução daquilo que o Governo chama «governar com grande consciência social».

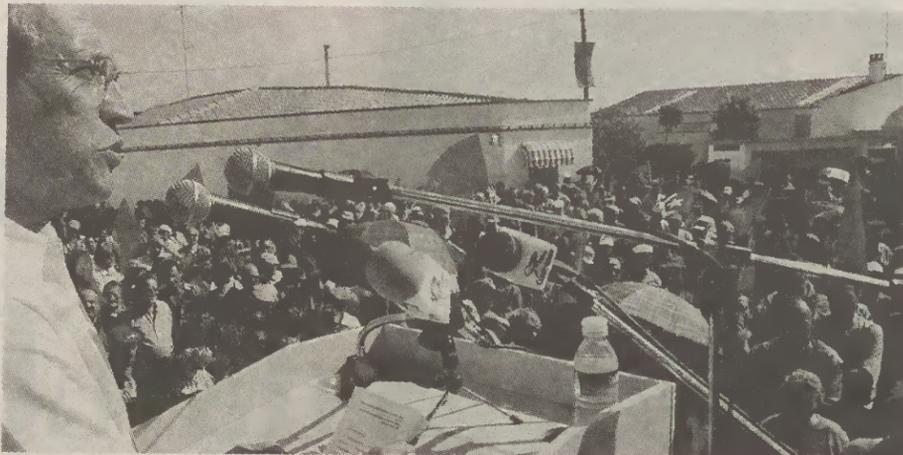
Os dados oficiais são concludentes. Com os governos do PS alargou-se o fosso entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres. Acentuaram-se as desigualdades e concentrou-se a riqueza.

Portugal é na União Europeia o país com o mais baixo salário mínimo, com os mais baixos salários médios, com as mais baixas reformas, mas com as mais altas taxas de lucro.

Quando se comparam os espantosos lucros da banca com as dificuldades de tantas e tantas pequenas empresas ou com a miséria de tantas reformas e pensões ou com os baixíssimos salá-

A posição destes dois partidos é também muito elucidativa. Nunca se pronunciaram por aumentos de salários. Nem agora nem nunca... o que só por si diz de que lado é que sempre estiveram. Pela nossa parte entendemos que o Governo deve assumir as suas responsabilidades e apresentar medidas de compensação que corrijam a sua evidente má-fé.

Em relação às reformas e pensões por exemplo, o Governo na altura fez grande alarido com um aumento de 4,5%, afirmando que os reformados em média iriam ter ganhos reais de pelo menos 2% (o que era uma fortuna!), quando hoje se vê com o nível de inflação actual e previsível a maioria desses aumentos já foram absorvidos.



Milhares de pessoas participaram na homenagem a Catarina Eufémia

rios de tantos trabalhadores, é chocante ver-se que é para estes que o Governo pretende passar a factura das dificuldades e das consequências negativas, para a economia e para o país, da sua política, com o apoio dos vários teólogos do neoliberalismo e da alta finança como é o caso do actual governador do Banco de Portugal, que nunca pediu «moderação» para os lucros.

Não seria, por isso, de espantar que tal como aconteceu com o Sr. Blair em Inglaterra, também aqui algumas dezenas de grandes empresários e banqueiros viessem publicamente manifestar o seu apoio ao Governo do Eng. António Guterres, congratulando-se com as benesses e as facilidades concedidas que lhes têm proporcionado lucros chorudos.

Na verdade é inaceitável que o Governo tenha avançado, por exemplo, com uma previsão da inflação, que sabia estar subestimada, para condicionar as negociações salariais aquando do debate do Orçamento, tal como na altura denunciámos e demonstrámos.

Mas é preciso também denunciar a postura seráfica do PSD e do PP que se insurgem agora pelo facto do Governo não estar a cumprir as metas de inflação a que se comprometeu, mas que se não tirarem as conclusões políticas que se impõem em relação aos salários e à política de rendimentos.

O PSD cala-se, e o PP hipocritamente diz que não pede a compensação dos salários porque logo a seguir haveria mais inflação que a absorveria. É a lavagem de mãos à Pilatos.

E como é sabido, as principais causas das bolsas de pobreza situam-se nos baixos salários de muitos trabalhadores e nas reformas de miséria de muitos reformados.

## Outra política significa outra política

Pela nossa parte, não deixaremos de insistir e lutar para que se faça justiça na repartição do Rendimento Nacional e para que os reformados pensionistas e idosos vejam a sua vida melhorada.

Do mesmo modo, numa região com uma elevada percentagem de população envelhecida é inaceitável o que se passa com a saúde, com as listas de espera, com os horários dos Centros de Saúde, com a falta de profissionais de saúde, com as dificuldades em obter consultas, com as acessibilidades da população aos cuidados de saúde.

Depois do Primeiro-Ministro ter manifestado as suas «paixões», primeiro, pela educação e depois pela saúde, é caso para dizer que melhor seria que nunca as tivesse manifestado...

Hoje é cada vez mais evidente para largar camadas da população de que o país precisa de uma outra política.

Que o país não pode continuar a fragilizar o seu aparelho produtivo, a entregar os seus recursos e empresas básicas e estratégicas ao estrangeiro, que não pode continuar a aumen-

tar o défice da Balança Comercial e o seu endividamento externo.

Mas outra política não significa a continuação desta com outros protagonistas ou governantes; não significa o regresso ao cavaquismo, que, no essencial, em relação às questões económicas e sociais foi continuado pelo PS.

Significa sim outra política, uma política efectivamente de esquerda, na etiqueta e no conteúdo.

O PS é hoje uma etiqueta, uma espécie de albergue espanhol, cujo governo tem uma prática de direita. E é por isso que o fracasso do Governo é muito mais do que o fracasso de um Primeiro-Ministro, de uma equipa governamental ou de tal ou tal ministro, mas sim o fracasso da política de direita ao serviço dos grandes interesses e dos interesses financeiros.

O fracasso é da política de direita, mas como quem está no governo tem a etiqueta PS, tanto o PP como o PSD engrossam a voz para dizer: «vejam a que está a conduzir a política de um governo de esquerda», quando na verdade deveriam dizer: «vejam a que está a conduzir a nossa política agora protagonizada pelos socialistas».

Reparem que, mesmo as críticas de Cavaco são, no essencial, críticas laterais, pois este tal como o PSD e o PP estão de acordo com as privatizações, com as continuadas benesses ao grande capital, com a política de baixos salários, etc., etc.

No fundo o que dizem é que com eles os grandes interesses ainda seriam melhor servidos. A gritaria entre o PS e o PSD resume-se, no fundo, na argumentação de quem é que é melhor gestor dos interesses do capital financeiro, de quem é que melhor engana as populações para que a acumulação dos grandes senhores se faça sem grandes perturbações sociais...

O País já pagou e sofreu de mais com as sucessivas alternâncias entre o PS e o PSD na realização de uma política semelhante nas questões mais essenciais e estruturantes.

A esperança e a perspectiva de resposta com êxito aos graves problemas do povo e do País só encontrarão concretização na luta por uma nova política, por uma política de esquerda e por uma alternativa de esquerda.

E para se abrir esse caminho é essencial um amplo desenvolvimento de lutas e movimentações sociais; de mobilização da opinião pública; de combate ao conformismo e à resignação; de combate à mistificação ideológica de que os partidos são todos iguais. E para isso é essencial o reforço da força organizada e da influência social, política e eleitoral do PCP, incluindo já nas próximas eleições autárquicas.

É necessário e urgente a ruptura com a política de direita e com a política de abdicação nacional.

Este Partido, com os seus oitenta anos de vida e de luta, que nunca virou costas às dificuldades, com os trabalhadores e com o povo, tudo fará para que Portugal e os portugueses venham a ter mais cedo do que tarde, uma nova política, uma política de esquerda nas atitudes e nos conteúdos, no discurso e na prática.

Aveiro

## Cresce insegurança laboral

O Sector de Empresas da Organização Regional de Aveiro do PCP está preocupado com a crescente insegurança dos trabalhadores, particularmente do distrito, resultante da desregulamentação e da precariedade das relações laborais e chama a atenção para a gravidade da situação das famílias que, confiantes no discurso do Governo, adquiriram habitação ou assumiram outras responsabilidades que agora têm dificuldades em cumprir.

É que, dizem os comunistas, para além dos apelos do Governo à contenção dos salários - já os mais baixos da Europa -, o encerramento diário de empresas deixa os trabalhadores sem quaisquer perspectivas, já que muitos deles são novos de mais para se reformar e outros velhos de mais para iniciar uma nova actividade.

O PCP tem, pois, na Assembleia da República para discussão um projecto de resolução, no sentido de impedir que as empresas

que recebem apoios do Estado possam, mais tarde, encerrar e ir embora, deixando os trabalhadores no desemprego. Por sua vez, a DORAV decidiu lançar uma acção de esclarecimento junto dos trabalhadores de que já resultou, na sexta-feira, um debate com a participação da eurodeputada Ilda Figueiredo, em S. João da Madeira, sobre a situação dos trabalhadores do Calçado.

Entretanto, no quadro das visitas efectuadas por depu-

tados do PCP a várias empresas e sectores do distrito foi já entregue pelo deputado Vicente Merendas, na mesa da Assembleia da República, um requerimento sobre a higiene e segurança no sector corticeiro e um outro sobre a empresa C & J Clark - Fábrica de Calçado, Lda.. Aliás, no seguimento de anteriores requerimentos do PCP sobre o sector corticeiro, verificou-se já uma certa intervenção por parte do IDICT.

## PS/Moita silencioso

A célula do PCP na Petrogal/Rosarinho aponta o caso da própria empresa, onde hoje laboram cerca de 50 trabalhadores, como exemplo da destruição que se está a perpetrar no aparelho produtivo do concelho da Moita e do distrito.

Diz a célula do PCP que o Conselho de Administração, a pretexto da «reestruturação» da empresa, procura encerrar a linha de produção na Rosarinho, através de um processo de «despedimentos encapotados», ou seja, de reformas antecipadas ou de rescisões por acordo mútuo,

que, em Julho, reduzirá para 29 o número de trabalhadores, contando para tanto, com o «consentimento e incentivo» do Governo PS.

Entretanto, as Organizações Representativas dos Trabalhadores têm procurado defender os direitos dos trabalhadores e assegurar a continuação da Petrogal/Rosarinho. No entanto, e apesar da luta, o Parque vai passar a funcionar apenas como reserva estratégica e, portanto, com menos trabalhadores, dizem os comunistas, denunciando o silêncio do PS/Moita relativamente à situação.

## LISBOA Solidariedade com o Couço

O sector de Serviços e Hotelaria da Organização Regional de Lisboa vai promover, no próximo dia 9 de Junho, uma excursão à freguesia do Couço, a cuja população vai prestar a solidariedade dos comunistas de Lisboa, em geral, e deste sector em particular.

O dia será preenchido com um almoço-convívio, a que se seguirá uma visita à freguesia e um debate político sobre a história da freguesia.

Para além da manifestação de fraternidade de que são portadores, estes camaradas visam, também, proceder a uma troca de experiências e conhecimentos entre as duas organizações.

Quem quiser inscrever-se nesta excursão - cujo preço é de 1200\$00 -, deverá fazê-lo, dirigindo-se ao CT Vitória ou através do telefone 213307000.

## FESTA DO AVANTE Convívio no domingo

É já no próximo sábado a jornada de confraternização dos construtores da Festa do Avante, ao longo destes 27 anos. Como já foi noticiado, desta iniciativa consta uma manhã desportiva e cultural, a que se seguirá um almoço e um convívio que, por fim, dará lugar a uma intervenção de carácter político.

## ABRANTES

### Repor médico de família

A Comissão Concelhia de Abrantes do PCP está solidária com a população de Alvega, Bemposta, Pego e Vale das Mós, neste momento, sem médico de família. Em tomada de posição pública, os comunistas exigem a rápida reposição do médico de família no Posto de Saúde daquela zona, atribuindo à política do Governo a situação de degradação que se está a viver ao nível da saúde. Degradação que, em sua opinião, é consequência do baixo investimento no SNS e da insistência na centralização da sua gestão, do processo de entrega à gestão privada de unidades de saúde e do não aproveitamento dos recursos materiais e humanos do SNS e que leva ao aumento, simultaneamente, do descontentamento tanto dos utentes como dos profissionais de saúde, à custa de cujo esforço e boa vontade se vai superando as situações. Para as populações - dizem -, esta política tem tradução no aumento das listas de espera, num atendimento cada vez mais deficiente e na falta de recursos humanos, como está a acontecer no concelho.

## CARTAXO

### Urge Nó de Acesso à A1

Por sua vez, a Comissão Concelhia do Cartaxo do PCP está solidária com o movimento para a construção do Nó de Acesso à A1, no concelho, já que se trata de uma obra que representa uma mais valia tanto para este, do ponto de vista económico, como para a população. Aliás, nos órgãos autárquicos onde está representado, o PCP tem assumido posições claras em defesa desta medida. Mas, para o PCP, independentemente de os órgãos autárquicos terem um papel determinante na resolução dos problemas das populações, a verdade é que «não substituem o dever e o direito» de os partidos políticos e de os cidadãos participarem na vida dos seus concelhos. Essa a razão por que, ao lado das populações e fazendo ouvir a sua voz sempre que necessário, apela à divulgação do abaixo-assinado - e recolha de 4 mil assinaturas -, que visa o recurso ao direito de Petição, no sentido de que o assunto seja agendado e discutido na Assembleia da República.

# Precariedade — vergonha nacional

«**T**rabalhadore do Século XXI, Direitos do Século XIX» foi o lema que serviu de mote para uma série de iniciativas realizadas pela JCP em vários pontos do País, viradas fundamentalmente para os trabalhadores e em particular para os jovens.



Paulo Raimundo  
Membro  
da Comissão  
Política

De facto, toda a evolução tecnológica e científica alcançada até aos dias de hoje, aplicada ao mundo do trabalho, deveria ser razão suficiente, se esta estivesse ao serviço dos trabalhadores e do povo, para permitir mais e melhor emprego, redução do horário de trabalho, maior distribuição da riqueza, melhores condições de vida para os trabalhadores. A realidade é, porém, escandalosamente diferente: mais de 20 % dos assalariados no nosso país são trabalhadores precários, com tendência a aumentar.

As situações de precariedade vão hoje dos contratos ao mês, à semana ou ao dia, até ao trabalho sem vínculo, ao falso trabalho independente, ao trabalho temporário e à peça, à proliferação das empresas de aluguer de mão-de-obra. A situação dos contratos a prazo é de tal forma grave que atravessa

precários, o desemprego aumenta e milhares de recém-licenciados para arranjar emprego têm, muitas vezes, de omitir as suas habilitações académicas.

### Os mais atingidos

Os jovens e as mulheres são os mais atingidos por esta realidade. São estes os mais discriminados no plano salarial e na procura do primeiro emprego, situação que o Governo se prepara para manter, apesar da justiça da proposta do PCP que visa acabar com a discriminação dos jovens à procura do primeiro emprego, actualmente obrigados a contratos a prazo.

Não é por acaso que é principalmente aos jovens que o Governo do PS destina as políticas da flexibilidade, da polivalência, da precariedade, do trabalho sem direitos. Estas políticas, tendo reflexos no imediato, visam, no fundamental, resultados a longo prazo, com a criação de uma geração sem direitos, uma geração mais flexível e polivalente, mais vulnerável à exploração do capital.

Também não é por acaso que esta orientação profundamente ideológica e de classe se destina às novas gerações de trabalhadores do pós-25 de Abril, jovens que não têm enraizados os direitos conquistados pela luta dos trabalhadores, que são confrontados com os problemas da habitação e do endividamento, com o facto de terem de trabalhar para poder pagar os seus estudos, com o desemprego, que não conhecem os seus direitos enquanto trabalhadores, sujeitando-se muitas

vezes a situações de extrema precariedade, a baixos salários, à intimidação e pressão do patronato para a não participação no movimento sindical e nas organizações dos trabalhadores, com receio de não renovarem os seus contratos ou de serem despedidos.

### Organizar a luta

É nesta realidade de extrema precarização do emprego, mas de forte concentração de mão-de-obra juvenil em grandes empresas do sector produtivo - como são, por exemplo, o sector automóvel, calçado, indústrias eléctricas, entre outras -, que temos de intervir, atendendo às particularidades e características dos jovens, com diferentes formas de estar na vida, aspirações e anseios próprios.

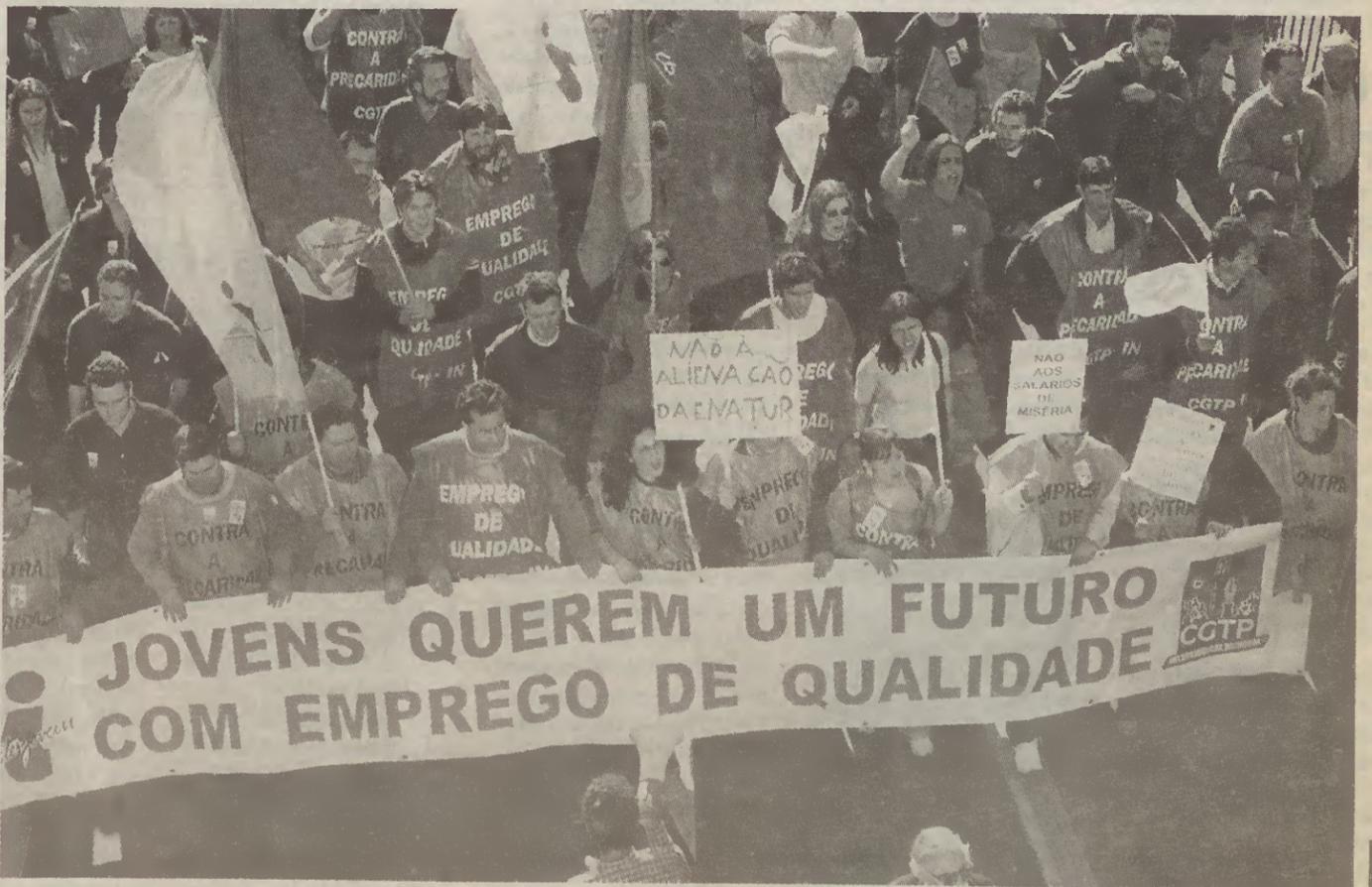
Apesar dos passos dados pelo Partido e pela JCP na acção específica dirigida a esta frente e de uma preocupação diferente do movimento sindical, com destaque para as acções desenvolvidas pela Interjovem, é necessário e possível ir mais longe. Aqui, assumem particular importância as decisões tomadas pelo Comité Central relativamente ao reforço do Partido nas empresas e locais de trabalho. Só com uma acção coordenada e articulada com a JCP, num trabalho difícil, persistente, de ida à empresa, para contacto com este ou aquele jovem, poderemos organizar e possibilitar a mais jovens trabalhadores a adesão ao seu Partido de classe, o Partido Comunista Português. O trabalho de responsabilização de jovens aos mais variados níveis, nos seus locais de trabalho, sem paternalismo e com confiança, é questão essencial para fazer com que os jovens trabalhadores assumam as suas responsabilidades no plano da organização e da dinamização da luta.

O Partido e a JCP assumem, por isso, a enorme responsabilidade de transformar aquela que, para o Governo do PS, é uma futura geração sem direitos, numa geração consciente, lutadora, com uma classe trabalhadora que através da luta saberá conquistar os seus direitos e futuro.

## “No País, mais de 20% dos assalariados são trabalhadores precários”

todos os sectores laborais, afectando milhares de jovens operários e atingindo, por exemplo, no comércio e hotelaria mais de 50% dos seus trabalhadores e no sector das telecomunicações 100 % da sua mão-de-obra.

Também aqui, o Governo do PS dá o exemplo ao capital, seu parceiro privilegiado, mantendo na função pública milhares de trabalhadores precários. Entretanto, funções de carácter permanente correspondem a vínculos





## Fidel Castro em Lisboa

De regresso a Cuba, após uma viagem a vários países da Ásia e da África, Fidel esteve em Lisboa onde passou algumas horas, acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Felipe Perez Roque.

Depois de um encontro com o Primeiro-Ministro português, os dirigentes cubanos jantaram com o Presidente Jorge Sampaio e o ministro Jaime Gama no Palácio de Belém.

Mais tarde, na Embaixada de Cuba, Fidel teve um encontro-convívio no qual participaram Carlos Carvalhas, secretá-

rio-geral do PCP, Albano Nunes, do Secretariado do CC, e Manuela Bernardino, do Comité Central e da Secção Internacional do Partido. Presentes, ainda, alguns outros amigos de Cuba, designadamente o Almirante Rosa Coutinho, a Presidente da Associação de Amizade Portugal-Cuba, Armanda Fonseca, e o General Vasco Gonçalves.

No decorrer deste encontro foi anunciado ao General Vasco Gonçalves que o Conselho de Estado de Cuba lhe outorgou a Condecoração Playa Giron.



## PCP recebe CGTP-IN

Uma delegação do PCP, dirigida pelo secretário-geral, Carlos Carvalhas, recebeu, na segunda-feira, uma delegação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional

(CGTP-IN), presidida pelo seu secretário-geral, Manuel Carvalho da Silva.

O encontro, que decorreu no CT da R. Soeiro Pereira Gomes, realizou-se por iniciativa da CGTP.

### ▼ CAMARADAS FALECIDOS

#### António Maria Fernandes

Faleceu, no passado dia 28 de Abril, vítima de doença prolongada, o camarada António Maria Fernandes, de 77 anos de idade. Estava organizado na freguesia da Parede, concelho de Cascais. Pertenceu aos Quadros Técnicos da Profabril. Foi um dos fundadores da Comissão de Moradores do Murtal, tendo feito parte de sucessivas direcções, assim como da Direcção do Grupo Desportivo Murtalense.

#### Isabel Maria Castanheira Rocha Prista

Faleceu, com 53 anos de idade, a camarada Isabel Maria Castanheira Rocha Prista, empregada de escritório. Militante do PCP desde 1974, desenvolveu actividade partidária na organização de Lisboa.

#### José Manuel Ganhão

Faleceu recentemente, com 67 anos de idade, o camarada José Manuel Ganhão, reformado da ex-Rodoviária Nacional e membro activo da Comissão de Freguesia da Apelação, concelho de Loures. O seu funeral, realizado no passado dia 19 de Maio, seguiu para Benavente, sua terra natal.

#### Norberto Moreira Ferreira

Faleceu o camarada Norberto Moreira Ferreira, natural do Porto mas residente em Lisboa, onde exercia actividade como gerente comercial. Militante do Partido desde 1974, durante o fascismo forneceu papel de bíblia para imprimir o «Avante!», apesar da apertada vigilância da Pide.



Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Encontro de ferroviários comunistas alerta para a possibilidade de novos ataques ao sector

## Dividir para alienar

Militantes do PCP, representantes de ORTs e de Associações de utentes, membros de autarquias e deputados da Assembleia da República discutiram, no sábado passado, no CT Vitória, em Lisboa, a situação actual do Sector Ferroviário, constituído pelas empresas resultantes do desmembramento da CP.

No Encontro Nacional do PCP «Por um Sector Público Ferroviário - Com os trabalhadores ao serviço dos utentes e do País», que teve a participação de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, foi prioritariamente discutida a necessidade de reforçar a função social do transporte ferroviário como transporte de massas e de mercadorias e a importância deste para o ordenamento equilibrado do território e para o desenvolvimento sustentado e sustentável da economia local e regional.

A questão da Alta Velocidade, esteve, contudo, presente em praticamente todas as intervenções, já que os comunistas rezeiam que, a pretexto de uma modernização do caminho-de-ferro - que eles próprios desejam -, se esteja a ensinar a destruição completa do sector ferroviário.

Num rápido olhar à política dos últimos anos, os participantes, sublinhando embora o facto de a diminuição da importância do caminho-de-ferro ter começado com os Governos PSD, concluíram ter sido com os governos do PS que o desmembramento da CP e a redução da rede (antes 3616 km, agora 2813) e dos trabalhadores (27 mil em 1976, 16 mil em 2000) atingiram maiores proporções, tendo o «golpe final» sido dado com a retirada à empresa de uma área vital para o seu funcionamento, a infraestrutura, e a criação da REFER.

Enquanto isto, aumentou a precariedade e o trabalho extraordinário, os salários degradaram-se, desenvolveu-se a linha de ataque aos direitos dos trabalhadores, intensificou-se a flexibilização e a polivalência.

### Impedir destruição do CF

Mas, não contente, o PS está já a trabalhar para alterar a organização das empresas, visando a entrega de algumas delas ao grande capital nacional e transnacional, e a gerência da CP fala já em transformar as unidades de negócio em empresas autónomas (com vista à sua privatização), sendo que é «voz corrente» a sua intenção de «descartar-se» de outras partes exploradas pela CP, de que é exemplo a integração

da linha ferroviária Porto-Póvoa no metro.

Esta foi, aliás, uma questão também muito discutida pelos ferroviários comunistas que consideram tal medida como um precedente para a entrega de outros ramais, nomeadamente o da Lousã, e apenas em respeito pelos dinheiros do erário público já gastos admitem a integração do percurso Senhora da Hora-Trindade na linha do metro, exigindo, contudo, a manutenção da linha Póvoa-Porto como linha da CP até à estação da Senhora da Hora e o eixo Senhora da Hora-Trofa.

Entretanto, é o interior do país aquele que mais sofre com a redução do serviço regional, considerou o Encontro, pois ao invés de se desenvolver agrava o seu isolamento. Mas o desmembramento da CP tem reflexos também nos

grandes centros urbanos, onde a redução da oferta, em especial nas horas de ponta e à noite, prejudica os utentes e as populações, favorecendo o transporte rodoviário dominado pelos privados.

Muitas foram as questões discutidas e muitas as que ficaram por aprofundar. Daí que vários participantes tenham colocado a necessidade de dar continuidade ao encontro que, para além de troca de experiências e opiniões, permite também uniformizar orientações.

Passava já da hora prevista para o encerramento dos trabalhos quando Jerónimo de Sousa interveio, abordando algumas das principais conclusões do Encontro - tornadas públicas em conferência de imprensa ontem realizada -, e situando o sector no panorama político nacional.



Os comunistas defendem a necessidade de reforçar a função social do transporte ferroviário

## Propostas estratégicas

O Encontro apontou algumas propostas estratégicas para um sistema de transportes públicos que responda às necessidades de mobilidade das populações e transporte de mercadorias e onde o caminho-de-ferro tenha um papel estruturante, contribuindo para o desenvolvimento económico e social local, regional e nacional. São elas:

- garantir o serviço público ferroviário, com elevada qualidade, capacidade, conforto e preços sociais;
- assumir o transporte ferroviário como de interesse estratégico e com uma fortíssima componente social, a qual representa cerca de 80% da produção de passageiros da CP;
- manter no sector público as empresas do sector ferroviário;

- assegurar a atribuição das indemnizações compensatórias adequadas ao serviço público que as empresas prestam, de modo a que a sua situação financeira seja equilibrada;

- ter em perspectiva que se deve reforçar as empresas, com o objectivo de se caminhar de novo para uma única empresa de caminhos-de-ferro, do sector público, com todas as suas componentes, com uma gestão eficaz, que garanta elevados níveis de qualidade de serviço e elevados padrões de segurança;

- dignificar as carreiras e aumentar os salários dos trabalhadores ferroviários, para fazer face ao custo de vida;

- melhorar a política social dos trabalhadores do sector ferroviário.

## Reúne 5.ª Assembleia de Gaia

Sob o lema «Mais força para intervir», reuniu, no sábado passado, no Auditório da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a 5.ª Assembleia de Organização Concelhia do PCP.

Com a presença de 120 militantes, a Assembleia analisou os problemas que afectam a população do concelho - hoje a enfrentar as dificuldades resultantes de «viver numa terra em que se deu um crescimento urbanístico anárquico sem a devida planificação e criação de infra-estruturas» e onde pesa, de forma violenta, a questão da deslocação casa/trabalho -, discutiu e aprovou as princi-

pais linhas para o reforço da organização e intervenção partidária no concelho.

As intervenções deram particular destaque às eleições autárquicas de Dezembro e à política autárquica da maioria PSD na Câmara e da maioria PS na Assembleia Municipal, realçando, por outro lado, a qualidade da intervenção dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal e nas freguesias.

No decurso dos trabalhos, a Assembleia apontou como grande objectivo eleitoral «a recuperação da presença institucional da CDU no Executivo Municipal», o que, como foi amplamente referido, cor-

responde «a uma gestão autárquica muito mais eficaz e transparente». Ou seja, um objectivo realista para o qual concorre a forte aposta feita na apresentação de Jorge Sarabando e Ilda Figueiredo como primeiros candidatos do concelho.

Por fim, a 5.ª Assembleia de Gaia elegeu a nova Comissão Concelhia, profundamente renovada e composta por 30 membros, dos quais 26% são mulheres e 23% jovens.

Os participantes aprovaram ainda uma moção no sentido de um cada vez maior empenhamento dos comunistas na promoção dos valores da paz e da solida-

riedade entre os povos (designadamente com o povo palestino), contra a corrida ao armamento e o projecto norte-americano de defesa no espaço, pela saída de Portugal da NATO.

Coube a Sérgio Teixeira, da Comissão Política, encerrar os trabalhos. Na sua intervenção, o dirigente comunista comentou os últimos desenvolvimentos da política nacional, incidindo a sua atenção sobre as consequências mais graves da política de direita do Governo PS, a chantagens da direita PSD/PS, a acção e a luta do PCP e dos trabalhadores por uma nova política.

Mais de setecentas pessoas na apresentação dos cabeças de lista em Almada

## Um salto no futuro

Com a presença de Carlos Carvalhas, Jorge Pires, da Comissão Política, e de vários membros da DORS, foram apresentados publicamente os primeiros candidatos da CDU aos órgãos municipais de Almada, Maria Emília de Sousa, para a Câmara, e José Manuel Maia, para a Assembleia.

Apresentados por Manuel Valente, do Comité Central e responsável pela organização concelhia de Almada, os candidatos da CDU tomaram a palavra num ambiente de entusiasmo. O primeiro orador, José Manuel Maia, actual presidente do órgão deliberativo municipal e ex-vice-presidente da Assembleia da República, afirmou que o projecto CDU «não é dos cabeças de lista, mas sim de muitos e muitos milhares de cidadãos», sejam eleitos dos

vários órgãos, trabalhadores das autarquias, colectividades ou outros, confessando-se orgulhoso pelo destaque que lhe foi dado, afirmando que é «homem formado por uma família, uma fábrica, uma comunidade e um colectivo partidário aos quais muito devo». O actual presidente da Assembleia Municipal notou que a CDU é diferente, «e para melhor», chamando a atenção para o facto dos eleitos da coligação recusarem benefícios, lembrando que os vinte cinco eleitos da CDU no órgão ao qual preside recebem uma senha de presença no valor de seis mil e quinhentos escudos que, multiplicando por quarenta reuniões, dá um valor de cerca de seis mil contos, «que foram entregues à associação de eleitos comunistas e à força partidária que a sustenta».

A candidata à Câmara Municipal, Maria Emília de Sousa, lembrou que a «CDU está de

parabéns, porque não precisou de anunciar os nomes dos candidatos para ter esta sala cheia». «E está de parabéns porque é uma força política de confiança, em que a população acredita.»

**O combate à «Manhatan» de Cacilhas é uma das grandes causas da década**

### No topo nacional

«Nós vivemos, num primeiro momento, cerca de década e meia, uma fase de construção do nosso concelho em que esteve na dianteira das nossas preocupações a infra-estrutura básica», disse, lembrando que se chegou a cem por cento no abastecimento de água e na rede principal de esgotos, e que se está neste momento a atingir os cem por cento na recolha e tratamento do lixo.

Também ao nível do planeamento, afirmou a presidente da Câmara, os índices são elevadíssimos. «Nós temos a maior história de Portugal ao nível do planeamento e ordenamento do território. Chegámos ao fim da década de oitenta com noventa e cinco por cento do nosso território coberto de planos parciais e de pormenor», lembrou. Maria Emília disse ainda que Almada concluiu a mesma década com um «Plano Director Municipal e o primeiro plano estratégico que foi concebido a nível nacional». «Nós temos moral para enfrentar quem quer denegrir o nosso trabalho.» Na década de noventa, resolveu os problemas mais importantes, o investimento foi feito, fundamentalmente, nas áreas do ambiente, do desporto, da cultura, lembrando a construção do Parque da Paz — o maior parque urbano existente no País —, de infra-estruturas desportivas capazes de acolher quer o desporto escolar e popular

quer grandes competições internacionais e os teatros e casas de juventude. Também a infância e as escolas primárias, novas competências autárquicas, têm sido, e continuarão a ser, segundo a candidata, prioridades, assim como o apoio à terceira idade.

Na iniciativa foi ainda apresentado o documento de presta-contas da CDU, com o título «Um salto no futuro», em que se dá conta do cumprimento integral do programa eleitoral apresentado à população em 1997.

## Os mais altos índices

Carlos Carvalhas aproveitou estar no distrito de Setúbal para comentar e desmentir as afirmações de Jorge Coelho que afirmou que «há autarquias onde os comunistas estão no poder há vinte anos e que, chegados ao século XXI, ainda não têm saneamento básico».

O secretário-geral do PCP, citando dados oficiais\*, estabeleceu uma comparação entre várias regiões. Os números falam por si:

<b>Saneamento de águas residuais / Tratamento</b> — por região	
Alentejo — 72%	Norte — 43%
<b>Saneamento de águas residuais / Drenagem</b> — por região	
Alentejo — 84%	Centro — 59%
<b>Drenagem de águas residuais</b> — por concelho	
Beja (CDU) — 100%	Guimarães (PS) — 50%
Avis (CDU) — 95%	Arouca (PS) — 20%
Grândola (CDU) — 86%	Figueiró dos Vinhos (PS) — 40%
<b>Tratamento de águas residuais</b> — por concelho	
Évora (CDU) — 80%	Viana do Castelo (PS) — 40%

\*Dados oficiais inscritos no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) do Ministério do Ambiente (2000).

## Sobral de Monte Agraço Provas dadas na resolução dos problemas

No passado sábado, e com a presença do secretário-geral do PCP, foi apresentado o cabeça de lista à Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, o actual presidente António Bogalho, bem como Júlio Rodrigues como candidato à Assembleia Municipal. Apresentado por Jorge Humberto, do Comité Central do PCP, o candidato afirmou que vai às eleições de Dezembro «com a confiança de quem tem um trabalho e uma obra realizada, provas dadas na resolução dos problemas, na elevação da qualidade de vida das nossas populações, no progresso e desenvolvimento das nossas freguesias e do nosso concelho».

Considerando que a degradação dos salários e condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias constitui um entrave à gestão autárquica que se quer rápida e eficaz, António Bogalho promete continuar a «elevar a voz junto dos eleitos na Assembleia da República

no sentido da valorização do estatuto remuneratório e profissional dos trabalhadores das autarquias, nossos principais parceiros nos resultados a alcançar nos objectivos a que nos propomos».

O candidato lembrou que a visita do Presidente da República ao concelho se deve à existência de obra realizada, que os concelhos vizinhos não possuem, como a ETAR da sede do concelho e as outras, mais pequenas, existentes, a par das vias de distribuição de água, a cem por cento, a Central de Camionagem, o novo Mercado Municipal. O candidato destacou ainda que outra visita poderia ser feita, pois há mais obra, como por exemplo as novas Piscinas Municipais e as novas Bibliotecas Municipais, ambas em construção.

Tudo isto não falando de obras, muito importantes, da competência do Poder Central que não avançam, embora contem com terrenos cedidos pela autarquia há vários anos.



António Bogalho

Entre estas obras conta-se o novo Centro de Saúde, o Quartel da GNR, a nova Escola do Ensino Básico ou o Quartel dos Bombeiros.

António Bogalho afirmou ainda que o estilo de gestão da CDU no concelho será pautado pelo «contacto com as populações como elemento de participação das mesmas na discussão, nos processos de decisão e no envolvimento na concretização dos seus, nossos objectivos».



Maria Emília de Sousa

## Setúbal Mais apoios

Teve lugar no passado sábado, 19 de Maio, um novo almoço de apoio à candidatura da CDU à Câmara Municipal de Setúbal. Nesta iniciativa estiveram presentes cerca de cento e vinte pessoas, de entre as quais se destacavam, para além dos candidatos Carlos de Sousa e Odete Santos, Luís Custódio, presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.

Na sua intervenção, Odete Santos deu especial importância à participação das populações e ao seu envolvimento na discussão dos problemas e dos projectos do e para o concelho e em todos os processos de decisão. Lembrando momentos em que a participação dos setubalenses foi determinante para as decisões tomadas, definiu que esta será a forma de trabalhar da gestão CDU.

Carlos de Sousa começou por referir a importância dos inúmeros contactos desenvolvidos até ao momento pela CDU com instituições, entidades e com a população do concelho, assim como as imensas manifestações de apoio à candidatura, que surgem das mais variadas áreas do espectro político e partidário.

Outra questão central da sua intervenção foi a necessidade de trabalhar, envolvendo as forças vivas do concelho, para a construção de um projecto de desenvolvimento económico, o qual é inseparável da diversificação do seu tecido empresarial, onde assumem especial relevo a indústria do turismo e o comércio. Neste ponto, o candidato, reafirmando a sua posição, alertou para o perigo que a co-incineração representa para o desenvolvimento do concelho e da região e apelou para a necessidade de lutar contra a instalação desse equipamento no Parque Natural da Arrábida.

Carlos de Sousa terminou, dizendo que quer transformar Setúbal num concelho de futuro e para isso promete trazer uma nova forma de estar na política onde, segundo o candidato, todos os que apresentarem projectos e propostas válidos merecerão o apoio da sua gestão.

## Norte de Lisboa

## Quase tudo por fazer

No passado sábado, foram apresentados os cabeças de lista da CDU às câmaras municipais de Azambuja e Mafra. Na Azambuja, onde esteve presente o camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido, o candidato é o actual vereador António Rodrigues que, na sua intervenção, afirmou que «tivesse a CDU continuado a gerir os destinos do concelho, como fez de 1978 a 1985, e hoje teríamos todas as infra-estruturas básicas construídas». «Como a coligação PS/PSD nos ganhou a Câmara em 1986, deixámos apenas o abastecimento de água concluído, e os projectos para as redes de esgotos e respec-

tivas ETAR's, que os nossos adversários políticos não conseguiram concretizar em dezasseis anos», lembrou.

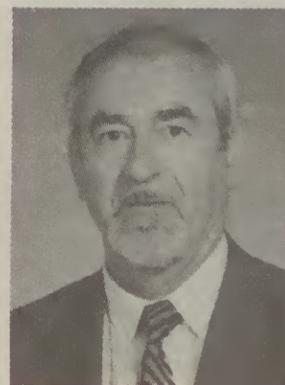
O candidato acusou ainda a autarquia de, no ano 2000, ter utilizado apenas 56 por cento do seu orçamento. «Assim, continuam por acabar as redes de esgotos e as respectivas ETAR's, com muitas centenas de milhares de contos já gastos sem qualquer aproveitamento.»

Se for eleito presidente da Câmara, António Rodrigues promete, nos dois primeiros anos de mandato, acabar as redes de esgotos e colocar em funcionamento as principais ETAR's que irão servir as maiores povoações do concelho, e dará prioridade à des-

burocratização dos serviços e à revisão do PDM. O candidato, de 57 anos, considera que, sem a mudança, e mantendo o mesmo tipo de gestão, o concelho continuará a carecer das infra-estruturas essenciais e continuar-se-á a

assistir à «construção de ETAR's onde não há esgotos e, quem sabe, à construção de alguma pista de atletismo para apoio a um lar para a terceira idade.

Em Mafra, também no dia 19, foi apresentado Alfredo Santos, de 29 anos, como o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal, e José Costa, de 61, como cabeça de lista à Assembleia Municipal. Na sua, ainda jovem, vida, já conta com a candidatura à freguesia de Santo Estevão das Galés, a sua participação na Assembleia de Freguesia de Loures, onde residia. Foi também activista estudantil durante as lutas contra a PGA, uma das grandes lutas do início da década passada.



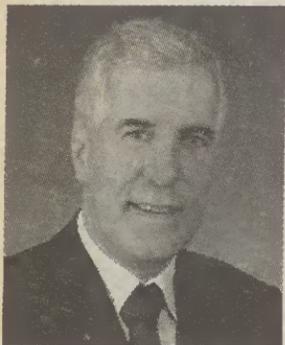
António Rodrigues

## Porto

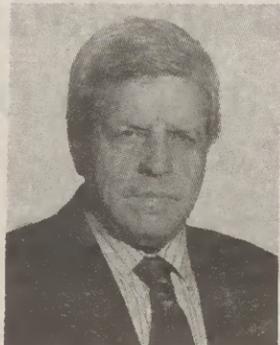
# Um programa de interesse colectivo

A CDU apresentou anteontem os seus candidatos à presidência dos órgãos municipais de Matosinhos, Honório Novo, para a Câmara, e Valdemar Madureira, para a Assembleia. Honório Novo, deputado do PCP com 50 anos de idade, quer que a sua candidatura seja o «pólo aglutinador de todos aqueles que consideram ser urgente e necessário dignificar a vida política, de todos os que exigem que o poder tem de servir os interesses colectivos da população e não pode nem deve estar ao serviço de interesses individuais ou de poderes pouco transparentes ou não escrutináveis». Enfim, de «todos aqueles que se identificam com os valores da solidariedade e da transformação social, e se reconhecem nos valores do 25 de Abril».

Para o próximo mandato, a CDU defende «um município sem grandes assimetrias internas, coeso, que vise um desenvolvimento mais integrado e mais homogéneo», pelo que vai «auscultar e dialogar com todas e cada uma das freguesias, com todas as instituições que queiram colaborar connosco na definição das bases de um projecto e de um programa renovado e global, de interesse colectivo». Um programa que vise a «Matosinhos do século XXI», com uma maior quantidade e qualidade de infra-estruturas de saúde, de habitação social, de cultura, com uma grande preocupação com o combate às exclusões.



Honório Novo



Serafim Vieira

### Trabalho sério e empenhado

Também em Valongo foram apresentados, anteontem, os candidatos da CDU aos órgãos municipais. A lista para a Câmara Municipal será encabeçada por Serafim Vieira, de 63 anos, eleito na Assembleia Municipal local. O candidato foi dirigente da JOC, Juventude Operária Católica, sendo actualmente coordenador da Comissão Nacional da Pastoral Operária. Funcionário do Sindicato dos Bancários do Norte, Serafim Vieira foi acompanhado por Adelino Soares, cabeça de lista à Assembleia Municipal. Também ligado ao movimento sindical, tendo sido dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Adelino Soares é membro da DORP.

Na conferência de imprensa que acompanhou as apresentações foi reafirmada a capacidade dos candidatos para desempenharem o «trabalho sério e empenhado que a CDU sempre evidenciou» e colocadas como principais prioridades de intervenção às áreas dos transportes, da higiene urbana, do ambiente, da cultura e do desporto e dos equipamentos colectivos.

## Alandroal

# Um mandato produtivo

Margarida Godinho é novamente candidata pela CDU à presidência da edilidade deste concelho do Alto Alentejo. A actual presidente considera sentir de forma acrescida o peso da responsabilidade «pois se um primeiro mandato pode ser encarado como “organizador”, o que se lhe segue é, obrigatoriamente, produtivo». Apresentada perante cerca de trezentos apoiantes no passado dia 17, Margarida Godinho destacou pela sua importância algumas obras realizadas no actual mandato nas várias áreas de intervenção autárquica. Assim, a candidata assinalou a importância das obras de saneamento, como as ETAR's e as redes de esgotos, de abastecimento de água, de estradas e caminhos municipais e a construção de pavilhões polidesportivos, lares e centros de dia.

Salientou também uma série de obras com condições para avançar ainda neste mandato, como por exemplo as Piscinas Municipais, as infra-estruturas da Zona Industrial, entre outras.



Margarida Godinho

Impossíveis de realizar no actual mandato, mas previstas para o próximo estão o Parque de Exposições, o Fórum Municipal, a ampliação dos Paços do Concelho, a construção de pequenas zonas habitacionais nas aldeias.

Para além disto, a presidente da autarquia e candidata da CDU destacou que o concelho «deposita grandes esperanças no empreendimento de fins múltiplos de Alqueva» sobretudo pelas potencialidades turísticas da obra, prevendo-se um conjunto de projectos nesta área cuja execução global terá um período de dez anos, muito para lá do mandato que se inicia no próximo ano.

A candidata terminou com um apelo à participação feminina, não sem antes referir que «é bom viver no concelho de Alandroal» e que a CDU no poder local é a melhor garantia de que o concelho ascende ao desenvolvimento sem renegar a sua história, os valores que lhe são queridos.

## Vicente Batalha e Luísa Mesquita encabeçam as equipas da CDU ao concelho de Santarém

# Trabalhar, simplesmente

Apresentados na segunda-feira perante cerca de uma centena de pessoas, os candidatos da CDU contaram com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, de Isabel Castro, dos «Verdes», e do presidente da ID, Blasco Hugo Fernandes.

Na sua intervenção, o presidente da ID salientou a especificidade das eleições para as autarquias, por estas se tratarem de órgãos marcados pela sua «grande proximidade com as respectivas populações, a possibilidade de um maior e mais frequente contacto entre estas populações e os dirigentes autárquicos» e lembrou que «para que as verdadeiras necessidades e as legítimas aspirações das populações sejam acatadas e programadamente satisfeitas, não são indiferentes as opções políticas dos eleitores».

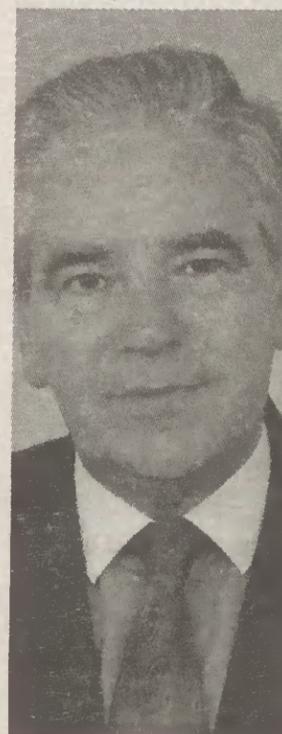
A candidata à Assembleia Municipal, Luísa Mesquita, deputada do PCP na Assembleia da República, chamou a atenção para os últimos vinte cinco anos, que considerou «tempo bastante para grandes projectos, tempo bastante para vivermos melhor». No entanto, a candidata considerou que «as opções políticas do Partido Socialista, ao longo deste quarto de século, viveram de costas para o concelho, divorciadas das legítimas aspirações das gentes que vivem e labutam». Luísa Mesquita lembrou que os projectos foram-se transformando em promessas virtuais, lembrando os casos da candidatura a Património Mundial, as Piscinas Municipais, entre muitas outras.

O candidato à Câmara tem 59 anos, é actor e, actualmente, desempenha as funções de vereador na Câmara

Municipal de Santarém. Vicente Batalha é independente e, para além de ter feito parte do MFA, participou, um pouco por todo o País, no movimento cultural, sendo de destacar o seu importante papel na fundação da Cooperativa de Teatro Popular de Almada, a sua participação como actor no Teatro Experimental de Cascais, a sua eleição para a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos e muitas outras colaborações em jornais e revistas e em diversas associações culturais e sociais.

### Equipa e projecto

«Seria bom para Santarém ter uma gestão CDU», afirma o candidato, que prometeu



Vicente Batalha

«trabalhar simplesmente, sem prebendas, nem privilégios, nem honorarias de qualquer natureza». Realçou que no espaço CDU cabem todos aqueles que se coloquem «do lado certo ao serviço das populações».

Vicente Batalha lembrou que, embora a apresentação

tenha sido só do cabeça de lista, «temos equipa, uma equipa remodelada e rejuvenescida na sua composição, experiência e conhecimento do concelho de Santarém, de que eu me orgulho de ser o rosto e a voz».

Além da equipa, o candidato destacou que «temos projecto, conhecemos o concelho de Santarém, e sabemos, porque vivemos e sentimos-lo da pele à alma, do que ele necessita, para aproveitar os seus recursos humanos, as suas riquezas naturais, as suas potencialidades».

O candidato revelou um grande confiança, que lhe vem quer da recordação das últimas eleições, em que a CDU aumentou em cerca de 18 por cento a sua votação quer do bom trabalho realizado por si enquanto vereador da Câmara Municipal. Mas lembrou que as dificuldades serão muitas, com «muito menos meios financeiros, de propaganda» e das máquinas dos partidos do poder a funcionar. «Isso sabemos, sempre assim foi e cada vez será pior, à medida que o desespero avança», disse.

## Aveiro

# Reforçar para melhorar

Manuela Caetano, do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes», é a cabeça de lista da CDU à presidência da Câmara Municipal de Aveiro, apresentada na segunda-feira. A candidata considerou ser preciso «averiguar que modelo de gestão municipal está a ser seguido por Alberto Souto e pelo PS, com a convivência, na Câmara, da outra maioria – a dos três vereadores do PSD mais os dois do CDS-PP». «Estamos ou não confrontados com uma gestão de certa forma autocrática e autoconvencida, que ignorou a prometida transparência e o empenhamento na promoção da participação dos cidadãos na vida do município, e que, apesar das repetidas afirmações de sentido inverso, manifesta um desprezo objectivo pelos conjuntos dos cidadãos do concelho e suas instituições, bem como pela própria Assembleia Municipal, não respeitando sequer as formas de participação instituídas por lei, como é o caso do Estatuto da Oposição?», disse Manuela Caetano.

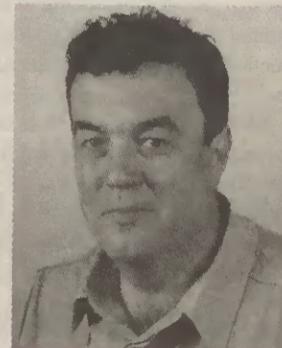
Partindo da premissa que a maioria PS não se diferenciava dos traços essenciais que caracterizavam a maioria do PP e que os partidos mais à direita não são, de momento, alternativa ao PS, a candidata ecologista defendeu que «o reforço da CDU, expresso na eleição de vereadores e em mais eleitos na Assembleia Municipal, constitui a única

possibilidade de uma alteração qualitativa na vida e funcionamento destes órgãos autárquicos, para melhor resolução dos problemas do Concelho».

Também António Salavessa, membro do Comité Central do PCP, considerou, na sua intervenção, que o que faz falta a Aveiro são vereadores CDU, «para melhor corresponder às aspirações e necessidades de todos os aveirenses».



Manuela Caetano



Antero Resende

### Santa Maria da Feira

No sábado tinha sido apresentada a candidatura de Antero Resende à presidência da Câmara de Santa Maria da Feira, no distrito de Aveiro. O candidato, independentemente proposto pelos «Verdes», alertou para o que chamou de «política do betão» e para a emergência de uma nova classe social, a dos «exploradores imobiliários», cuja falta de escrúpulos «faz com que se adquiram em catadupa terrenos que deveriam ser vedados

à construção, dadas as suas características ou tipologia: corgas, ribeiras, zonas de interesse biológico ou paisagístico, entre muitas outras».

Antero Resende afirmou também que «existem numerosas lacunas a nível de acessibilidades», devido a um mau planeamento do concelho e à litoralização excessiva da população que a Câmara incentiva. Lembrou ainda o candidato para os temas do ambiente, «sempre vistos nas

campanhas eleitorais como temas muito queridos, mas, depois das mesmas, são muito pouco tidos em conta», remetendo para um ranking ambiental de concelhos em que Santa Maria da Feira surgia abaixo do meio, em 141.º lugar. «Para este ranking contactava, ou não, a existência, ou não, de PDM e de reserva ecológica nacional, o abastecimento de água – na Feira, abaixo dos 50 por cento –, a qualidade da água, a recolha de lixo urbanos, o tratamento de lixo urbano.»

João de Almeida candidato à C. M. da Moita

## Firmeza e eficácia

Num jantar ocorrido no dia 16 de Maio, na Baixa da Banheira, foi apresentada a recandidatura de João de Almeida perante Holoísa Apolónia, Carlos Carvalhas e mais de duzentos apoiantes e activistas.

«Ser de novo candidato tem implícita uma avaliação do trabalho realizado», considerou João Almeida que dirigiu aos trabalhadores da autarquia as suas primeiras palavras, lembrando que «à medida que este mandato ia avançando, fui sentindo com grande

satisfação que o trabalho ia ganhando outra eficácia, o desempenho da Câmara ia ganhando outro entusiasmo e tudo isto ia acontecendo à medida que iam confluindo na dinâmica do município as dinâmicas das diversas organizações específicas dos trabalhadores». Esta confluência, afirma, será essencial para terminar este mandato com êxito e para desempenhar o próximo.

«Claro que nem tudo foi fácil», afirmou. «Depois de vinte seis anos que mudaram a face do concelho com uma gestão CDU muito dinâmica e atenta às necessidades concretas das populações, um novo salto em frente se mostrava necessário, pelo que houve que proceder a uma reformulação orgânica da Câmara, a uma reorganização dos serviços e à compatibilização de tudo isto com os recursos humanos que tínhamos», o que, conta, em conjunto com os trabalhadores, foi possível fazer.

Outra dificuldade enunciada pelo actual presiden-

te foi a «postura altamente negativa da oposição, muito especialmente dos eleitos socialistas», que, uma vez no Governo, se terão tornado mais arrogantes, tendo ocorrido, em muitas reuniões de Câmara, o «comício arrua-ceiro em que não faltaram muitas vezes as provocações políticas, por



João de Almeida

falta de crítica objectiva e de propostas alternativas». Isto, na opinião de João de Almeida, «obrigou a rever a nossa forma de actuar e terá sempre de ser tido em conta nas nossas reflexões, para que saibamos sempre responder ao adversário».

### Cumprir o programa

«Mas nada disto impediu que a CDU levasse em frente o seu programa eleitoral, com firmeza e eficácia, chegando mesmo a ultrapassá-lo em diversos aspectos», lembrou o candidato. «Muitas obras foram sendo concluídas, ou iniciadas ou lançadas em projecto», disse referindo-se, por exemplo, às Piscinas Municipais, ao Parque das Salinas e à revitalização do Vale da Amoreira, que inclui o Mercado Municipal, o Centro de Dia e o ATIL, ou ainda aos «quilómetros e quilómetros de repavimentação que realizámos um pouco por todo o concelho».

João de Almeida deu ainda muito destaque à revisão do Plano Director Municipal, «que está em fase de conclusão e que já permitiu a elaboração da Carta Estratégica Moita 2001», que permitirá ao concelho entrar num novo ciclo de desenvolvimento, onde podem já ser contabilizados o «Pró-Tejo - Programa de Valorização da Zona Ribeirinha, que vai ter impactos positivos muito consideráveis no resto do concelho, para não falar da Operação de Revitalização da Vila da Baixa da Banheira, uma operação complexa que em breve começará a dar sinais inconfundíveis da sua concretização».

Militante do PCP desde 1975, é presidente da Câmara desde o início do anterior mandato, tendo desempenhado também um mandato como presidente da Assembleia Municipal, quatro como vereador e um como membro da Junta de Freguesia de Alhos Vedros.



• Odete Santos

## Utopia - disse ele

No final de um debate sobre Prostituição - Regulação ou Abolicionismo, um dos intervenientes que vigorosamente defendera a «função social da prostituição», e a necessidade dos bordéis, disse sobre as medidas preventivas de combate à prostituição: Utopia!

O comentário não é inédito. Sempre que se trava um combate pelo progresso da humanidade, e contra o triunfo das desigualdades, não raro se ouve a tal voz: Utopia!

Queremos o fim da precarização do trabalho e o pleno emprego? Utopia! Dizemos que a prostituição não é inevitável? Utopia!

Falamos dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos fundamentais do ser humano, da sexualidade como área importante da actividade humana, geradora de bem-estar? Respondem-nos com a inevitabilidade do comércio do sexo, e até com a sua necessidade para satisfação de pulsões sexuais! Lutamos pelos direitos das mulheres, pelo direito à igualdade? Respondem-nos com a sexualização das mulheres, com a sua transformação em objecto de prazer sexual, com a sua coisificação.

Porque é a isso que conduzem as modernas teorias que assentam na afirmação de que a prostituição é uma actividade económica, que dá trabalho a muita gente, em que assenta a economia de muitos países. De facto, num relatório recente da Organização Internacional do Trabalho, afirma-se:

«Dado que as razões económicas e sociais (da prostituição), não são fáceis de alterar, o sector do sexo não vai desaparecer num futuro próximo. Tendo em conta especialmente o seu peso e o seu significado, a posição oficial não pode ser a de ignorar ou não reconhecer o sector.»

O Relatório formula ainda recomendações explícitas no sentido de que os governos reconheçam o direito dos homens a comprar mulheres no mercado do sexo.

Assim, o Relatório da Organização Internacional do Trabalho, racionaliza com argumentos economicistas, a ideia vulgarizada outrora (e que ameaça regressar) de que a biologia masculina determina a inevitabilidade da prostituição.

Ou seja: Racionaliza, com argumentos economicistas, a superioridade, os privilégios masculinos, o poder económico do sexo masculino. Redefine a mulher como a prestadora de serviços sexuais, segregando-a, assim, numa classe destinada à servidão sexual.

O combate contra a regulação da

prostituição (não contra a mulher prostituta que é uma vítima) é, assim, um combate de todas as mulheres, porque está em causa o reconhecimento do direito da mulher à dignidade. Lamentavelmente, aumentam os seguidores das conclusões do Relatório da OIT. Contrariando a Convenção das Nações Unidas (de 1949) para supressão do tráfico de pessoas e da exploração da prostituição de outras. E ao arripio de um recente protocolo adicional à Convenção sobre Crime transnacional organizado, também das Nações Unidas, aprovado em Novembro de 2000, relativo ao combate ao tráfico de mulheres destinadas à prostituição Receia-se que o Tribunal de Justiça Europeu, em processo pendente, venha a reconhecer o exercício da prostituição como actividade económica independente.

A Alemanha parece ter aderido às recomendações da OIT. Na Holanda deixou de ser crime ser proxeneta (desde 1 de Outubro de 2000) e os bordéis têm agora regulamentos aprovados pelos Conselhos Municipais. As poderosas mafias que exploram redes de prostituição reivindicam a constituição de sindicatos das «trabalhadoras e dos trabalhadores do sexo», como aconteceu na Venezuela. Com insucesso. Num despacho exemplar o Ministério do Trabalho venezuelano rejeitou a constituição de uma Associação Sindical de prostitutas e prostitutos, com o fundamento de que não existe trabalho sexual, mas exploração sexual. Na decisão do Ministério do Trabalho pode ler-se: «A prostituição não pode considerar-se trabalho porque não contém os elementos essenciais de dignidade e de justiça social.»

O grande argumento promovido pelas mafias que exploram as mulheres nas redes de prostituição, depois de conseguido o reconhecimento desta como actividade económica independente, é o de que representa uma injustiça privar as trabalhadoras/es do sexo, do direito a prestações sociais. Mas entendamo-nos: A quase totalidade das mulheres quer deixar a prostituição; As mulheres na prostituição deixam de poder ser comercializadas muito cedo (normalmente antes de atingirem 40 anos).

O que se chama trabalho de sexo é temporário e as mulheres (na sua maior parte) ficam tão debilitadas que nunca mais podem trabalhar. As mulheres ficam sujeitas a toda a sorte de brutalidades: violações, ofensas físicas graves determinando hospitalização, torturas, mutilações, raptos.

É isto que querem regular? É o proxenetismo, o crime, que querem legalizar?

Viseu

## A esquerda que faz falta

Francisco Almeida, 42 anos, foi apresentado, na segunda-feira, candidato da CDU à Câmara Municipal de Viseu, juntamente com Alina Sousa, que se candidata à Assembleia Municipal pela mesma força política.

O candidato, na intervenção que proferiu, alertou que é necessária uma oposição de esquerda na Câmara de Viseu e questionou se seriam os três vereadores do PS essa necessária oposição.

A resposta é simples, não pois o que existe é «um foguetório esporádico, normalmente feito em apoio da delegação do Governo». Continuou dizendo que «oposição de esquerda não se faz com foguetes», mas sim «afirmando propostas e soluções alternativas, sobretudo no que é essencial», como o planeamento do território, os transportes, o ambiente e a qualidade de vida. Faz-se, continua, afirmando que as Câmaras



Francisco de Almeida

«não podem dançar ao som da música das empresas de construção civil» e exigindo que os orçamentos municipais «se dirijam para a qualidade de vida dos cidadãos» e não para os lucros das construtoras. É por esta razão que propõe aos viseenses e, sobretudo, aos socialistas, o voto na CDU.

«O apoio à candidatura da CDU assume particular importância porque vivemos num concelho onde 30 por cento dos cidadãos não são

servidos por saneamento básico, algumas zonas urbanas e suburbanas estão transformadas em armazéns de pessoas», referindo-se ainda à exigência da Universidade de Viseu - reivindicação aparentemente comum a PS e PSD, entretanto abandonada.

A terminar, Francisco Almeida destacou a visão do «voto útil» no PS, afirmando que «infelizmente, no essencial, não se percebem as diferenças com o PSD».



## Lei de Programação Militar

A Assembleia da República debateu na passada semana a Lei de Programação Militar (LPM). O programa de investimentos estabelecido na proposta do Governo aponta para um valor total de 1.091 milhões de contos num espaço de 35 anos, com uma média anual a preços constantes de 31 milhões de contos. Desse valor total, perto de 800 milhões são gastos em *leasing*.

Foi sobre este modelo de financiamento previsto no diploma que incidiu uma das críticas da bancada comunista. Para João Amaral - que não deixou de chamar a atenção para as «condições péssimas» em que o documento foi apresentado ao Parlamento, numa referência ao facto de ter sido dado a conhecer apenas dez dias antes -, o modelo de financiamento «onera extraordinariamente» o custo dos investimentos, tanto mais que, alertou, os vendedores e os bancos financiadores sabem à partida que, para o cumprimento do pacto de Estabilidade, o Governo é obrigado a recorrer ao *leasing*.

Mas a primeira crítica à proposta de Lei de Programação Militar apresentada pelo Executivo dirigiu-a o deputado do PCP às novas opções nela contidas, as quais, do seu ponto de vista, «relevariam mais das exigências específicas da NATO e da Força Europeia de Reação Rápida do que do interesse nacional».

Depois de ter sublinhado que qualquer programa de investimento deve ser pautado pelo primado da defesa e prossecução do interesse nacional - «único critério que o povo português compreenderá e defenderá para o alto volume de gastos previstos», observou -, João Amaral considerou mesmo que as opções definidas pelo Governo não assentam no «edifício conceptual que tem o seu topo na Constituição e onde as Forças Armadas têm como missão primordial a defesa militar da República».

A terceira nota crítica que resultou da análise da bancada comunista à proposta tem a ver com as possibilidades de alteração de programas ou do cronograma na sua execução concedidas ao ministro da Defesa Nacional. Segundo o deputado do PCP, essas possibilidades de alteração são tais que, denunciou, o conteúdo da Lei de Programação Militar acaba por ser «uma pura mistificação». Porquê? Porque, explicou, «todos os programas podem ser alterados e mesmo cancelados e novos programas podem ser incluídos, tornando a LPM no essencial uma lei de autorização de um plafond anual de gastos com investimentos militares».

Considerando esta uma questão de «falta de credibilidade da lei», João Amaral recordou ainda a este propósito a circunstância de a execução das três leis de programação militar anteriores padecerem deste problema, ou seja, nenhuma «foi executada a níveis minimamente aceitáveis, todas produzindo vultuosos saldos».

Em síntese, na perspectiva de João Amaral, esta Lei «não corresponde à necessidade de garantir a estabilidade das previsões de investimento militar, contém mecanismos de financiamento que sobredimensionam o desperdício de verbas e define opções onde são mais relevantes as exigências decorrentes da nova conceptualização da NATO e da União Europeia do que o efectivo interesse nacional».

Política de desresponsabilização do Estado motiva interpelação do PCP ao Governo

## Por serviços públicos de qualidade

Os serviços públicos vão estar hoje no centro do debate parlamentar. Para o PCP, de quem partiu a iniciativa de interpelar o Governo sobre o assunto, a situação exige uma alteração profunda na política de prestação destes serviços com vista a garantir qualidade de vida e segurança às populações.

Esta é uma interpelação que tem no mínimo um carácter original no sentido em que, pela primeira vez, a Assembleia da República vai ser palco de um debate político em torno de um tema que toca na vida de milhões de portugueses.

Confrontar o Governo com as consequências de uma política que tem privilegiado a desresponsabilização do Estado e favorecido a privatização em vários domínios do serviço público é o que logo à tarde irá fazer a bancada comunista, que não aceita que em resultado destas orientações estejam a ocorrer graves situações de degradação da qualidade de serviços públicos essenciais à vida dos cidadãos.

### Interesses privados

O que está em causa, como salientou em declarações ao «Avante!» o deputado comunista Lino de Carvalho, antecipando algumas das questões que não deixarão de estar presentes no debate de hoje, é que o Governo tem evidenciado com esta política uma aposta deliberada no sentido de privilegiar os interesses privados, em detrimento do interesse público e da salvaguarda de direitos básicos dos portugueses.

É assim na saúde como na educação, no fornecimento de energia eléctrica como na política de transportes, nas telecomunicações como no audiovisual. É assim na própria administração pública, como a formação comunista nas suas intervenções, a pri-

meira das quais pela voz de Carlos Carvalhas, irá demonstrar no decurso do debate.

No centro do debate não deixarão igualmente de ser colocados problemas como o do crescente esvaziamento da administração pública, num processo que tem sido acompanhado pela multiplicação de associações paralelas como sejam fundações e institutos. Significa isto, como tratou de sublinhar Lino de Carva-

relações laborais, ao nível da diminuição do número de trabalhadores, e no aumento das formas precárias de trabalho.

### Trabalhadores marginalizados

Não menos escandalosa é ainda a marginalização a que muitos trabalhadores e quadros técnicos têm sido sujeitos, homens e mulheres com uma larga experiência de saber fazer, que, de um momento para o outro, se viram arredados dos seus postos para ceder o lugar a empreiteiros que, na generalidade dos casos, con-

Governo vai ter de pronunciar-se. Vai ter de responder - é nesse sentido que vai a interpelação do PCP - qual é a responsabilidade do Estado nos serviços públicos prestados aos

cidadãos, quais os serviços que têm de ser assegurados por políticas de interesse público, que valorização e política de formação pensa adoptar para os trabalhadores que laboram nestas áreas.

Para o PCP, uma coisa é clara:

têm de ser respeitados os cidadãos, designadamente os mais desfavorecidos e que mais sofrem com a degradação destes serviços.

### A política governamental tem levado à degradação da qualidade de serviços públicos essenciais à vida dos cidadãos

## A estrita lógica do lucro

Um dos casos que exemplifica a degradação da qualidade do serviço público prestado às populações é o que diz respeito à EDP e ao fornecimento de energia eléctrica. Para Lino de Carvalho, este é um caso paradigmático. À medida que tem vindo a ser privatizada e em que passou a contar não a lógica de serviço público mas a lógica da máxima remuneração dos seus accionistas, a EDP tem prosseguido uma política de redução do investimento na rede de produção e distribuição de energia eléctrica, na manutenção, na redução de serviços de atendimento à população, na redução do número de trabalhadores.

Com consequências que estão bem à vista e por todos bem conhecidas. São os

incidentes na rede eléctrica um pouco por todo o País, o encerramento de balcões de atendimento à população (assim obrigando a maiores deslocações), a eliminação de muitos piquetes permanentes de segurança. Chegou-se mesmo ao ponto de o próprio alegado regulamento de qualidade de serviço, recentemente criado pela Direcção-Geral de Energia - que deveria ser um instrumento ao dispor do Estado para este melhor cumprir o seu papel fiscalizador - ter sido feito à medida dos interesses da concessionária dos serviços, isto é, com diminuição deliberada dos padrões de qualidade e dos níveis de resposta em tempo útil a que a EDP devia estar obrigada.

lho, não só esvaziar como em certos casos duplicar serviços prestados pela administração pública, com a consequente desvalorização dos trabalhadores. Este é, aliás, um processo em vários serviços públicos que se tem traduzido no desmantelamento de empresas e serviços ou na privatização de áreas estratégicas, com consequências no plano da crescente degradação das próprias

tratam mão-de-obra mal paga e sem formação.

Claro está que todos este processo não pode ainda ele próprio deixar de manifestar-se numa forma de pressão sobre os trabalhadores, com claras incidências negativas sobre a redução dos níveis de segurança e sobre a qualidade dos serviços prestados às populações.

É sobre todas estas questões, até agora arredadas do debate político, que o

Ao vir ao terreno concreto dos problemas sentidos pelos trabalhadores e pela população em geral, a bancada comunista dá assim um contributo para a valorização da própria vida política do País, tantas vezes centrada em questões menores e laterais, com isso esquecendo aqueles que são os verdadeiros problemas sociais e económicos dos portugueses.

## CES abre a autarquias

Baixou à comissão sem votação, visando a sua melhoria na especialidade, a proposta do Governo que prevê a integração das Associações Nacionais de Municípios e de Freguesias no Conselho Económico e Social (CES). Em debate na passada semana, o diploma mereceu no geral um acolhimento que não suscitou grandes reparos críticos. A presença de um represen-

te da Associação Nacional de Municípios (ANMP) e outro da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) naquele órgão foi justificada pelo Executivo com o facto de ambas terem «especiais responsabilidades na definição das políticas e intervenções a nível local».

Definindo a posição do PCP, Honório Novo frisou no debate que este alargamento do CES constitui «um facto

perfeitamente natural», que se impõe por si mesmo, não só pela própria natureza dos objectivos daquele órgão de consulta e concertação, como pela importância daquelas duas estruturas representativas das autarquias nacionais.

Com esta é a terceira vez que o Conselho Económico e Social é objecto de alteração à sua composição de base. A primeira, recorde-se, ocor-

reu em 1998 e teve em vista permitir que no CES tivessem assento representantes de vários sectores de actividade, incluindo a agricultura familiar e o mundo rural que passou a estar representado através da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A segunda alteração, em 1999, destinou-se a permitir o alargamento a representantes das associações de mulheres.



A melhoria dos serviços de saúde exige medidas adequadas

## Nova Lei de Bases da Saúde Um descontentamento consensual

O projecto de uma nova Lei de Bases da Saúde, divulgado a semana passada, gerou grande polémica entre os profissionais do sector. Em causa, quer as alterações propostas quer a própria necessidade de uma nova lei.

O anteprojecto da Lei de Bases não foi entregue previamente pela tutela aos parceiros sociais. Esta uma crítica partilhada pelos diferentes sindicatos e organizações dos profissionais ligados ao sector da saúde. A somar a muitas outras, nomeadamente no que se refere à obrigatoriedade de os médicos do serviço público terem de solicitar autorização ao Ministério

Para quê  
uma nova lei?

A FNAM e o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) põem em causa a neces-

Quando  
se pretende  
responsabilizar  
todos, não se  
começa por impor  
uma nova lei

sidade de uma nova Lei de Bases como instrumento para solucionar os problemas do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Para a FNAM, a divulgação, neste momento, do documento, «não passa

de uma manobra de distração em relação aos verdadeiros problemas do Serviço Nacional de Saúde» que, sublinha, passam pela melhoria dos recursos humanos, uma melhor gestão dos recursos e a dignificação dos profissionais.

A FNAM «vê com alguma preocupação uma nova Lei de Bases quando não se conseguiu pôr ainda no terreno uma nova lei de gestão e um estatuto jurídico para os hospitais».

O SEP sublinha que o documento apresentado «põe de parte todo o trabalho feito anteriormente» já que, «na anterior legislatura, fez-se uma avaliação dos constrangimentos do Serviço Nacional de Saúde, que levou à produção de legislação, que não foi aplicada. O Sindicato dos Enfermeiros

Portugueses critica ainda a ausência de diálogo prévio. «Quando se pretende responsabilizar todos os intervenientes no SNS, não se começa por impor, de cima para baixo, uma nova Lei de Bases», afirma.

Vinte dias  
para debate

A lei – que estará à discussão durante 20 dias – «regulamenta o exercício das profissões de saúde, bem como os actos que materializam esse exercício e, em especial, o acto médico».

No que toca à organização dos serviços de saúde, o ante-projecto transfere para o instituto de financiamento da Saúde funções que anteriormente cabiam às cinco Administrações Regionais de Saúde (ARS), passando estas entidades a desempenhar funções de «planeamento económico e social». Uma opção já anteriormente denunciada pela FNAM, como estando numa «linha de obsessão privatizadora».

O relacionamento entre o SNS e as entidades privadas e de solidariedade social é também regulamentado pelo novo documento legislativo que, rejeitando a perspectiva da «concorrência definida pela Lei actualmente em vigor, a substitui pela da «complementaridade», no contexto da qual podem ser atribuídas a estas entidades «funções específicas no sistema de saúde».

## Presidentes “jardineiros”

● José Brinquete

Há dias participei numa reunião cujo objectivo central era dar início à formação das listas municipais e de freguesia, num dos concelhos do Nordeste Transmontano. A certa altura o ambiente na reunião estava pesado e o estado de espírito não era o melhor. Eis quando um camarada, que não é de muitas falas, pede a palavra e diz «eu não estou de acordo com o argumento de que as condições são difíceis e que não é possível fazer muito...» e acrescentou

Entretanto, o que lhes falta em inteligência, capacidade reivindicativa e autonomia no exercício do cargo para que foram eleitos democraticamente, sobra-lhes na esperteza em processos de compadrio, tráfico de influências, caciquismo e outras manigâncias semelhantes a estas.

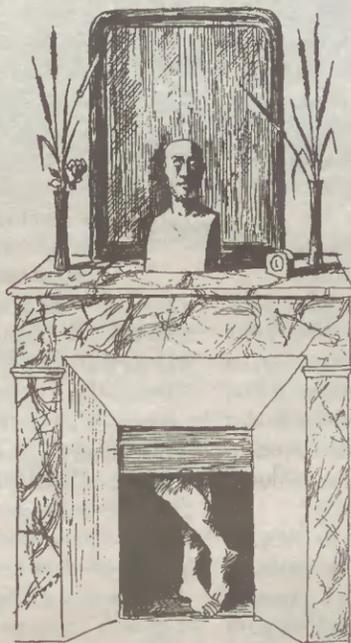
O curto espaço deste artigo não permite descrever os inúmeros episódios conhecidos por toda a região e que ilustram à saciedade o que afirmamos. Sendo assim, resta-me seleccionar um ou outro mais recente, para melhor compreenderem como estes guichos trabalham:

- O candidato à Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta pelo PSD resolveu apresentar a sua candidatura, no passado dia 10 de Março, com a presença de Durão Barroso e, vai daí, não esteve com meias medidas: convocou esse evento em papel timbrado da Câmara Municipal, enviou a convocatória pelo fax da Câmara Municipal e assinou a mesma convocatória na qualidade de Presidente da Câmara.

- No concelho de Bragança, o Governo e o PS têm no terreno um candidato que pretendem tornar conhecido junto da população, fazer esquecer o miserável trabalho que o PS desenvolveu durante os oito anos que esteve à frente do município e ignorar a ausência de trabalho e de propostas dos actuais três vereadores do PS. Perante esta situação, o que estão a fazer o PS e o seu Governo é, no mínimo, um escândalo de dimensão nacional. Se não, vejamos: a ministra da Economia, Cristina de Sousa, veio a Bragança assinar um protocolo com uma empresa de escapes para automóveis. A cerimónia foi marcada para o Instituto Politécnico de Bragança. À última hora o PS e o Governo tentaram impor que esta cerimónia se realizasse no Nerba, onde esse candidato é presidente da Direcção, para lhe dar visibilidade. Mais recentemente o ministro do Emprego, o tal do escândalo dos boys de Évora, veio a Bragança lançar um Programa de Formação Profissional (a que, indevidamente, deu o nome de Programa de Emprego para Trás-os-Montes). O mais lógico e acertado era que esta cerimónia se realizasse no Instituto Politécnico de Bragança ou no Centro de Emprego e Formação Profissional, onde se encontra uma enorme massa de jovens que brevemente entrará no mercado de trabalho. Infelizmente assim não aconteceu. A cerimónia realizou-se no Nerba, claro! Assim, o candidato fez o discurso...

Estes dois curtos exemplos demonstram, para quem ainda não percebeu, que a gestão democrática das autarquias e a participação popular, o desenvolvimento sustentado e o ordenamento dos espaços urbanos para uma vida de qualidade das populações, são valores que não passam pela cabeça desta gente.

No Nordeste Transmontano, nas próximas eleições autárquicas, onde os meios do poder dominante são avassaladores, também vale a pena participar em listas CDU para construir a alternativa que mais tarde ou mais cedo se sobreporá ao compadrio, ao jogo de influências e ao caciquismo. Esta alternativa terá de passar inevitavelmente pela CDU.



«os presidentes de câmara no distrito de Bragança não passam de presidentes jardineiros, veja-se o caso concreto do nosso presidente de câmara que, para além de ter feito uns jardins, só trabalha para a sua própria imagem» e rematou «no essencial está sempre de acordo com as políticas do Governo, que é como se sabe o seu governo».

A intervenção deste camarada, que foi curta, acabou por mudar o rumo da discussão. Os restantes participantes, mesmo os mais pessimistas, ganharam ânimo novo e, a partir desse momento, a reunião debruçou-se com alguma profundidade sobre o balanço da actividade do actual mandato autárquico, passando em revista o que têm sido as políticas municipais das sete maiorias do PS e cinco do PSD, no distrito de Bragança. De facto, a obra apresentada e visível a olho nu perde-se por uns jardins, passeios e arruamentos, de preferência no centro dos principais núcleos urbanos, e na bajulice bacoca e subserviente perante o poder central.

Os representantes do Governo, nestes últimos tempos (com o aproximar das eleições autárquicas acontecerá ainda mais), até se atropelam uns aos outros, trazendo pequenos e míseros cheques a estes servos famintos, formados na tradicional escola da vassalagem.

Em outros artigos recentes, relatei alguns episódios, que são lapidares deste comportamento, como sejam: a ida a Macau, de dois edis, pela mão do Governador Civil, à procura de investidores; ou a ida a Lisboa, pela mão da mesma personagem, jantar com um ministro com o objectivo de lhe pedir favores. São os únicos gestos colectivos que se conhecem e são tristes exemplos de como não se deve exercer o cargo de presidente de uma Câmara Municipal. Aliás, destas iniciativas o resultado foi zero, o que humilha ainda mais o Poder Local.

## Porta de Abril em São Paulo

Nas comemorações deste ano da revolução de Abril, em São Paulo, no Brasil, a associação luso-brasileira Centro Cultural 25 de Abril conseguiu concretizar o seu velho sonho de criação de um monumento alusivo.

No passado dia 28 de Abril

foi assim inaugurado o Monumento Porta de Abril, obra do escultor português José Aurélio, oferecida pela Junta Metropolitana de Lisboa à cidade de São Paulo.

Este monumento só foi possível graças ao apoio que a Associação dos Municípios

do Distrito de Setúbal deu ao projecto. Com a solidariedade da Associação 25 de Abril, foram sendo solicitados apoios e patrocínios a diversas entidades em Portugal e no Brasil e assim criadas as condições para que o sonho se concretizasse.

## Dia 7 de luta

A jornada da CGTP, marcada para dia 7 de Junho e anunciada nas comemorações do 1.º de Maio, está a ser preparada pelas estruturas sindicais aos vários níveis, em interligação com as lutas sectoriais e locais. No plenário de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores do distrito de Setúbal, realizado faz hoje uma semana, foi decidido «empenhar-se activamente no esclarecimento e na mobilização» dos trabalhadores, especialmente para a concentração que vai ter lugar a partir das 15.30 horas da primeira quinta-feira do próximo mês, na Praça do Comércio, em Lisboa. Na quarta-feira da semana passada, quando dirigentes e activistas dos sindicatos da Administração Pública se concentraram junto da residência do primeiro-ministro, Paulo Trindade também apelou à mobilização dos trabalhadores do Estado para a participação nas acções que estão a ser preparadas para dia 7. O dirigente da Frente Comum de Sindicatos fez parte de uma delegação que entregou no gabinete de António Guterres uma resolução reclamando a abertura de um processo negocial extraordinário para um ajustamento salarial intercalar, nunca inferior a 3 contos.

## Bombeiros

Realiza-se sábado, em Lisboa, o 1.º Encontro Nacional de Trabalhadores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, onde vai ser discutido um caderno reivindicativo, reclamando «condições de trabalho dignas» para aqueles profissionais. No encontro, promovido pelo STAL/CGTP nas instalações da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, serão debatidas questões relacionadas com o estatuto remuneratório, o horário de trabalho, o regime de férias, faltas e licenças, os acidentes em serviço e as doenças profissionais, o subsídio de risco, a formação profissional. O sindicato entende que, «face à evidente desregulamentação laboral existente no sector, é de todo essencial proceder-se a um enquadramento jurídico» daqueles trabalhadores, de modo a «corrigir algumas desigualdades e eliminar outras tantas discriminações». Para além dos bombeiros profissionais, os problemas a debater no encontro – refere a nota divulgada anteontem pelo STAL – afectam também técnicos, maqueiros, tripulantes de ambulâncias, operários e outros trabalhadores.

## Coimbra

Uma carta-aberta vai ser entregue amanhã, em Coimbra, à ministra da Saúde, anunciou o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro. Manuela Arcanjo visita a cidade para inaugurar um novo edifício do Centro Regional de Oncologia.

Congresso da Festru em clima de luta pelos trabalhadores, os utentes e o País

# Transportes com direitos

Foi aprovada nova greve, agora por 2 dias, nas transportadoras de passageiros privadas. O congresso de sábado, que decorreu sob o lema «Trabalho com direitos, transportes ao serviço das pessoas e do País», exigiu uma nova política para o sector.

A luta por trabalho com direitos é uma prioridade na acção da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, cujo 8.º Congresso teve lugar dia 19, em Lisboa, para analisar a actividade desenvolvida no último triénio, perspectivar as linhas de acção no futuro e eleger a Direcção Nacional para os próximos quatro anos.

No congresso participaram cerca de duas centenas de delegados, a que se juntaram Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, e Arménio Carlos, coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa e trabalhador do sector, entre outros convidados.

O Programa de Acção, aprovado por unanimidade, defende o direito ao trabalho com vínculo laboral efectivo e o combate ao aumento da precariedade; o direito a salá-

rios dignos; a redução do horário semanal de trabalho para 35 horas e o aumento dos dias úteis de férias, contrariando as pressões patronais para aumentar os ritmos e tempos de trabalho, com sacrifício dos interesses dos trabalhadores na definição dos horários.

**A Festru vai intensificar a acção reivindicativa e melhorar a organização nas empresas**

A par da decisão de continuar a luta em defesa dos direitos sociais e laborais, o congresso da Festru/CGTP exigiu a alteração da política seguida pelo Governo do PS, substituindo-a por «uma política que tenha em conta os interesses dos trabalhadores e das populações mais desfavorecidas, que promova uma maior justiça social, uma mais justa distribuição da riqueza» e que será «uma política de esquerda».

A federação, reclamando



São coincidentes os interesses dos trabalhadores e dos utilizadores dos transportes públicos

ser ouvida na definição da política de transportes, assume-se «claramente contra o desmembramento e privatização de empresas públicas de transportes».

## Crescimento retrógrado

Na última década, salienta-se no Programa de Acção, reforçou-se a importância económica e social do transporte público, tanto de passageiros, como de mercadorias, mas a evolução foi «fortemente condicionada pela pressão de grandes grupos económicos transnacionais», com o Governo português

«passivo perante a política comum de transportes, definida a nível europeu, de liberalização e de desregulamentação».

O número de empresas de transporte público de mercadorias, que já atinge quase 10 mil, aumentou mais de 50 por cento nos últimos 3 anos, sobretudo no transporte internacional. Contudo, a maior concentração agravou a clivagem entre os grandes operadores logísticos e as micro e pequenas empresas por eles subcontratadas. Cerca de 10 por cento das empresas são responsáveis por 60 por cento das receitas do sector.

Fenómeno semelhante

verifica-se no transporte de passageiros, onde as 20 maiores empresas detêm mais de dois terços das 4 mil carreiras interurbanas, enquanto as mais pequenas (quase 50, num total de 150) apenas possuem 5 por cento das carreiras.

Os baixos salários e a desregulação dos horários são agravados pela pressão patronal no sentido de perturbar o exercício normal do direito à contratação colectiva. Condenando a atitude neutral do Governo, que apenas beneficia o patronato, a Festru reclamou medidas sancionatórias para punir atitudes de bloqueio da contratação.

## Insistir e alargar inspecções no comércio

«Onde a IGT interveio, obtiveram-se resultados positivos», afirma o Sindicato dos Trabalhadores do

Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, ao dar conta de uma reunião que teve com o Inspector-Geral

do Trabalho, para fazer o balanço da acção desenhada após a denúncia de inúmeras ilegalidades nas

grandes empresas de distribuição.

Foi colocado especial ênfase na elevada precariedade dos vínculos laborais e, face à dimensão crescente deste problema, os resultados obtidos são ainda considerados pelo CESP/CGTP como insuficientes.

O sindicato defende que a acção inspectiva prossiga, nomeadamente no Intermarché/Ecomarché, no Carrefour, no Lidl, no Modelo, Continente e Modis, no Pingo Doce, Recheio e Feira Nova, no Pão de Açúcar e no Jumbro, bem como na Moviflor, Maxmat e Worten – onde a precariedade é maior. No futuro, propôs ainda o CESP, as inspecções devem abran-

ger ainda aspectos como a discriminação salarial e as classificações profissionais, a marcação e pagamento de férias, o trabalho suplementar e aos domingos, dias feriados e de balanço, o trabalho nocturno.

Na sexta-feira, o CESP acusou a loja Modelo do Barreiro de, «para minimizar as quebras, mandar descontar um dia de trabalho no ordenado de alguns trabalhadores». Um comunicado da direcção local do sindicato denuncia ainda outras irregularidades, como o facto de 80 por cento dos funcionários estarem classificados como ajudantes, apesar de desempenharem tarefas de especializados.



## Sindicatos contestam despedimentos na Teleweb

Apesar de fazer parte da Finantel, um crescente e potente grupo económico, a Teleweb anunciou aos seus trabalhadores que vai para a falência, propondo-lhes que aceitem como indemnização pelo despedimento apenas o valor de um salário líquido. «De outra forma, ameaçam que os trabalhadores poderão acabar por não receber nada», denunciou ao Avante! um dirigente do SNCT e da CCTP. Fernando Ambrioso afirma que, «no mínimo», os trabalhadores têm direito a receber os salários até final

do contrato (a grande maioria do pessoal são jovens contratados a prazo), bem como os subsídios de férias e de Natal, para além das indemnizações legais. A diferença, calcula o sindicalista, vai entre cerca de 150 contos que, em média, a empresa quer pagar, e mais de mil contos a que cada trabalhador terá direito (também em média).

A Teleweb, entretanto, já ordenou aos seus cerca de 200 trabalhadores que não comparecessem no local de trabalho e mandou recolher

material que lhes fora distribuído (viaturas, telemóveis, computadores), no mês passado, pagou os salários mas ficou a dever as remunerações classificadas como prémios e subsídios. Os salários de Maio deveriam ficar a pagamento ontem.

Para o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, «o grupo Finantel não se encontra em dificuldades económicas» e «terá que assumir os respectivos custos sociais, que advêm de erros de gestão».

O Sindicato dos Jornalistas, tal como o SNCT, congratulou-se com a intervenção da Inspecção-Geral do Trabalho, que considerou haver da parte da Teleweb «assédio moral colectivo» sobre os trabalhadores, em vez da abertura formal de um processo de despedimento. Outro caso semelhante referido à Agência Lusa pela subinspectora geral, Helena Serra, foi a transferência de trabalhadores da PT Comunicações, no Porto.

Afirmando que vai apoiar os jornalistas despedidos na Teleweb, o SJ «adverte publi-

camente o Governo e as organizações empresariais para o carácter excessivamente experimental e aventureirista que preside à criação e lançamento de projectos na área da informação, designadamente na área da nova economia, explorando as expectativas legítimas de muitos jovens recém-chegados à profissão e ao mundo do trabalho, descartando-os com excessiva facilidade quando tais projectos falham» – refere um comunicado que o sindicato divulgou na sexta-feira.

## Hotelaria com prejuízos de 13 milhões

# Expansão sem punição

Enquanto aumenta o peso da hotelaria e turismo na economia nacional, os salários médios são mais baixos e a precariedade é muito mais elevada.

Só na região de Lisboa, num universo de 60 mil trabalhadores, há 21 mil com vínculo precário (17 mil destes são contratados a prazo), denuncia o Sindicato da Hotelaria e Turismo do Sul, que aponta como «vergonha nacional» o facto de a precariedade no sector atingir cerca de 35 por cento, muito mais do que a média nacional de 20,3 por cento.

O trabalho precário, salienta o sindicato, «abrange também hotéis famosos, que deviam ser a imagem de marca de qualidade do turismo». São citados o Ritz, o Tivoli, o Sheraton, o Penta, o Palácio, o D. Pedro e o Continental.

Mas é nos estabelecimentos da chamada *fast-food*, como a MacDonal'd's e a Telepizza, que a precariedade atinge a sua expressão mais violenta, atingindo a grande maioria ou até a totalidade dos trabalhadores.

O sindicato defende que a

prática de baixos salários e elevada precariedade é incompatível com qualidade.

**Os lucros crescentes resultam de exploração dos trabalhadores e fraude fiscal**

Estas posições estão expressas num comunicado que foi distribuído anteontem, em Lisboa, durante uma jornada de luta dos trabalhadores das cantinas, refeitórios, áreas de serviço e bares. Neste subsector, com cerca de 10 500 pessoas ao serviço, foi declarada greve. De manhã, teve lugar uma acção pública na Rua Augusta, de onde partiu uma manifestação com centenas de trabalhadores que, depois de percorrerem a Avenida da Liberdade, a Avenida Fontes Pereira de Melo e a Avenida da República, concentraram-se frente à sede da associação patronal ARESP, na Avenida Duque de Ávila.

Os trabalhadores reclamam aumentos salariais, pagamento do trabalho prestado ao sábado e domingo, instituição de diurnidades



Resta o caminho da luta para os trabalhadores garantirem melhores salários e estabilidade de emprego, contra os abusos patronais e a política do Governo PS

e folgas rotativas, redução do horário de trabalho e aumento do período de férias, melhorias no pagamento do subsídio de refeição (passando a incluir as férias).

### Estariam na prisão

Para além do «escândalo da precariedade», o sindi-

cato denuncia o quadro «deliberadamente fraudulento» criado pelas empresas da hotelaria, restauração e turismo. «Se o Governo do PS governasse o País com rigor e isenção, 90 por cento dos patrões da hotelaria estariam presos», afirma

o sindicato. No comunicado são citados alguns dados oficiais que fundamentam a denúncia, abrangendo a região de Lisboa e Vale do Tejo:

- com um volume de negócios de 546 milhões de contos, o resultado global é de

13 milhões de contos de prejuízos;

- 882 estabelecimentos de alojamento dão, no conjunto, um prejuízo de 3 milhões;

- 7968 restaurantes e similares apresentam, no total, prejuízos de 10 milhões de contos.

## O pior ano da vinculação

A instabilidade de emprego continua a aumentar entre os professores, protesta a Fenprof, comentando os resultados já conhecidos dos concursos para preenchimento de vagas nos quadros de escola e de zona pedagógica. Pela primeira vez, as vinculações não atingem 50 por cento das vagas a concurso.

Acusando o Ministério da Educação de se esforçar por disfarçar este facto, a Federação Nacional dos Professores afirma que, feitas as contas aos resultados já conhecidos dos concursos para os 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e no Secundário, apenas ficaram com vínculo efectivo 2916

docentes (somando quadros de escola e de zona pedagógica, bem como habilitação profissional e habilitação própria). Dos 22 685 candidatos, ficaram por colocar 19 769, que ficarão contratados ou desempregados no ano lectivo de 2001-2002.

«Ainda que, para a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico sejam preenchidas todas as vagas disponíveis a vinculação, em todo o País e no conjunto de todos os sectores de ensino e educação, não atingirá os 5 mil» o total de docentes vinculados, quando o total de candidatos rondou os 30 mil. Estes «números que não mentem» contrari-

am o ministro, que no início dos concursos, em Janeiro, afirmou que iriam ser vinculados 7600 dos contratados.

Como a grande maioria dos actuais contratos expira a 31 de Agosto, a federação alerta que «faltam pouco mais de três meses para se assistir a um dos maiores despedimentos colectivos do País, situação que se repete anualmente». A Fenprof acusa o ME de não cumprir a lei geral do trabalho, uma vez que nega vínculo efectivo a milhares de professores que «deveriam integrar o quadro, uma vez que já têm mais de três anos de contrato ou já assinaram mais de três contratos».

## AHETA procura 2 mil «estagiários»

«Querem é mão-de-obra barata», comentou ao *Avante!* o coordenador da União dos Sindicatos do Algarve, a propósito da notícia de que a associação patronal AHETA quer recrutar no Brasil 2 mil estagiários para trabalharem nos estabelecimentos hoteleiros algarvios durante o próximo Verão.

De acordo com um protocolo que a Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve celebrou, em Janeiro, com as autoridades do turismo do Ceará, a vinda dos estagiários brasileiros processar-se-ia no quadro da colaboração das escolas de Hotelaria do Algarve e daquele estado brasileiro.

João Gomes, presidente da AHETA, admitiu em Março à *Gazeta Mercantil* que o número de candidatos poderia chegar

aos 3 mil, tantos quantos os pedidos de reposição de empregados recebidos das empresas associadas. «O problema é arranjar vaga nos aviões», lamentava o patrão hoteleiro.

António Goulart, em declarações ao *Avante!*, classificou de «misterioso» o referido protocolo luso-brasileiro. Para o coordenador da USAL/CGTP, o objectivo dos patrões é pagar salários mais baixos, recorrendo à imigração, ao mesmo tempo que muitos finalistas da Escola de Hotelaria do Algarve são forçados a emigrar para fora da região. Em Maio, salientou, havia 8400 trabalhadores desempregados inscritos no Algarve, verificando-se aumento do desemprego nos concelhos com maior peso das actividades ligadas ao turismo.



Todas as quartas-feiras, durante o mês de Maio, dirigentes e activistas da Fenprof concentram-se frente ao Ministério, cumprindo um plano de luta que pode culminar com o recurso à greve

## Administração local exige suplemento

Os sindicatos representativos dos trabalhadores das autarquias estão a preparar um tribunal de opinião pública, para julgar o Governo por incumprimento da lei. Para apresentar a acusação, o STAL e o STML convocaram para hoje uma iniciativa junto à presidência do Conselho de Ministros, exigindo que seja regulamentado o suplemento de insalubridade, penosidade e risco.

Para a iniciativa foram convidados o primeiro-ministro (que ali deverá estar na reunião semanal do Governo), representantes dos grupos parlamentares e outras entidades, informaram os sindicatos. Na mesma nota, recordam que

a regulamentação do referido suplemento, previsto em lei-quadro desde Junho de 1989, obteve um primeiro compromisso do Governo em Janeiro de 1996, no acordo assinado com os sindicatos da Administração Pública. O prazo estipulado pelo Governo era de 6 meses, mas o mês de Junho acabou e a regulamentação não se concretizou.

Em Março de 1998, pressionado pelos sindicatos (e depois de mais uma iniciativa de denúncia pública por estes realizada), o Governo fez publicar um primeiro regulamento sobre condições de atribuição do suplemento de insalubridade, penosidade

e risco. Esse decreto-lei (53-A/98) determinava que no prazo máximo de 150 dias seria feita a necessária adaptação à administração local.

Após negociação com os representantes dos trabalhadores, o projecto final de diploma foi concluído e, a 15 de Setembro de 1999, obteve parecer favorável do Conselho Superior da Saúde e Segurança no Trabalho para a Administração Pública.

«Pelo que sabemos, esta matéria foi apresentada em Conselho de Ministros, mas continua sem a devida apreciação, por razões que não compreendemos», protestam os sindicatos da CGTP.

• Bento Rodrigues Quaresma

# Memórias de lutas antifascistas no ano de 1954

• Desenho de António Casquilho

**R**ecordar as grandes lutas dos rurais no ano de 1954 é lembrar Catarina Eufémia. Foi um ano fértil em grandes lutas que iriam marcar profundamente o movimento antifascista em todo o Alentejo. Estas lutas começaram na margem esquerda do grande rio do Sul. Era inimaginável o efeito que a luta iniciada em Pias no inesquecível mês de Março teria nos tempos que se seguiram.

Eram tempos difíceis, em muitos lares pairava o espectro da fome, por isso as reivindicações das lutas travadas eram em torno do trabalho e do valor dos salários; bandeiras agitadas sobretudo pelos rurais, mas que tinham a solidariedade de muitos que viam no estado de miséria dominante, situações de grande injustiça. A luta que começou por uma manifestação de um grupo de jovens rurais de Pias que estavam organizados clandestinamente e, portanto, conscientes dos objectivos que prosseguiam, rapidamente se alargou a toda a aldeia e se alastrou às povoações limítrofes, como Vale de Vargo, Aldeia Nova de S. Bento e Serpa. Gerou-se um movimento em torno de justíssimas reivindicações, que arrastou muitas dezenas de camponeses para a rua.

A PIDE cedo se apercebeu da ameaça que representava para o regime o movimento reivindicativo e as respectivas consequências políticas. Assim, fez deslocar várias brigadas para a margem esquerda e apoiando-se nas forças repressivas locais, desencadeou uma onda de repressão, provavelmente a maior operação feita até àquele momento pelo regime nas povoações referidas, tendo gerado um ambiente semelhante a um autêntico estado de sítio. Em consequência da repressão foram presos dezenas de trabalhadores rurais e vários democratas, que se desdobraram de forma destacada em actos de solidariedade.

A situação agravou-se com o início das ceifas, por alturas de Maio, um mês sempre muito combativo, aproveitado pelos trabalhadores rurais para manifestarem reivindicações que visavam o aumento dos salários e melhores condições de vida.

Era um período do ano em que os seus braços se revelavam indispensáveis, face ao expressivo volume de trabalho a desenvolver na agricultura. Apesar da grande rudeza física do trabalho, os salários praticados eram baixos e a jornada de trabalho era de sol a sol. Constituíam períodos de grandes tensões sociais, em que, de um lado, os agrários, apoiados nos meios repressivos, não cediam e, do outro lado, os trabalhadores resistiam heroicamente. Neste período já os agrários recorriam a mão-de-obra vinda do Algarve ou das Beiras para substituírem os trabalhadores locais. Os recém-chegados eram vistos como elementos de perturbação do processo de luta porque, para além de tirarem o trabalho aos locais, também se sujeitavam a salários mais baixos, deitando por terra as poucas

conquistas que gradualmente iam sendo alcançadas. No entanto, as posições tomadas em geral pelos trabalhadores em movimentações sociais eram sempre construtivas, como comprovaram os factos de se estabelecerem contactos com os trabalhadores contratados, com a finalidade de os esclarecer e ganhá-los para as suas causas.

## O dia 19 de Maio

O processo reivindicativo desenvolveu-se e gradualmente alastrou-se a outras povoações do Alentejo. O ponto alto deste processo teve lugar no dia 19 de Maio de 1954, quando um grupo de camponeses e camponesas de Baleizão decidiu contactar abertamente um grupo de trabalhadores recém-chegados para que estes trabalhassem pelo salário que tinha sido estabelecido e apresentado aos patrões. Reivindicavam igualmente trabalho, porque não faltava neste período do ano. Na altura em que esse grupo se

dirigia para o local onde decorriam as actividades agrícolas, foram interceptados por uma força da GNR, comandada pelo tenente Carrajola, a mando da PIDE e seguramente por influência do agrário, para evitar o contacto com aqueles que estavam a trabalhar e escorraçar os grevistas da herdade.

Foi na sequência dos tiros disparados pelo tenente que caiu por terra Catarina Eufémia. É justo afirmar que Catarina e os seus companheiros lutavam pelo pão e iam em missão de paz, para convencerem os trabalhadores vindos de outras paragens a lutarem por condições mais dignas. Revoltados e dando expressão à sua luta, os camponeses de Pias também contactaram um grupo de trabalhadores oriundos do Algarve. Conscientes dos perigos que enfrentavam, foram para a luta mesmo com a presença de uma força policial que de imediato carregou sobre os manifestantes no meio dos trigais. Simultaneamente foi dada ordem de prisão a 51 trabalhadores que se

encontravam no local, dois ainda conseguiram fugir, os restantes foram levados. Mas a «colheita dos comunistas», como os elementos da PIDE afirmavam, não ficou por aqui. Fizeram duas prisões também em Vale de Vargo, uma das quais a minha, tendo sido alegado que eu seria um dos agitadores mais destacados. O principal argumento utilizado referia-se ao facto de eu continuar a dar fiado contra as orientações da polícia política, assim e segundo eles, sustentava os grevistas contribuindo para que os trabalhadores se mantivessem em luta. Na situação de greve, naturalmente que as dificuldades eram acrescidas pela simples razão dos trabalhadores não receberem os salários, o que impedia a compra e o pagamento de bens de primeira necessidade para o consumo e subsistência no dia-a-dia. Deste modo, ficavam mais vulneráveis e em consequência teriam de regressar mais rapidamente ao trabalho e aceitar as condições impostas pelos patrões. Esta era uma forma de expressar a

minha solidariedade, dado que tinha na altura uma mercearia, que foi prontamente selada no acto da minha prisão.

Fomos metidos num jipe e seguimos ao encontro dos companheiros de Pias, que estavam concentrados à sombra de uma imponente azinheira, rodeados de duas dezenas de guardas. Avizinhava-se um início de Verão particularmente quente, a temperatura ambiente era elevada, a sombra da generosa árvore constituía o único abrigo contra o calor, foi uma imagem que retive, tantas vezes recordada quando anos mais tarde ouvia a canção do Zeca, Grândola Vila Morena. Permanecemos neste pseudocampo de concentração até às vinte e três horas, altura em que apareceu um autocarro que nos conduziria às masmorras. Estava uma bela noite de luar, muito amena, uma noite como tantas outras de Verão que em situações normais e face à nossa juventude e abertura de espírito proporcionava momentos de bonitos sonhos, enlaçados num punhado de desejos e de projectos

que, no fundo, reflectiam uma vida plena de esperança, alicerçada numa existência jovem que ainda tinha tudo para viver.

## A inesquecível repressão

Mas, nessa noite a realidade era bem diferente, as sensações outras, pairava no ar um ambiente de obscuridade, carregado e repressivo, até parecia que o autocarro ledia, com cheiros nauseabundos vindos dos opressores, provavelmente do odor da pomada dos lustrosos e brilhantes sapatos dos PIDES. São sensações que o tempo não faz esquecer. À hora da partida arrumaram-nos em grupos de dez e em duas filas, com três guardas de cada lado. Deste modo, éramos conduzidos para o autocarro que se encontrava estacionado a uns trezentos metros. Quando me preparava para integrar uma das filas, recebi um empurrão e uma ordem dum guarda, para quedarme onde estava, porque seria o último. Fiquei naturalmente apreensivo e de

imediatamente me apercebi que em menos de dez minutos foi posta a alcunha e transmitida a todos os presos. Este episódio caracteriza bem o Homem da nossa terra, que mesmo em situações difíceis e de crise não perde o humor nem a ironia. Aliás, reflectindo bem sobre a alcunha dada, «Caimorto» esta ajustava-se plenamente à figura sinistra aparentada pelo chefe da brigada. Desnecessário será referir o efeito que causou este pequeno pormenor na minha disposição e, naturalmente, na dos restantes presos. Depois da contagem dos presos lá seguiu o autocarro comandado pelo célebre «Caimorto» rumo ao destino desconhecido. A primeira paragem foi em Beja, perto das três da manhã em frente ao Posto da Polícia subiram mais catorze companheiros, todos de Baleizão, que tinham sido presos pela PIDE nessa noite. Entre os presos encontrava-se um grande amigo e companheiro que tinha conhecido de encontros clandestinos, tratava-se do saudoso camarada Tronçã, infelizmente desaparecido do nosso convívio. Assim, se completava a lotação do autocarro, com sessenta e cinco presos. Levantámos ferros e seguimos pela estrada de Ferreira, agora seguramente rumo aos cárceres de Lisboa.

Este grupo, constituído por homens considerados grandes inimigos do regime, tinham o destino marcado com a prisão, como se de malfeitores se tratasse, quando a principal razão das suas atitudes residia no facto de se insurgirem contra as condições de miséria em que viviam e as injustiças a que eram sujeitos. Fomos conduzidos ao Forte de Caxias e distribuídos por várias salas. Eu e uns quantos fomos instalados na sala n.º 4. Dias depois começou o pesadelo, com os interrogatórios na Rua António Maria Cardoso, sede da PIDE, onde éramos agredidos física e psicologicamente. Suportámos as torturas com grande sentido de dignidade, na defesa dos nossos valores, camaradas e organizações onde militávamos clandestinamente, nas células do Partido, então o único na resistência e na oposição, o Partido Comunista Português.



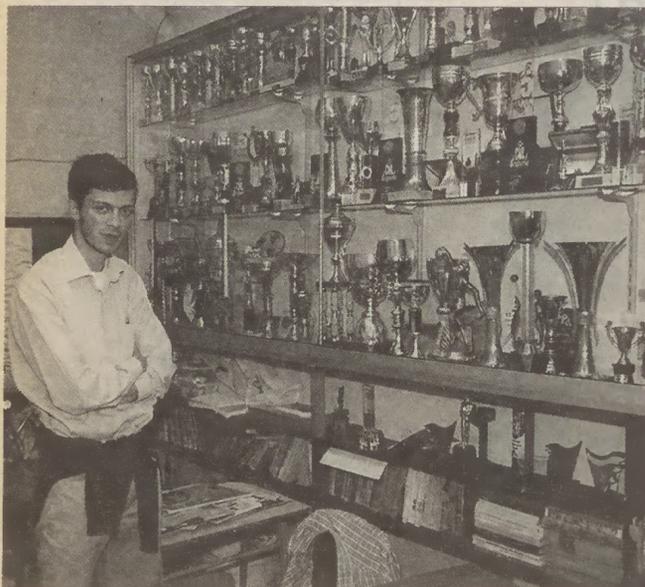


## As experiências e reivindicações do associativismo juvenil As colectividades do século XXI

O associativismo português é renovado diariamente por milhares de jovens. O *Avante!* foi conhecer o seu trabalho e descobrir três colectividades do País. Três jovens dirigentes falam das suas experiências, aspirações e reivindicações: Ricardo Miguel, do Grupo «Gente Gira», Bruno Silva, do «Os Lusíadas», e Nuno Pato, do Ateneu da Madre de Deus.

O Ateneu da Madre de Deus, colectividade da freguesia do Beato, em Lisboa, funciona num palacete com vista para o Tejo. O local é calmo, rodeado das vivendas típicas do bairro e algumas hortas. Há dois anos, um grupo de jovens contactou a direcção da colectividade e foi criado o grupo de teatro.

pong, no snooker e bilhar, ou nos encontros de dança ou rally papers. Muito participado é também o Grupo «Gente Gira», do Cadaval, fundado no ano passado a partir de um grupo de teatro. Metade da direcção é composta por elementos com menos de 30 anos. Ricardo Miguel é um deles.



Bruno Silva

Nuno Pato foi um dos seus fundadores e, ao longo do tempo, agarrou-se ao Ateneu como a uma segunda casa. Actualmente desempregado, passa muito tempo no clube. Quando o *Avante!* chegou, estava a dar uma mãozinha nas obras do sótão.

O Ateneu faz 56 anos em Novembro, mas não está velho. Nas suas actividades estão envolvidos cerca de 100 jovens, seja no andebol, no futebol, no teatro, na ginástica aeróbica, no ping-

Na mão traz dois exemplares da «Elo Associativo», a revista da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio. «Estou a ver umas coisas», diz.

O «Gente Gira» tem um grupo de teatro (virado essencialmente para a revista), prepara-se para lançar um grupo musical e espera pôr a funcionar o pelouro do desporto em breve. Com página na Internet mas com a sede a funcionar numa sala cedida pela Câmara Municipal, o

quetebol, atletismo, xadrez, pesca, algumas tardes culturais e excursões, estas sempre com preocupação cultural. «Para além do passeio e do pic-nic, paramos sempre no castelo e no museu», explica Bruno.

### Qualidade de vida

Nuno, Bruno e Ricardo concordam num aspecto fundamental: associativismo é sinónimo de qualidade de

vida, de aprendizagem e de construção.

«A grande vantagem de estar nisto não é o facto de ir a reuniões ou de ser conhecido, é o facto de pertencer a um grupo de várias pessoas e ter de lidar com elas», diz Bruno Silva.

**Se há um alheamento da vida cívica, as colectividades podem ter um papel importante**

envolva, é sempre melhor do que a vida «escola-casa» ou «trabalho-casa». Até é pena que não haja condições para que as pessoas possam estar mais tempo nas colectividades, o que seria possível nomeadamente com o estatuto de dirigente associativo voluntário», defende Bruno. «Nós nas colectividades fazemos um trabalho muito importante para o País, às vezes substituímo-nos ao próprio Estado e isso não é reconhecido.»

Para Ricardo Miguel, o «Gente Gira» «tem sido uma escola de vida. Há um conjunto de valores que temos vindo a desenvolver, como o trabalho em equipa. Não há ali protagonismo, toda a gente tem o seu momento para «brilhar». Há uma camaradagem muito grande. Como as dificuldades são muitas, se não estivermos unidos não as conseguimos superar.»

«Numa altura em que se diz que há um alheamento da vida cívica, as colectividades podem ter um papel importante», sublinha.

Uma das coisas que distingue profissionais e amadores é a disponibilidade. E, muitas vezes, é difícil conciliar a vida associativa com os horários do trabalho, da escola ou da família. Mas, em geral, a recompensa é sempre sentida.

«Temos de fazer uma ginástica...», desabafa Nuno Pato. «Se as coisas correm bem, é muito bom chegar ao final e pensar que saíu tudo das nossas mãos, que todos aqueles bocadinhos de coisas que fomos construindo aos poucos tiveram um resultado e que as pessoas gostaram.

Dá muita motivação para continuar e procurar fazer cada vez melhor.»

O Grupo «Gente Gira» tem a particularidade de sentir que está a produzir transformações no seu meio. «No nosso concelho – rural e pequeno – há poucas actividades culturais. Ao longo do ano fizemos uma série de iniciativas que, se não fosse o «Gente Gira», teriam de ser feitas com pessoas de fora», conta Ricardo Miguel.

Os seus trabalhos são invariavelmente bem recebidos pela população. «É raro o dia em que uma pessoa não aborde um de nós na rua para perguntar quando é que fazemos outra revista.»

### O que quer dizer colectividade?

O movimento associativo sempre acompanhou as necessidades da sociedade. Quando não havia segurança social, surgiram as sociedades mutualistas; quando o ensino não era generalizado, as colectividades criaram escolas primárias para crianças e adultos; quando a população precisou de actividades desportivas e culturais, apareceram clubes. E, hoje, o que representam as colectividades para os jovens?

«O associativismo pode e deve representar para os jovens um espaço de convívio, o que faz muita falta tendo em conta que muitas das outras ofertas que lhes são feitas são individuais», considera Bruno Silva.

Mas o que significa, de facto? Nuno Pato é claro: «Infelizmente, em muitos casos representa um património do passado, aquilo que pertence aos avós, aos pais e que não tem nada a ver com eles.»

«Muitos jovens não reconhecem os potenciais do associativismo», acrescenta Ricardo Miguel. «Não pensam que as actividades do «Gente Gira» só são possíveis porque há uma colectividade por trás. Se há um concerto as pessoas vão lá, mas não pensam que foi organizado por

uma associação e que é importante ajudá-la.»

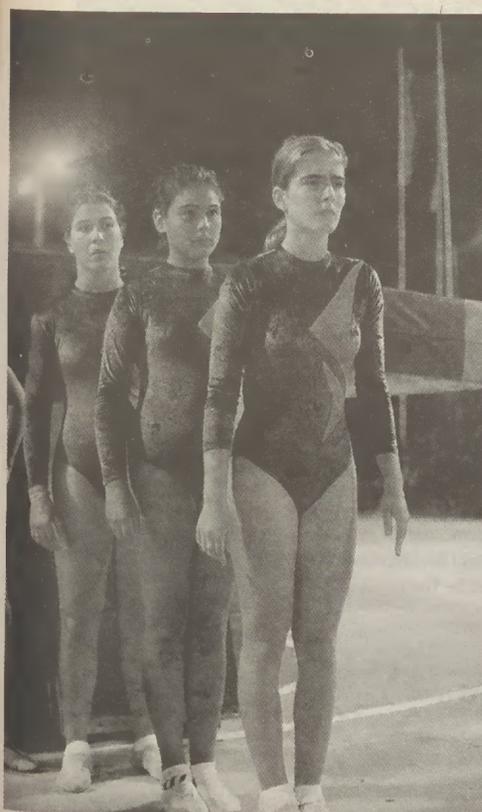
As opiniões dividem-se quanto à renovação do associativismo português (ver texto nestas páginas), mas Bruno Silva não duvida que a participação dos jovens está a crescer, pelo menos na sua freguesia, Alcântara, um dos



baixos históricos da capital, que conta com mais de 20 clubes.

«Nota-se que a população está a diminuir não só nos sinais oficiais (pretendem fechar escolas, por exemplo), mas até na vida desportiva. Se fossemos só nós a ter esse problema, podíamos dizer que havia uma falha do trabalho do «Lusíadas», mas isso acontece com todos os clubes, à excepção dos maiores, como o Atlético e o Boa Hora, que conseguem proporcionar actividades federadas.»

Bruno recorda que as coisas se passavam há alguns anos: «As pessoas da minha idade ainda se habituaram a jogar futebol na rua, a esfolar joelhos... Agora temos de competir com a televisão, as consolas e os computadores. A prática desportiva é apenas mais uma oferta. Antes era uma maravilha um clube dizer a um miúdo: «Anda jogar à bola que a gente dá-te o equipamento.»»



Colectividades exigem apoios oficiais

## Manual de sobrevivência

A falta de dinheiro é talvez o maior problema das associações e colectividades. É impossível sobreviver apenas com as quotas dos sócios e é o apoio material e financeiro das juntas de freguesia e das câmaras municipais que permite a sobrevivência.

«Problemas monetários toda a gente tem. O dinheiro nunca chega», comenta Nuno Pato, do Ateneu da Madre de Deus, clube que procura arranjar patrocinadores em actividades como o futebol ou o futebol de praia. «Mas é muito difícil sensibilizar as pessoas e mostrar aos empresários que podem tirar benefícios das ajudas que dão às colectividades no IRC.»

Nuno lamenta a falta de apoios do poder central, lembrando a burocracia que é exigida para uma candidatura, com exigências totalmente desadequadas da realidade: «Fazer uma projecção anual é impossível. Toda a gente trabalha ou estuda e é muito difícil garantir que os planos que fazemos vão ser cumpridos dentro dos prazos.»

Os «Lusíadas», clube de futebol, também conta com o apoio dos órgãos autárquicos. Treinam nos campos da Junta de Freguesia de Alcântara e, graças a um protocolo assinado por esta, servem-se regularmente do pavilhão da Escola Superior de Polícia.

«Nada do que a gente faça dá lucro», afirma Bruno, lembrando que as obras que estão a decorrer na sede dos «Lusíadas» não seriam possíveis sem a ajuda da Câmara Municipal de Lisboa.

«O apoio do Estado devia passar pelo fornecimento de determinados bens e serviços, tais como os equipamentos, a construção e manutenção de espaços desportivos, subsídios para actividades concretas ou a gratificação da polícia não ser paga pelos clubes», defende Bruno Silva.

O dirigente refere ainda as vitórias da Sociedade Portuguesa de Autores, que obriga ao pagamento de uma taxa a todas as colectividades que tenha televisão. «O

pouco que o Estado faz só prejudica, mais valia estar quieto.»

### Crítérios de «qualidade»

Recentemente, o grupo «Gente Gira» pediu apoio ao Instituto Português das Artes e Espectáculo para aquisição de material, mas foi-lhes recusado. «Não responderam da forma correcta. Puseram em causa a nossa qualidade sem nunca terem visto nada do grupo», declara Ricardo Miguel.

«Temos sobrevivido à custa das bilheteiras e de algum apoio dos órgãos autárquicos. Temos consciência que lhes é difícil pedir mais. As autarquias têm competências muito limitadas, mas, sempre que pedimos algo, acedem com boa vontade. Muitas vezes nem pedimos subsídios, queremos que promovam as iniciativas e que nos dêem os meios técnicos. Precisamos de aparelhagem, de luzes... Uma peça de teatro pode-se

● Isabel Araújo Branco – texto

● Jorge Caria e arquivo – fotos

Os dirigentes defendem uma maior contribuição do Estado, nomeadamente com o fornecimento dos equipamentos, a construção e manutenção de espaços desportivos e subsídios para actividades concretas

fazer com uma mesa e cadeiras, mas a revista não: tem produção ao nível de figurinos, de cenários, de música. Tudo isto tem de ser muito trabalhado e as pessoas cada vez exigem mais.»

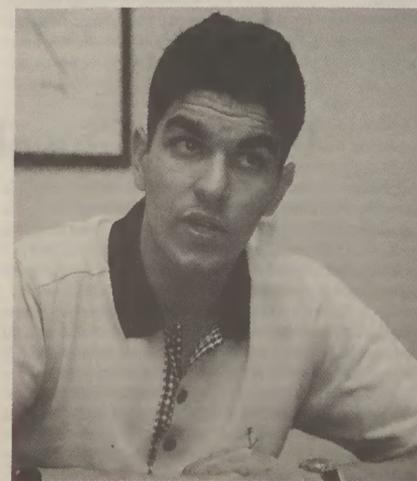
A produção da revista que o «Gente Gira» tem em cena está a ser pago com as receitas das bilheteiras, nomeadamente noutras colectividades em que tem sido apresentada. Quando a peça é feita no Cadaval, o grupo cede metade das verbas aos Bombeiros, proprietários das instalações do espectáculo.

«O espectáculo pode custar seiscentos contos e na bilheteira fazemos duzentos. Como temos de dividir, ficamos sempre com um grande défice.» Para compensar, levam o espectáculo a outros clubes. «Estabelecemos uma verba. A nossa vontade era ir lá de borla, mas temos tantas despesas que é impossível. Se calhar as pessoas até pensam que é pretensiosismo da nossa parte, mas, se não for assim, não conseguimos sobreviver.»

## A renovação é inevitável

Ricardo Miguel defende que «há um renascer da juventude para o associativismo».

«Não sei bem o que mudou, talvez a consciência que as colectividades têm um



Ricardo Miguel

Bruno Silva é um dos protagonistas da renovação do associativismo português. «Convidaram-me para a presidência. Se calhar, se houvesse outra hipótese, tinha dito que não, mas, entre assumir esse compromisso e deixar o clube morrer, preferi assumir», afirma.

Para Bruno, a incompatibilidade entre gerações é cada vez mais um mito. As diferenças sentem-se mais nos métodos e na forma de organizar. «Aqui tratamo-nos como iguais, não interessa a idade que temos, temos de resolver os problemas.»

O reduzido número de dirigentes jovens não preocupa Bruno Silva. «A renovação vai ter de acontecer. Resta saber se vai acontecer quando as pessoas tiverem 20 anos ou quando tiverem 30. Vai haver muitas crises, mas ninguém gosta de deixar as coisas morrer.»

papel importante aliada à necessidade de ocupar os poucos tempos livres que temos.»

Para este dirigente associativo, este novo fenómeno acontece apesar das muitas dificuldades com que os jovens lidam. «O próprio ritmo de vida não permite que as pessoas dediquem parte do seu tempo às associações, sobretudo os jovens com empregos precários, que acabam por criar uma certa instabilidade. As pessoas ficam tão absorvidas que menos prezam um bocadinho de participação na vida social.»

Nuno aponta outra solução: «Cada vez há mais associações de jovens e cada vez as colectividades estão mais afastadas dos jovens. Muitas das associações juvenis não têm sequer sede e, se chegassem a uma parceria com as colectividades, estas podiam renovar-se, ter gente e ideias novas e, ao mesmo tempo, essas associações podiam ter o seu espaço. Hoje estão quase de costas voltadas e isso é um contra-senso.»

A falta de tempo é talvez o grande impedimento para que surjam novos dirigentes

«As colectividades têm de se voltar para o futuro, muitas continuam presas ao passado», considera Nuno Pato. O Ateneu da Madre de Deus está neste momento a iniciar

associativos. «É difícil arranjar alguém que esteja disposto a ser dirigente. Há sempre coisas para tratar e é requerida uma grande disponibilidade», diz Nuno Pato. «Participar normalmente não é complicado, porque as colectividades funcionam essencialmente durante os fins-de-semana», acrescenta.

Mas Nuno não recusa a existência de choques e de resistências à passagem de testemunho. «Há jovens que são muito arrogantes naquilo que pretendem e na forma como o querem fazer, mas também há pessoas mais velhas que estão de pé atrás independentemente do que se vá dizer ou fazer. Se se chegasse a meio termo era melhor, com os jovens a aprender com a experiência dos outros dirigentes e os mais velhos a aproveitar os jovens para dinamizar as colectividades.»

# A verdade é como o azeite

• Pedro Carvalho

**H**á duas semanas o ministro da Agricultura apresentou uma proposta de reforma da PAC. Na semana passada, o PE aprovou outra «reforma» ao sector do azeite. Esta semana, a Comissão confirma que Portugal é contribuinte líquido da PAC. Factos soltos?

O impacto da adesão à UE, as sucessivas reformas da PAC (assinadas pelos governos PSD em 1992 e PS em 1998) e a liberalização do comércio agrícola intra e extracomunitário podem explicar a crise do sector agrícola. Entre 1990 e 1998, desapareceram mais de 30% das explorações agrícolas e 20% dos postos de trabalho. O rendimento agrícola caiu cerca de 20% desde 1997. A iniquidade na distribuição das ajudas da PAC entre países, produções e produtores agravou-se. As produções continentais – arvenses, carne bovina e leite – receberam entre 1994 e 1999 cerca de 66% das ajudas comunitárias, enquanto as três principais culturas mediterrânicas – frutas e legumes, vinho e azeite – receberam apenas 11%. Apesar das continentais representarem

agrícola, desvalorizando a função produtiva do agricultor. A ajuda à exploração proposta seria uma espécie de rendimento mínimo garantido para os agricultores, num contexto em que se acabam com os regimes de quotas e limiares de produção, se anulam os mecanismos de intervenção, se aposta na exportação e se liberaliza mais o comércio. Capoulas quer modulação sem plafonamento. Tudo somado, a «reforma radical» tenderá a acelerar a concentração. Porque falando claro a questão chave é a existência de um preço remuneratório e o dogma intocável é o comércio livre. A quota, hoje, é defensável face à abertura cada vez maior do mercado, para além de poder ter uma função social na distribuição regional da produção e entre produtores. Os acordos multilaterais e bilaterais de comércio puseram em causa o princípio da preferência comunitária. Sem uma maior localização da produção será impossível consolidar as economias rurais e atacar o cancro da desertificação.

Não é de estranhar que o PS no PE, num relatório de um seu deputado sobre a OCM do Azeite, tenha vindo logo aproveitar a «deixa» ministerial propondo a substituição do actual regime de ajudas à produção no sector. A ideia, que se traduziria em prática na opção da Comissão pelo o prémio à árvore, teria consequências nefastas para a produção e emprego (com a não recolha da azeitona), como se perderia um elemento-chave de controlo da produção do azeite e da sua qualidade. Aliás, a Comissão fala em qualidade, mas permite o «martelamento» ao não garantir a proibição de misturas de outras gorduras no azeite. É de estranhar que um deputado do PS alinhe com a Comissão, nada dizendo sobre os problemas fundamentais como a proibição da comercialização das misturas de azeite, a criação de uma ajuda compensatória aos pequenos produtores ou sobre a supressão dos mecanismos de intervenção pública que levou à queda dos preços e dos rendimentos dos agricultores.

## Contribuinte líquido

Uma coisa é clara, a PAC não promove(u) o objectivo da coesão económica e social, e não será pelo seu esverdeamento liberal ou pela renacionalização dos seus custos que o fará. Portugal continua a ser aquele que menos ajudas recebe da PAC apesar do peso socioeconómico do sector e de ter um dos mais baixos rendimentos per capita. Mas pior, de acordo com a Comissão, é Portugal ser contribuinte líquido para a PAC. Entre 1989 e 1998, Portugal, em termos de transferências líquidas, pagou cerca de 400 milhões de contos para a PAC, ou seja, cada português pagou cerca de 52 contos para os agricultores irlandeses, gregos, dinamarqueses, espanhóis e franceses. Isto devido aos efeitos do comércio agrícola, onde Portugal é claramente perdedor. Esta injustiça clama por si só uma nova política agrícola. Apesar de todas as intenções e mistificações, a verdade vem sempre ao de cima...



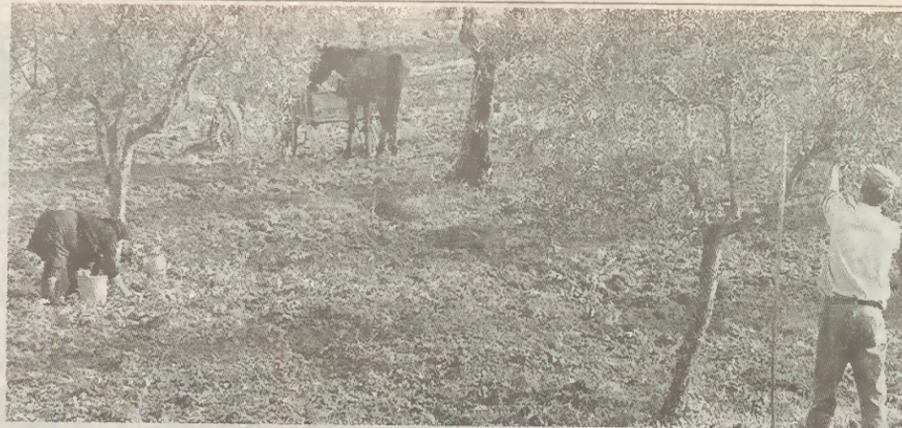
cerca de 38% da produção agrícola final e as mediterrânicas 25%. Por cada euro que a UE paga a um agricultor português, um irlandês recebe 9 e um francês recebe 4. Estas são algumas consequências de um modelo agrícola – que fomentou a intensificação, verticalização e concentração da produção agrícola – que as recentes crises da BSE e da febre aftosa puseram em evidência.

## Assistencialismo e liberalismo

Ao coro dos que querem aprofundamentos ou reformas radicais, junta-se agora o ministro Capoulas Santos. No meio de bonitas considerações sobre a qualidade, emprego e ambiente juntam-se propostas liberais, que parafraseando a CNA poderão ser «o princípio do fim de qualquer política agrícola comum». Se não, vejamos. É positivo, aliás como sempre defendemos, que se institua uma modulação das ajudas ao nível comunitário. Mas é perigoso que se pretenda desligar as ajudas da produção

## Rectificação

Devido a um infeliz lapso, na última edição surgiram trocadas as assinaturas no artigo intitulado «A bitola de Schröder». De facto, o seu autor é Pedro Guerreiro e não Pedro Carvalho, como estava indicado. Apresentamos desculpas aos leitores e a ambos os nossos colaboradores.



Os pequenos produtores continuam a ser os mais penalizados pelas políticas europeias

Comissão Europeia mantém permissão do uso de outras gorduras no azeite

## Fim às misturas

**A qualidade do azeite e o prolongamento do actual regime de ajudas ao sector por mais duas campanhas são os aspectos mais relevantes da estratégia da Comissão Europeia para o sector do azeite.**

No debate realizado na última sessão do Parlamento Europeu, os deputados do PCP criticaram a proposta da Comissão, por esta continuar a ignorar três pontos que ficaram sem resposta na reforma de 1998. São eles «a criação de uma ajuda compensatória aos pequenos produtores; a proibição da comercialização das misturas de azeite com outras gorduras e uma rotulagem que não seja enganadora para o consumidor e reserve a denominação do azeite para o produto da azeitona».

Acresce que, como referiu Ilda Figueiredo, «a supressão dos mecanismos de intervenção pública e a sua substituição pela armazenagem privada não conseguiu evitar a queda dos preços e as suas consequências para a redução do rendimento dos agricultores».

No entanto, ao aprovar o relatório do deputado espanhol, Salvador Jové, do Grupo da Esquerda Unitária Europeia, o Parlamento contribuiu para «corrigir algumas destas questões essenciais, sobretudo no que se refere às misturas, tentando garantir para o azeite a mesma protecção que existe para outros produtos, como, por exemplo, o leite».

A este propósito, Ilda Figueiredo considerou como «uma hipocrisia» o facto de a Comissão «avançar com propostas relativas à qualidade, sem apresentar melhorias significativas nos regimes de controlo, e, pelo contrário, mantendo a permissão às misturas».

No extremo oposto, o relatório do deputado português Paulo Casaca (PS) foi duramente criticado pelos deputados comunistas que o acusaram de pôr em causa «as resoluções de 1997 e 1998 do Par-

lamento Europeu» ao propor a substituição do actual regime de ajudas à produção por ajudas directas à exploração, que «abrem as portas à opção da Comissão pelo prémio à árvore».

Ilda Figueiredo deixou claro que «esta intenção deve ser rejeitada», de acordo com anteriores posições do Parlamento Europeu. E explicou que «a ajuda à árvore não só teria consequências nefastas sobre a produção e sobre o emprego (com a não recolha da azeitona), como se perderia um elemento-chave de controlo da produção do azeite e da sua qualidade, aumentando as possibilidades de práticas fraudulentas». Na sua opinião, «o importante era privilegiar o apoio à criação de planos de melhoria das condições de laboração dos pequenos lagares».

Na sequência da intervenção dos deputados do PCP, o relatório Casaca acabou por sofrer várias alterações que o colocaram em conformidade com a posição do PE favorável à manutenção das ajudas à produção.

## Deputado/PSD boicota Alqueva

O eurodeputado, do PSD, Jorge Moreira da Silva tem vindo a desenvolver uma campanha de descrédito do projecto Alqueva junto das instâncias comunitárias, tentando que o enchimento da barragem se faça apenas até à cota de 139 metros e não à cota de 152 metros como está previsto.

Evocando pretensas preocupações ambientalistas, para além das pressões que

exerce sobre a Comissão Europeia – atribuindo-lhe o papel de guardião dos interesses nacionais e pondo em causa financiamentos comunitários – o deputado teve recentemente a ideia de dirigir aos membros da Comissão do Meio Ambiente, da Saúde Pública e da Política do Consumidor do PE um convite para uma visita ao Alqueva, que teria início hoje, quinta-feira. Porém, as contas saí-

ram-lhe furadas e a «expedição» teve de ser anulada por falta de interessados em nela participar.

Os deputados do PCP no PE fizeram questão de afirmar o seu distanciamento relativamente a este tipo de atitudes, considerando que «afrontam o consenso nacional sobre a importância económica e social daquele empreendimento para o País».

## Pesca na Gronelândia

Por proposta dos deputados do PCP, o Parlamento Europeu aprovou na passada semana uma alteração relativa ao quarto protocolo de pesca entre a União Europeia e a Gronelândia, no sentido de garantir que todos os estados-membros possam aceder às possibilidades de pescas oferecidas.

O anterior protocolo «servia sobretudo a Alemanha que recebia cerca de 80 por cento da quota apesar de apenas, em média, ter utilizado cerca de 12 por cento»,

segundo recordou a deputada Ilda Figueiredo. O Reino Unido, a Dinamarca e a França estão igualmente incluídos com quotas mais pequenas.

Por seu lado, a frota portuguesa, que desde os anos 30 já pescava naquela zona, ficou de fora do protocolo aquando da adesão de Portugal à UE, em 1986. Ora, como frisou a deputada comunista, «a existência de uma pequena quota para Portugal, poderia reduzir o défice de exploração de 12 mil

toneladas, o que ajudaria a viabilizar o que resta da sua frota de pesca longínqua». Note-se que dos 52 navios-fábrica existentes em 1990, restam apenas 14.

O novo acordo, para o período de 2001 a 2006, prevê uma maior compensação financeira, cerca de 43 milhões de euros (8,6 milhões de contos), mas reduz as possibilidades de pesca (90 por cento no bacalhau, 40 por cento no cantarilho e 50 por cento no verdinho).

## Reformar a PAC

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) considera que a tendência para desligar as ajudas da produção pode ser «o princípio do fim de qualquer política agrícola». Este é um dos «aspectos negativos e preocupantes» da proposta de reforma da PAC, apresentada pelo ministro da Agricultura, Capoulas Santos, afirma uma nota da CNA, divulgada na segunda-feira, no final de uma reunião da direcção realizada em Coimbra. A Confederação sublinha que se as ajudas ficarem «desligadas da função útil e produtiva dos agricultores», estes passam «a ser vistos, ainda mais, como recebedores de subsídios e usufrutuários inúteis dos dinheiros comunitários e públicos». Abre-se ainda deste modo a «possibilidade de não cultivo e abandono» dos campos, de que resultará a «diminuição drástica da produção nacional e do aumento da dependência agro-alimentar». A CNA manifesta-se também preocupada com «a possibilidade de uma maior intensificação para produzir a mais baixos custos», o que aumentará a concorrência e agravará a situação da agricultura familiar. Pela positiva, a organização congratula-se com a proposta de «redistribuir mais equitativamente as ajudas (que são dinheiro público) do FEOGA-Garantia», e regista também, com agrado, o facto de ser reconhecido pelo Ministério que a actual PAC e as anteriores «são e foram más», designadamente por «incentivarem a intensificação excessiva e a produção de excedentes», com prejuízos para o ambiente, saúde pública e qualidade alimentar. No entanto, um dos aspectos decisivos omissos nesta proposta é a questão do alargamento da União Europeia e os «reflexos directos que isso terá» para Portugal. A CNA defende ainda que a oportunidade seja aproveitada pelo Governo «para implementar uma nova PAC verdadeiramente alternativa, social e economicamente justa».

## UE reduz verbas a Timor

O anteprojecto de Orçamento Geral para 2002, apresentado pela Comissão Europeia na passada semana no Parlamento Europeu, propõe um corte de mais de 50 por cento na verba destinada à reconstrução e reabilitação de Timor leste e ainda uma redução drástica de 94 por cento na respectiva linha de gestão para despesas administrativas. Os deputados do PCP consideram esta proposta inaceitável e vão apresentar propostas de alteração, sublinhando que os atrasos na reconstrução e no processo de constituição do Estado em Timor são razões suficientes para que as instituições europeias mantenham e reforcem o apoio àquele povo mártir.

# Fórum europeu sobre coesão

## Alargamento exige mais recursos

**O PCP considera que o Governo português deve condicionar o alargamento da UE à manutenção do nível de fundos estruturais e do fundo de coesão após 2006.**

Numa posição tornada pública no âmbito do 2.º Fórum Europeu sobre a Coesão, que decorreu segunda e terça-feira em Bruxelas, os deputados do PCP no Parlamento Europeu consideraram «inaceitável» que «sejam os países de menor desenvolvimento a pagar os custos do alargamento», tanto mais que, sublinham, os países ricos são quem mais vantagens tiram deste processo.

Em sentido inverso, o grupo parlamentar comunista afirma que, segundo estudos efectuados, «Portugal será o mais afectado com o alargamento» ao nível económico devido à concorrência dos novos países. Já hoje, recordam, o nosso país «está a afastar-se da convergência real com a média comunitária».

Apesar de ter sido considerada um êxito pelo Governo PS, o facto é que a própria Agenda 2000 «representou um fracasso», afirmam os comunistas notando que, não só «os fundos estruturais ficaram abaixo do nível do quadro financeiro anterior», como, caso não sejam executados, podem vir a ser anulados, ao contrário da anterior situação em que existia a obrigatoriedade de utilizar os montantes inscritos.

### Aumentar recursos

Os deputados do PCP insistem na necessidade de ultrapassar o actual tecto financeiro (de 1,27 por cento

**Os países ricos são quem tira mais vantagens do alargamento**

do Produto Nacional Bruto Comunitário) do orçamento da UE e de reforçar os fundos estruturais e de coesão, tanto mais que «os países do futuro alargamento têm, na sua maioria, índices de desenvolvimento inferiores à média comunitária».

O aumento de meios justi-

níveis de desenvolvimento dos diferentes países (a chamada a coesão económica e social) deve tornar-se assim o objectivo central de todas as políticas europeias, o que não se tem verificado até agora, em parte devido à obrigatoriedade do respeito pelo Pacto de Estabilidade, introduzida na agenda 2000, pelos países que recebem o fundo de coesão. Neste sentido, os comunistas defendem o fim deste condicionalismo que consideram «incompatível com o objectivo do desenvolvimento do nosso país». De igual modo, os deputados alertam

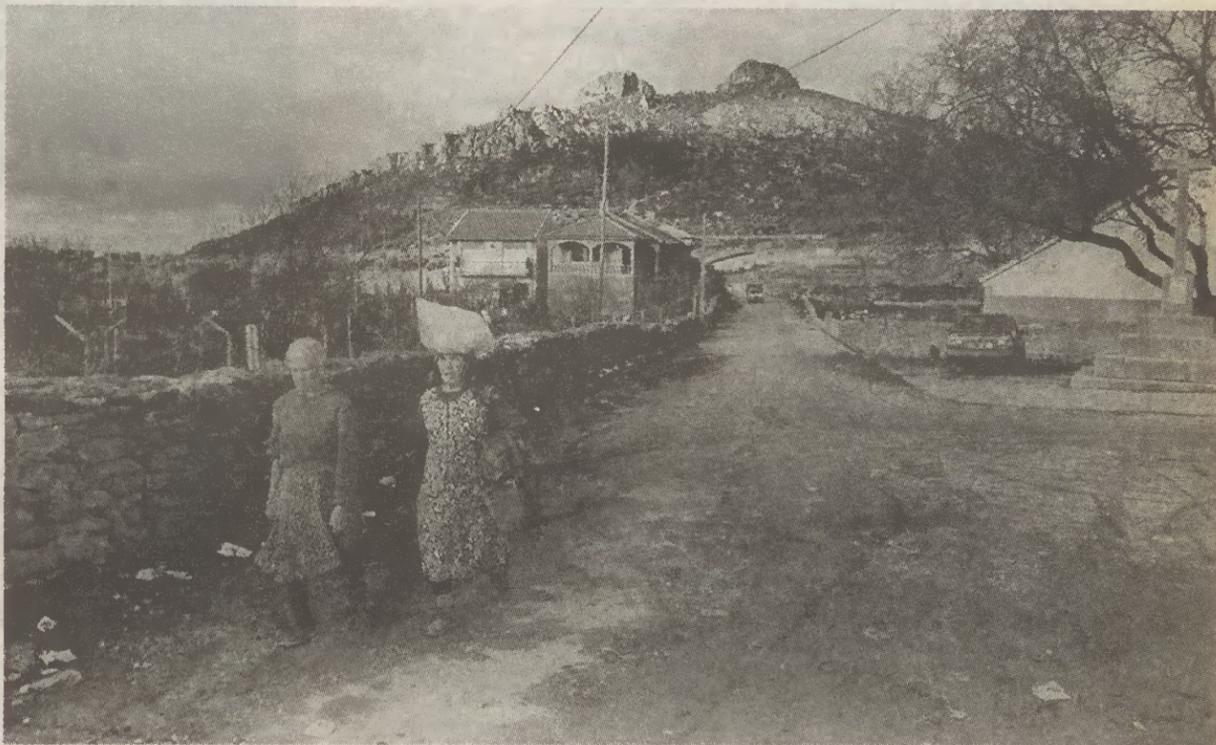
desenvolvimento, as condições socioeconómicas e a qualidade de vida».

### Salvaguardar o futuro

Neste contexto, para o PCP, seria «inaceitável» que os meios para a coesão económica e social resultassem de uma redistribuição entre países com menores recursos e não de um esforço acrescido dos países de maiores recursos.

Ao Governo português

cabe pois a responsabilidade de «assegurar o princípio da coesão económica e social», devendo para isso «condicional o alargamento da UE à existência de um quadro de perspectivas financeiras compatível após 2006», afirma o PCP, salientando que Portugal não deve «ir a reboque de iniciativas de governos de outros países», mas sim pugnar pelo «desenvolvimento do país e pela diminuição das disparidades regionais e a melhoria das condições de vida do nosso povo».



É inaceitável que as regiões mais pobres sejam penalizadas com a adesão dos novos países à UE

fica-se ainda para fazer frente ao agravamento das disparidades decorrentes do alargamento e da vulnerabilidade das regiões menos desenvolvidas, devido à sua especialização produtiva e à introdução do euro.

A aproximação efectiva dos

para o perigo de, «com base num jogo de estatísticas», Portugal deixar de ser, de um dia para o outro, um país da coesão. Por isso sustentam que «a avaliação deverá ter por base critérios que reflitam as reais disparidades, nomeadamente o nível de

## 3.ª Conferência da ONU

# Dívida sem perdão

Ainda não será desta que os países mais pobres verão perdoada a enorme dívida externa que lhes asfixia as respectivas economias.

O «plano de acção» adoptado pela 3.ª Conferência das Nações Unidas sobre os 49 Países Menos Avançados (PMA), que terminou no domingo em Bruxelas, promete ajudar estes estados a sair do subdesenvolvimento, mas que não inclui o perdão da dívida externa.

Recusando medidas de fundo, fica mais uma vez a ideia que os países mais ricos - os verdadeiros responsáveis pelo estado de atraso e miséria em que se encontra quase metade da população do planeta (2800 milhões de pessoas, segundo dados do Banco Mundial) - limitaram-se mais uma operação de cosmética.

Para a história fica a declaração de Bruxelas, em que os participantes comprometem-se a «erradicar a pobreza, a melhorar a qualidade de vida dos habitantes dos PMA e a fortalecer as suas capacidades para construir um futuro melhor, aliado ao progresso».

Os países desenvolvidos comprometem-se a canalizar para os PMA auxílio no valor de 0,15 a 0,20 por cento do seu Produto Interno Bruto (PIB), montante sem dívida superior ao que actualmente está estipulado (0,7 por cento), mas que nem mesmo assim tem sido cumprido. É o próprio Banco Mundial que reconhece que apenas quatro países atingiram esse limite em 1999: Dinamarca, Holanda, Noruega e Suécia.

O programa adoptado para os próximos 10 anos compromete os participantes «a reforçar o comércio externo, proteger o ambiente e auxiliar a mundialização dos PMA», prevendo mecanismos para seguir estes «compromissos». No entanto, nenhuma medida imediata e concreta foi tomada sobre os três «dossiers» considerados mais sensíveis: abertura dos mercados dos países mais desenvolvidos aos produtos dos PMA (supressão de direitos alfandegários), anulação da dívida externa e aumento da ajuda externa ao desenvolvimento.

## UE estende isenções

O Parlamento Europeu decidiu alargar a isenção dos direitos aduaneiros, sem limites quantitativos, aos produtos provenientes dos países menos avançados (PMA). O relatório sobre esta iniciativa, denominada «Tudo menos armas», foi elaborado pelo deputado do PCP, Joaquim Miranda, e insere-se no quadro dos compromissos assumidos pela Comunidade a favor destes países no âmbito da parceria com os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), assinada em Junho de 2000 em Cotonou, no Benim.

A proposta prevê o livre acesso ao mercado da UE da totalidade dos produtos dos PMA no mercado comunitário (à excepção das armas e munições), bem como o acesso progressivo de série de produtos agrícolas actualmente submetidos à revisão da organização comum de mercado (açúcar, arroz, bana-

nas). Relativamente a estes produtos, propõe-se que o livre acesso entre em vigor após um período de três anos que começa em 2001.

A medida é considerada pelo relator «como de sentido positivo, ainda que de alcance limitado». Como sublinhou Joaquim Miranda «todos sabemos que as exportações desses países não representam mais do 0,4 por cento do comércio mundial e um por cento das importações da União Europeia; e mais de 99 por cento do comércio das comunidades com esses países beneficia já de uma isenção total de direitos aduaneiros».

Entendendo esta iniciativa apenas «um primeiro passo», Miranda adiantou que «seria extremamente negativo que se tivesse a velocidade de considerar que os problemas destes países (49 no total) se resolverão com medidas predominantemente orientadas

para o que se chama, de forma por vezes simplista, de integração no processo de mundialização».

Pelo contrário, frisou, «esse processo de liberalização tem acabado por se transformar num verdadeiro problema para eles, tais são as debilidades das respectivas economias e o fosso que as separa das dos países industrializados».

Deste modo, salientou o deputado comunista, «tanto ou mais importante que o acesso ao mercado por parte desses países é a respectiva capacidade para alimentar populações que, quantas vezes, não têm acesso aos mais elementares meios de subsistência alimentar».

Este facto «deve colocar na primeira linha de preocupação a sua auto-suficiência e segurança alimentares e inclusivamente a subsistência das respectivas agriculturas familiares».

## Petição a favor de Milosevic

O Partido Camponês ucraniano já recolheu mais de 500 mil assinaturas reclamando a libertação do ex-presidente jugoslavo Slobodan Milosevic, preso desde 1 de Março. Na Rússia, 92 dos 130 membros do Parlamento Russo assinaram na passada semana um documento similar exigindo que o governo russo tome medidas concretas neste caso. Entretanto, um milhar pessoas concentraram-se recentemente no centro de Nis (Sul da Sérvia) para reclamar a libertação de Milosevic. Os manifestantes, que responderam ao apelo do Partido Socialista da Sérvia (SPS), de Milosevic, gritaram «slogans» a favor do ex-presidente e contra os seus sucessores da Oposição Democrática da Sérvia (DOS). Desde a prisão de Milosevic que o SPS organiza todos os sábados numa localidade diferente uma manifestação para exigir a sua libertação e a possibilidade de se defender das acusações de que é alvo.

## Reino Unido contra imigração

A imigração para o Reino Unido deverá ser restringida e só aceite «em circunstâncias excepcionais», declarou o ministro do Interior britânico, Jack Straw, em entrevista publicada domingo pelo jornal britânico «Observer». Sobre estas afirmações, Jean Candler, do Conselho dos refugiados, comentou por seu turno que o sistema de quotas «é contrário aos direitos humanos». As declarações do ministro trabalhista sobre as questões da imigração surgem numa altura em que a oposição conservadora, denunciando a política «laxista» dos trabalhistas, divulgou sexta-feira um programa específico contra a imigração.

## África

À Organização da Unidade Africana (OUA) assinalou em relatório divulgado este fim-de-semana que no continente africano há 5 milhões de refugiados e mais de 20 milhões de desalojados. O relatório, apresentado na 26.ª sessão da OUA realizada na capital etíope, Addis Abeba, adverte que a situação dos refugiados e dos desalojados na África alcançou níveis alarmantes. A organização pan-africana denunciou ainda a redução dos meios de que dispõem os diferentes estados africanos para solucionar o problema.

## Confrontos no Ruanda

Trinta e cinco rebeldes hutu foram mortos esta semana perto de Ruhengeri, Noroeste do Ruanda. A notícia foi avançada pelo chefe de Estado Maior adjunto, o brigadeiro general James Kabarebe, que adiantou também que outros vinte e um assaltantes, com idades entre os 12 e os 16, foram feitos prisioneiros pelas tropas do Exército Patriótico Ruandês (APR), sem ter havido perdas nas suas fileiras.

Milhares de trabalhadores em todo o mundo lutam por melhores condições de trabalho e de vida

# Greve geral na Grécia

Os principais sindicatos da Grécia cumpriram na passada quinta-feira uma greve contra um projecto do Governo que visa a reforma do sistema de pensões do país.

A paralisação é a segunda convocada em menos de um mês. A anterior, no dia 26 de Abril, levou cerca de 150 mil manifestantes às ruas e obrigou o governo a congelar os planos e convocar uma negociação.

O governo havia proposto inicialmente a fusão dos mais de 200 fundos de pensões e a elevação da idade mínima para a reforma para os 65 anos, alegando que, assim, evitaria o colapso dos siste-

ma. Por seu lado, os sindicatos consideram o projecto uma tentativa de eliminar os benefícios e aumentar as contribuições.

Na quinta-feira, as ruas de Atenas, normalmente movimentadas, estavam praticamente vazias, com o sistema de transportes urbanos, bem como os táxis e o metropolitano a aderirem à greve.

A televisão estatal saiu do ar e as estações de rádio cancelaram os seus boletins noticiosos, estando apenas a transmitir música, com interrupções para mensagens do sindicato dos jornalistas a explicar a situação.

Os órgãos governamentais, escolas, bancos, hospitais e jornais estiveram encerrados ou apenas a garantir os serviços mínimos.

A companhia aérea estatal Olympic Airways, realizou apenas um voo para cada destino.

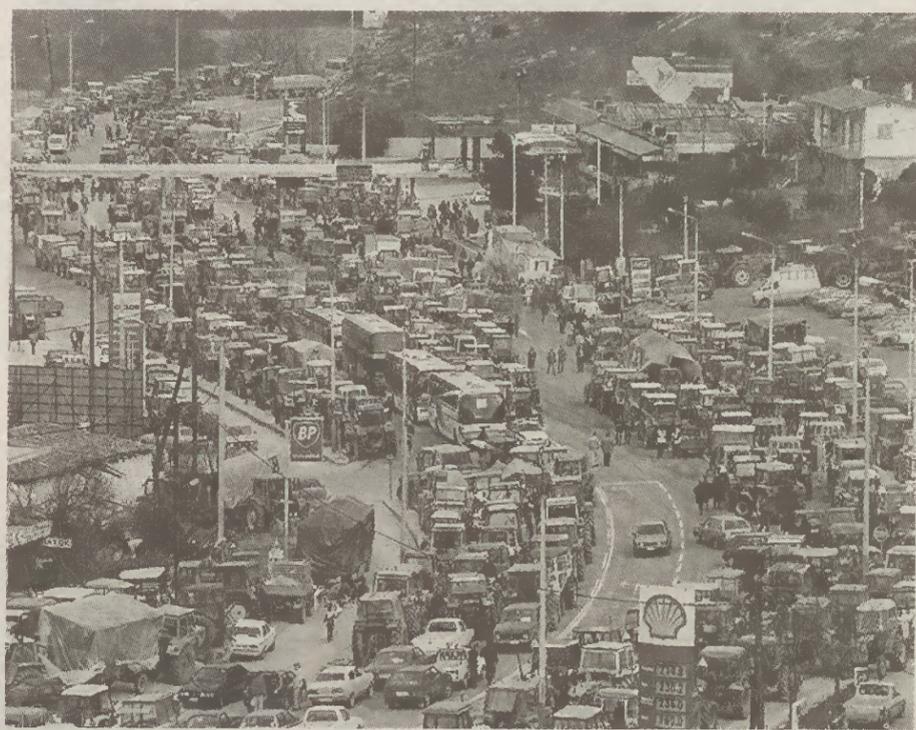
«O projecto é uma tentativa de eliminar os benefícios dos trabalhadores»

Muitas lojas e empresas não abriram porque os seus funcionários estavam em greve ou sem transporte para chegar ao trabalho.

Pilotos da Lufthansa em greve

Os pilotos da Lufthansa iniciaram no mesmo dia uma nova greve de 24 horas em defesa de reivindicações salariais rejeitadas pela administração da companhia aérea alemã.

A paralisação foi promovida pelo sindicato Cockpit, que representa 90 por cento dos cerca de quatro mil e 200 pilotos da companhia. Os pilotos reivindicam aumentos salariais entre 30 e 35 por cento, alegando que se consideram lesados financeiramente em comparação



Os trabalhadores gregos estão em luta pelos seus direitos. No passado recente, os agricultores invadiram Atenas (foto). Agora, a cidade ficou deserta

com os seus colegas europeus e americanos.

A administração da companhia propõe um aumento global médio de 27,3 por cento, sendo 16,7 por cento sob a forma de prémios pecuniários de empenhamento, não integrados no salário base dos pilotos.

Funcionários denunciam Santander

Funcionários do Banco Santander (BSCH) na Espa-

na, México, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile foram convocados para uma paralisação das actividades de 25 a 29 de Junho durante a «Semana Mundial de Luta no BSCH».

O anúncio desta paralisação foi feito na passada semana pela Coordenação Ibero-americana do Grupo BSCH em São Paulo, que contou com a presença de 50 dirigentes sindicais dos sete países.

De acordo com o movimento os funcionários do banco irão traçar conjunta-

mente estratégias de acção e negociação com a direcção do Santander. Segundo o presidente da Confederação Nacional de Bancos, Wagner Freitas, um documento foi elaborado durante o encontro, contendo denúncias contra a situação actual dos empregados do banco.

Entre essas denúncias estão o excesso de horas de trabalho, o desrespeito pelas leis laborais e pelos contratos de trabalho e discriminação de empregados latino-americanos.

Berlim

## Conferência contra o racismo

Em 11 e 12 de Maio realizou-se em Berlim uma Conferência Internacional subordinada ao tema «Por uma sociedade tolerante contra a extrema direita e o racismo».

Promovida pelo Partido do Socialismo Democrático, a Conferência foi aberta pela presidente do PDS, Gabrielle Zimmer, e contou com a participação de representantes

de partidos de esquerda e especialistas de 20 países, para além de numerosos activistas e especialistas alemães.

A Conferência analisou as causas do avanço da extrema-direita e do racismo na Alemanha e outros países da Europa, com relevo para as políticas neoliberais anti-sociais, a construção federalista

da Europa, a acção negativa dos mass media, a resposta antidemocrática aos problemas de imigração e muitas outras questões abordadas em sessão plenária e sete secções.

O PCP esteve representado nesta importante iniciativa através de Albano Nunes, membro do Secretariado, e Rui Paz, colaborador da Secção Internacional.

## Eleições na Mongólia

Natsagiin Bagabandi, candidato do Partido Popular Revolucionário (ex-PRPM, Partido Revolucionário do Povo Mongol, comunista), foi reeleito presidente da Mongólia, com 57,95 por cento dos votos, nas eleições de domingo.

Ao escrutínio, em que participaram 82,64 por cento dos 1,2 milhões de eleitores, apresentaram-se mais dois candidatos: Radnaasumberel Gonchigdorj, do Partido Democrático, e Luvsandamba Dashnyan, do Partido Votante do Povo (Verdes).

O primeiro mandato de Bagabandi saldou-se por um

permanente confronto com o Grande Hural (Parlamento), dominado por uma coligação de quatro forças políticas, a Aliança Democrática, que governou o país até Junho de 2000, data em que os comunistas voltaram ao Poder. Durante os quatro anos de gestão da AD (1996 a 2000), os mongóis conheceram três governos.

A política de liberalização da economia seguida pela AD desde o início dos anos 90 mergulhou a Mongólia, um extenso país situado entre a Rússia e a China, numa profunda crise económica e social. Incapazes de

fazer face à concorrência capitalista, os criadores de gado ficaram na pobreza. O desemprego assumiu proporções catastróficas. A situação agravou-se ainda mais devido a um ano de seca e dois invernos particularmente rigorosos que devastaram os rebanhos, principal fonte de sobrevivência da população.

O presidente reeleito, que promete aumentar as pensões e os salários, advoga uma maior intervenção estatal nas indústrias com dificuldades financeiras, contrariando a tendência liberalizadora do anterior governo.

## Soldados alemães contra os EUA

Dois advogados alemães (Reiner Geulen e Remo Klinger) preparam-se para apresentar no Verão uma queixa colectiva nos EUA contra os fabricantes de sistemas de radar militares cujo manuseamento, durante os anos sessenta e setenta, terá provocado leucemia a «várias centenas de soldados alemães».

De acordo com Remo Klinger, ascendem já a 200 os militares que representam, e «todos os dias» são contactados por mais pessoas afectadas.

A acção que os advogados se propõem apresentar visa igualmente o Ministério da Defesa alemão, a quem exigem elevadas indemnizações.

A questão das consequências da utilização dos radares tem vindo a ser discutida na Alemanha desde há algum tempo, tendo o Ministério da Defesa admitido, em Fevereiro último, que houve «descuidos» no respectivo manuseamento entre 1958 e meados dos anos setenta. Durante esse período, cerca de 20 000 mecânicos e soldados treinaram com os sistemas, expondo-se às radiações. Segundo a imprensa alemã, pelo menos mil ficaram doentes.

As autoridades alemãs consideram «exageradas» as informações vindas a lume na imprensa. Diferente é a opinião do professor Eduard David, da Universidade de Witten-Herdecke, que está a elaborar um estudo exaustivo deste problema. O catedrático, cujo trabalho deverá terminar no próximo ano, acredita que «pelo menos em alguns casos há uma relação directa entre a manipulação dos radares e a leucemia». Na primeira fase do estudo o investigador contactou com 99 soldados e mecânicos que adoeeceram após terem trabalhado com os radares; 69 sofrem de cancro e 24 deles morreram. Eduard David considera que «chegou a hora de fazer uma análise do problema a nível europeu».

## Médio Oriente

# A ferro e fogo

**Enquanto Israel bombardeia Gaza com mísseis, a Liga Árabe suspende os contactos políticos com Telavive e os EUA dizem nada poder fazer para acabar com a violência.**

A escalada da violência no Médio Oriente parece não ter fim. No início da semana, Israel disparou nove mísseis sobre a cidade de Gaza - por ar, terra e mar - que provocaram vários feridos e destruíram diversos alvos civis, entre os quais uma fábrica metalúrgica, dez casas e uma livraria. O ataque visou ainda as instalações da Força 17, o corpo de segurança do presidente da Autoridade Nacional Palestiniana, Yasser Arafat, bem como um edifício da Segurança Nacional Palestiniana, que não sofreu danos, dado o míssil ter errado o alvo.

O ataque brutal leva a crer que o primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, se propõe cumprir a ameaça de lançar todo o seu poderio militar contra o povo palestino. «Faremos tudo o que for necessário e utilizaremos tudo o que esteja ao nosso alcance para proteger os cidadãos israelitas», disse Sharon em entrevista ao diário Yedioth Ahronoth. Por seu turno, o ministro da Defesa, Benjamin Bem Eliezer, ameaçou a Síria com ataques às tropas de Damasco estacionadas no Líbano caso se voltem a registar acções do Hezbollah contra posições de Israel.

A escala de violência atesta até que ponto o executivo de Ariel Sharon se sente seguro da sua impunidade.

Pouco dias depois do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, ter condenado os meios «desproporcionados» usados por Israel contra os palestinianos, e da própria União Europeia (UE), através do seu representante para a Política Externa e a Segurança Comum (PESC), Javier Solana, ter pedido um cessar-fogo «imediato e incondicional», as autoridades de Telavive não olham a meios para atingir os seus fins.

### A «impotência» dos EUA

A verdade é que Solana, um acérrimo defensor dos bombardeamentos da NATO contra a Jugoslávia por alegada utilização de meios «desproporcionados» no Kosovo, se limita neste caso a debitar o óbvio. «Estamos à beira de uma situação muito crítica e qualquer pessoa que tenha um pouco de bom senso deve fazer o máximo para deter» a escalada de violência, disse o senhor PESC depois dos bombardeamentos de Gaza, apelando a israelitas e palestinianos para que aceitem a iniciativa de paz jordano-egípcia. Nada de propostas de sanções a Israel ou sequer uma ameaça velada, nem tão-pouco o apoio ao envio de uma força da ONU para protecção do povo palestino.

O mesmo se passa com os EUA, que esta semana exigiram «o fim incondicional da violência», ao mesmo tempo Colin Powell ia dizendo que Washington não tinha nenhum meio para fazer parar a escalada de violência.

Afirmado apoiar «por completo» o relatório de George Mitchel (ex-senador democrata e ex-mediador norte-americano na Irlanda do Norte), que defende o fim imediato da instalação de novos colonatos judeus nos territórios ocupados e a proclamação de um cessar-fogo pelas duas partes, Powell garante sentir-se «frustrado» com o facto de Ariel Sharon não querer «moderar» a resposta israelita à revolta palestiniana. «Estamos enredados neste ciclo de violência e, se eu tivesse algum modo de ajudar, com algum encontro ou alguma conferência, fá-lo-ia de imediato», disse Powell à imprensa. Uma tal confissão de impotência é pouco usual, mas compreensível. Afinal, Israel é um aliado incondicional, mesmo quando tem como primeiro-ministro um criminoso de guerra.

Quanto à Liga Árabe, que domingo decidiu suspender os contactos políticos entre os respectivos países e Israel enquanto persistirem os ataques à Cisjordânia e à Faixa de Gaza, o mínimo que se poderá dizer é que a medida é exígua face à grandeza da barbárie. Não se trata sequer de um corte de relações diplomáticas, embora uma vez mais tenha sido afirmado o «apoio unânime» à Intifada palestiniana.

## Solução final

«A nossa acção é uma reacção aos palestinianos que são muito cruéis e agressivos com Israel.» As palavras são de Shimon Peres, ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, e foram proferidas há dias na sua chegada a Moscovo. Lamentando a posição da Liga Árabe de suspender os contactos políticos com Israel, Peres fez ainda questão de afirmar que «nada nos poderá amargurar tanto como o renunciar ao processo de paz».

Esta posição, perfeitamente coincidente com a propagandeada tese de que a violência de Israel se deve apenas a razões de segurança nacional, é desmentida pelos factos. Se não, vejamos:

- Desde que começou a nova Intifada, em 28 de Setembro de 2000, a maioria dos mortos provocados pelos confrontos são palestinianos.

- Cerca de um terço das vítimas eram crianças; cerca de metade não participaram nos confrontos; e cerca de 90 por cento eram civis.

- Cerca de três quartos dos palestinianos feridos com balas apresentavam impactos na parte superior do corpo (cabeça, peito, estômago).

- De acordo com dados disponíveis, os ataques israelitas contra objectivos civis com missões humanitárias já provocaram a morte de pelo menos 89 trabalhadores da saúde, tiveram como alvo seis hospitais e puseram em risco a vida de 40 jornalistas.

- O bloqueio imposto por Israel aos territórios palestinianos (estradas, portos, aeroportos) está a liquidar o comércio, o emprego e a produção. O PIB caiu cerca de 15 por cento.

- Devido ao bloqueio, o desemprego aumentou cerca de 50 por cento e muitas empresas foram forçadas a fechar as portas.

- Pelo menos 3000 edifícios foram destruídos ou danificados, mais de 25 000 oliveiras e outras árvores de fruto foram destruídas.

- Milhares de hectares de terras foram ocupadas por colonos israelitas nos últimos anos.

- A ocupação armada israelita provocou o encerramento de escolas, afectando 20 000 alunos, converteu escolas em aquartelamentos militares, destruiu dezenas de centros educativos e provocou a morte de um número indeterminado de estudantes.

- Israel ignora todas as resoluções e acordos internacionais respeitantes à Palestina.

- Ariel Sharon, que não hesita em afirmar que «a única linguagem que os palestinianos entendem é a da força», apresentou ao seu governo um orçamento extraordinário de 1200 milhões de shekels (cerca de 400 milhões de dólares) para promover novos colonatos judeus na Cisjordânia e em Gaza, onde já vivem cerca de 200 000 colonos. A decisão foi tomada pouco depois da Comissão Mitchell ter recomendado a Israel o congelamento da construção de novos colonatos como principal forma de esvaziar a Intifada e permitir o regresso às negociações de paz.

Forçar os palestinianos a abandonar os territórios ocupados parece ser a «solução final» de Sharon. Enquanto o não consegue, a matança continua.

# Chantagem contra o Iraque

• Manoel de Lencastre

George W. Bush, actual presidente dos Estados Unidos, avisou:

«Podemos esperar um futuro negro para o nosso país se não conseguirmos fazer frente à crise energética actual através de um aumento substancial da produção de petróleo, carvão, gás e da capacidade das centrais nucleares.» Este aviso coincide com outros disseminados anteriormente que fazem prever uma enorme situação de crise no estado de Califórnia, o mais exposto, que se estenderá, de acordo com previsões de técnicos competentes, ao estado de New York, acabando por alargar-se ao país inteiro. Porquê? Porquê esta situação?

Parece bizarra a possibilidade de uma crise deste ordem num país como os Estados Unidos. Trata-se do país da empresa livre e das mais poderosas companhias transnacionais. Entretanto, parece que está em vigor uma série de regulamentações que impedem as empresas distribuidoras de electricidade de aumentarem os respectivos preços. Assim, a distribuição no estado da Califórnia diminuiu dando lugar a que largas áreas do território tivessem começado a ficar às escuras. A produção e distribuição de electricidade começou

anos a formar-se e levará muitos mais anos a superar-se.» Justas palavras.

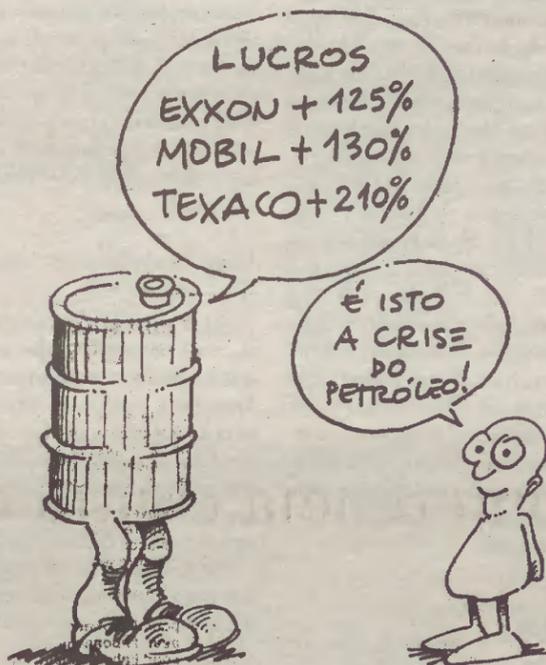
O Iraque, entretanto, é um dos países produtores de petróleo com mais importantes reservas. O embargo anglo-americano, porém, tem impedido o país de fazer uso da sua capacidade e de realizar receitas. Na actual crise, os americanos sugeriram que poderiam, eventualmente, rever as condições «legais» do embargo para que o petróleo iraquiano pudesse ganhar entrada ao mercado desde que transaccionado por terceiros países. Mas acrescentaram ser essencial que o pagamento respectivo se fizesse por meio de créditos a que o governo iraquiano não tivesse acesso.

Naturalmente, o governo de Bagdad achou irrisórias e inaceitáveis estas propostas e declarou que as não reconhecera quando se realizar o debate das mesmas nas Nações Unidas. Segundo o governo iraquiano, os americanos e os britânicos pretendem fornecimentos suplementares de petróleo ao abrigo de um novo código de sanções anti-iraquianas com a designação de «sanções humanitárias». Saddam Hussein, avisou os países vizinhos do Iraque de que devem manter-se alheios às propostas anglo-americanas.

Devido ao aumento dos preços do petróleo e ao fundo sentimento de hostilidade que se verifica em quase todos os países árabes relativamente aos Estados Unidos, o Iraque sabe que a confiança nas suas posições começa a ser reforçada. Isto, uma década após as suas forças armadas terem sido derrotadas por uma estranha coligação de países serventuários dos americanos, na Guerra do Golfo. A América mergulhou na mais grave crise energética desde os embargos dos anos 70. George W.

Bush foi ao ponto de declarar: «Está em jogo o simples acto rotineiro de todos os dias, pressionar o interruptor e obter luz. Se a situação não for resolvida, a luz deixará de surgir.» Uma clara ameaça que todo o povo dos Estados Unidos compreendeu.

Sabe-se que os grandes vencedores desta luta incrível no centro do mercado americano de energia serão as grandes companhias produtoras de petróleo que, cedo ou tarde, submeterão as distribuidoras e o próprio Congresso e conseguirão, enfim, a anulação de todas as antigas regulamentações. Homens da indústria do petróleo, George W. Bush e Dick Cheney, já conseguiram beneficiar os cofres e os accionistas daquelas companhias com o valor de gigantescos cortes nos impostos. Agora, proporcionar-lhes-ão mais elevadas taxas de lucro atirando ao tapete as distribuidoras e os consumidores. A América marchará mais «livre» e mais «democrática» porque tudo o que é bom para as companhias petrolíferas terá de ser bom para o povo americano.



a dar prejuízo. As empresas do sector, fugiram à expansão da sua capacidade porque o jogo dos preços as colocava em desvantagem. Ninguém pensou, pelos vistos, na situação dos consumidores.

A construção de refinarias de petróleo é uma actividade estagnada. Na Califórnia, apesar do aumento rápido da respectiva população, nem uma única central produtora de energia foi construída durante os anos noventa. Dizem os analistas do mercado que a única resposta para esta situação imprópria e inaceitável no seio do mais rico país capitalista, reside no fim das regulamentações que estão a conter os preços e na abertura do sector ao livre jogo da concorrência no campo dos fornecimentos às distribuidoras.

Estranhamente, esses analistas queixam-se de que existe nos Estados Unidos uma psicologia de planeamento, relativamente ao abastecimento público de energia. Disse, ainda, o presidente Bush: «A nossa crise no sector da energia levou

• Rui  
Fernandes

## Defesa Nacional e Forças Armadas

# Direitos dos militares

**T**eve lugar no passado dia 3 de Maio o debate parlamentar sobre a problemática dos direitos dos militares, ou seja, a revisão do artigo 31 da Lei de Defesa Nacional e Forças Armadas. O tema é velho, mas, exactamente por isso, ganha actualidade na proporção inversa ao tempo que passa, já que por cada ano que tem passado sem medidas de modernização dos direitos mais actualidade tem ganho esta matéria.

Como sempre acontece neste tipo de debates, antes dos finalmentes há sempre uns intróitos e, neste caso, embora não constituindo propriamente novidade, muito interessantes da parte do PSD. O deputado Carlos Encarnação dissertou sobre as FA's, os seus problemas, as suas dificuldades orçamentais, as razões do mal-estar dos militares, etc. Francamente, é preciso muito descaramento. Porque toda esta expressão mais viva do mal-estar existente na Instituição Militar começou exactamente nos governos do PSD. Foi o PSD que alterou o método de escolha das Chefias Militares, governamentalizando a escolha. Foi o PSD que implementou o Sistema Retributivo que até hoje tantos problemas e conflitualidades tem gerado. Foi o PSD que diminuiu, contra tudo e todos, o SMO para 4 meses criando graves problemas ao funcionamento das FA's. Foi ao longo dos anos o PSD que inviabilizou a modernização dos direitos dos militares. Foi com o PSD que se geraram as dinâmicas associativas militares, como reacção ao tratamento indigno do governo do partido do deputado Carlos Encarnação, à Instituição Militar e aos militares. Isto são factos! E importa esclarecer que este acento crítico, no que respeita ao PSD, não ignora ou tem esquecido o contributo dado pelo PS e pelo PP à execução de tal política.

### Os projectos

É interessante desde logo registar a concepção expressa de que as associações podem ser boas auxiliares do comando. Ora, dito isto está quase tudo dito. Há, portanto, uma concepção instrumental das associações e não o reconhecimento, de facto, de direitos cívicos.

Na verdade, cabe na cabeça de alguém que a Associação de Oficiais, quando propõe qualquer coisa, não seja com espírito construtivo e com a ideia subjacente de que a resolução de tal questão constituirá um contributo a um melhor e mais facilitado exercício de comando? Isto é, tem sentido que quem comanda proponha coisas que dificultem o seu comando? Mas, afinal, ao longo destes 11 anos de associativismo as propostas, alertas e sugestões das associações não visam resolver problemas, problemas estes que, se resolvidos, não resultarão num maior empenhamento e galvanização dos militares e, consequentemente, num melhor desempenho dos comandos? É claro que sim!

Daí que o problema do PSD não seja incompreensão sobre isto, mas concepção. Concepção que é expressa quando defende que o relacionamento das associações só deve acontecer com as Chefias.

Por outro lado, e sobre a capacidade eleitoral, o PSD defende que o militar que queira concorrer, quando eleito, deve passar à reserva indemnizando o Estado. O argumento é o apartidarismo. Soa bem, aparentemente é lógico, mas não tem sentido.

Desde logo, é bom que o PSD ponha os olhos no tempo em que era governo. O que levou o ministro Fernando Nogueira a fazer-se acompanhar do seu chefe de gabinete – o então Ten. Cor. Chaves – ao congresso do PSD? Os tão falados pilotos que concorreram às eleições, que disseram publicamente terem-se inscrito em partidos e foram chamados posteriormente para a Força Aérea, têm causado algum problema à operacionalidade da FAP? É ou não um facto que existem dezenas de militares que, passando à reserva, concorrem por partidos e que, estando na reserva, são passíveis de serem chamados ao serviço activo? Houve algum problema? Por outro lado, o absurdo desta proposta do PSD é ainda mais evidente se pensarmos nesta coisa elementar: o militar concorre, pode fazer campanha eleitoral, pode andar pelo País a fazer discurso eleitoral e depois, se for eleito, tem de passar à reserva – porque é partidário; se não for, regressa ao seu serviço militar – já não é partidário. Um absurdo!

Outro miminho do projecto do PSD é o de as associações só poderem ter relações com organizações congéneres internacionais com autorização prévia da hierarquia militar. Ou seja, o projecto do PSD nem sequer consagra a prática já existente há vários anos, prática essa que não causou qualquer problema ao funcionamento das FA's. Por fim e sobre o projecto do PSD transcreve-se o seguinte:

*Artigo 3.º (direito de associação)*  
«Está vedado:

«a) A emissão de declarações ou a expressão de opiniões que sejam susceptíveis de afectar a subordinação das Forças Armadas à legalidade democrática, a sua isenção política e partidária, a coesão e o prestígio da instituição militar e a dependência desta perante órgãos de soberania competentes, ou que violem os princípios da disciplina e da hierarquia de comando.

«b) A divulgação de matérias que revistam natureza operacional e outras, designadamente de natureza logística ou administrativa...

«c) Qualquer actividade, directa ou indirectamente susceptível de afectar o moral, o bem-estar e o espírito de corpo dos militares, bem como a constituição, organização, funcionamento e disciplina das FA's.»

O que será natureza operacional e outras? O que será qualquer actividade susceptível de afectar o moral, o bem-estar e o espírito de corpo? Eis o PSD no seu melhor.

Quanto ao projecto do PP, há desde logo de um problema de estilo, ou seja, usar a tática do cuco (chocar os ovos no ninho dos outros) com conveniente uso mediatizado. Foi assim que o PP tendo tido acesso a uma versão preliminar do projecto do Governo, foi a correr... «pôr o ovo». Conclusão: «o pinto nasceu careca». Mas regista-se, também em abono da verdade, o significativo passo dado pelo PP nesta matéria, face às suas posições anteriores – recusa liminar. Mas atente-se no seguinte e transcreve-se:

«Artigo 1.º - 3 «Os cidadãos referidos (...) podem convocar ou participar em qualquer reunião desde que não assumam carácter político, partidário ou sindical e se verifiquem cumulativamente os requisitos previstos no artigo 31B.»

Eis o que diz o 31 B:

«O exercício do direito previsto no n.º 3 (...) fica sujeito à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

«Trajar civilmente, sem ostentação de qualquer símbolo das Forças Armadas;



«a) Não usar da palavra;

«b) Não exercer qualquer função de organização, direcção ou condução dos trabalhos;

«c) Não prejudicar, salvo autorização superior em contrário, o serviço atribuído ou a permanente disponibilidade para o mesmo;

«d) Quando realizadas nas unidades e estabelecimentos militares, carecem de prévia autorização do comandante, director ou chefe.»

No mínimo, é fantástico. É o cumulo da confusão. Visando limitar, ou melhor, proibir (chamemos as coisas pelos nomes) a actividade associativa, mistura limitações à actividade ou participação de militares em iniciativas partidárias com o resto. Isto é, teria sentido as três primeiras alíneas como restrição de direitos aos militares no âmbito da sua presença em iniciativas partidárias. É, aliás, assim que tem sido. As duas seguintes, só têm sentido vocacionadas para o âmbito das limitações à actividade associativa militar. Misturando isto tudo, poderá inferir-se que as associações podem convocar reuniões e depois contratar uma empresa para dirigir os trabalhos.

Por outro lado, propõem a criação de um Conselho Consultivo das Forças Armadas, ou seja, repescam, talvez com saudosismo, uma ideia do desastroso ministro Veiga Simão.

Não tem sido por falta de Conselhos e Comissões que os problemas se têm agravado. Há muitos anos que existem Conselhos das Armas e Serviços no Exército, Conselhos de Especialidade na Força Aérea, Conselhos de Classes e Comissões Consultivas na Marinha. Tantos Conselhos e Comissões.

O que é verdadeiramente preciso é que as associações sejam parte integrante os grupos de trabalho do MDN para o Estatuto, para o Sistema Retributivo, para a Saúde e Apoio Social, etc. Sem complexos, sem fantasmas, porque é de gente crescida que falamos. Não podem continuar a fazer o discurso da responsabilidade dos militares, do alto empenho e profissionalismo no desempenho das missões e depois tratar os militares com pedras no sapato, com desconfiança, com preconceitos e implícitos juízos de intenções.

Por fim, o projecto do Governo. Em abono da verdade, pela primeira vez um

projecto do PS sobre esta matéria (não contamos o projecto Veiga Simão que, em rigor...). Desde logo um elemento positivo. Depois, é um projecto cuja concepção é o da afirmação dos direitos e não o inverso. Este é também um elemento positivo. Os problemas existem no que respeita à precisão das restrições.

E não basta, como se sabe, o ministro Caldas dizer que não, ou o secretário de Estado também dizer que não (ver artigo no DN de 4/5), porque os ministros vão e os militares ficam. É como muito bem se sabe com os governos do PS exemplos não faltam – o ministro Vitorino recebia as associações; o ministro Veiga Simão não recebia as associações; o ministro Jaime Gama não recebeu as associações; o ministro Caldas recebe as associações. Cada gosto seu paladar, não dá em matéria de direitos.

### O problema do desfecho

Como é sabido, esta matéria carece de 2/3 para ser aprovada, ou seja, necessita dos votos do PS e do PSD. Ora, este dado introduz aqui um intrincado problema: tendo em conta a base de partida dos projectos destes dois partidos, o lógico será não se entenderem. E, no quadro que temos em presença, talvez isto seja o melhor que pode acontecer. Porque, ou o PSD daria uma volta de mais de 200 graus aos seus projectos ou então o produto final saído de um indesejável entendimento PS/PSD, constituiria um agravamento da situação actual dos militares.

Ora, é isto que está colocado ao PS – ceder e ser cúmplice ou assumir claramente que não seguirá o trilho do PSD.

É possível e desejável arrumar desde já a questão da capacidade eleitoral e pensamos que sobre isto é possível o consenso necessário. É necessário, e com empenho pode ser possível, rever o artigo 31. Agora, a pretensão regulamentadora do PSD é desaconselhável e, nos termos propostos, inconcebível. E inconcebível será fazer depender a necessária modernização dos direitos dos militares de um capricho. Estas foram, no fundo, as razões que conduziram a movimentações de recente alerta por parte de Oficiais e Sargentos. Consenso nacional sim, mas para melhorar o que existe.

Os militares já esperaram tempo de mais.

• Eugénio Rosa

# A paixão da educação e outras do Governo PS

**U**ma das primeiras e grandes paixões do Governo de Guterres foi a educação, que é fundamental para o desenvolvimento do País e do bem-estar dos portugueses. Mas quais foram os resultados dessa paixão tão badalada pelo Governo PS nos primeiros anos e por toda a comunicação social afecta?

O Instituto Nacional de Estatística, portanto um organismo oficial, publicou já este ano uma pequena brochura denominada «Indicadores Sociais - 1999», que contém dados quantificados extremamente importantes sobre os resultados para o País dos primeiros cinco de governação PS.

De acordo com os números oficiais, a taxa de escolarização diminuiu em Portugal.

Observe-se os dados do Quadro 1 sobre a evolução da escolarização em Portugal entre 1995 e 1999.

Em 5 anos de Governo PS, a taxa de escolarização em Portugal, em relação aos grupos etários básicos em que assenta toda a escolarização da população portuguesa, que são as idades compreendidas entre o 6 anos e os 29 anos, no lugar de aumentar (o que seria de esperar até para aproximar Portugal da média europeia, em que também neste sector está muito abaixo); repetindo, a taxa de escolarização portuguesa nos 5 primeiros anos de governo PS (os anos da paixão da educação), no lugar de aumentar, diminuiu, e significativamente.

Efectivamente, a taxa global passou de 60,8% para 53,9%, ou seja, baixou 11,3% (6,9 pontos percentuais).

Esta diminuição da taxa de escolarização verificou-se em todos os grupos etários. Por exemplo, num grupo etário fundamental que é o com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos: Quando o Governo PS tomou posse em 1995, cerca de 5 portugueses em cada 100 com idade

compreendida entre os 6 e os 14 anos não estavam na escola; quatro anos depois, esse número já tinha aumentado para dez.

## A população com ensino secundário ou superior não aumentou

Como consequência da diminuição da taxa de escolarização, a percentagem da população portuguesa com o ensino secundário e superior não tem aumentado em Portugal como provam os dados oficiais do Quadro II.

Em 1999, ainda 10 em cada 100 portugueses não possuíam nenhum grau de ensino. Apenas onde se verificou aumento, e é reduzido porque o seu número apenas cresceu 3 em cada 100, foi no ensino básico. E mesmo em relação a este ignora-se onde se registou o aumento (nos 1.º, 2.º ou 3.º ciclos?), já que a informação não está desagregada. No entanto, de acordo com os dados dos quadros de pessoal, tratados pelo Ministério do Trabalho, 79,1% dos trabalhadores por conta de outrem possuíam, em 1997, o ensino básico ou menos, sendo os que tinham o 1.º ciclo ou menos 41,4%. É sintomático a estagnação em relação à população portuguesa activa com o ensino secundário - apenas 12,8 portugueses em cada 100 em 1995 e também em 1999 - e a diminuição verificada nos com o ensino superior que passa, entre 1995 e 1999, de 8,9 em cada 100, para apenas 7,1 em cada 100. E tudo isto sucede, quando se sabe que num mundo em rápida mudança como é aquele em que vivemos, em que os saberes se desactualizam muito rapidamente, o ensino secundário é cada vez mais insuficiente, e o ensino superior, como ponto de partida, torna-se cada vez mais necessário. Perante estes dados oficiais, a questão que imediatamente se coloca é esta: como será possível aumentar a competitividade da economia portuguesa, e recuperar o atraso em relação à UE, de que tanto fala o Governo, com a estagnação ou mesmo diminuição dos níveis fundamentais de escolaridade da população, sabendo-se que no mundo actual o factor-chave do desenvolvimento é precisamente a qualificação das pessoas?

## A nova paixão da inovação

Na última cimeira da UE em Lisboa, foi anunciada a grande nova de acabar com o desemprego através da generalização da utilização da Internet. Pelo menos, pretendeu-se veicular essa mensagem. Mais recentemente, no congresso do PS, Guterres lançou a «nova paixão» agora chamada inovação, associada às novas tecnologias. Mas qual tem sido o apoio em actos do Governo PS à utilização das novas tecnologias no nosso país? Serve de exemplo, o que tem sucedido no campo da formação a distância, que associa a antiga paixão (educação) com a nova paixão (novas tecnologias).

No 2.º QCA, não existia um quadro legal de apoio à formação a distância. A formação a distância foi apoiado utilizando o quadro legal da formação presencial, que criava dificuldades à sua realização, por não se adaptar a ela. No entanto, existia um, que permitiu fazer alguma formação profissional a distância apoiada utilizando as novas tecnologias. No actual Quadro Comunitário de Apoio (o 3.º), a pretexto de que se ia publicar um despacho específico para a formação a distância, paralisou-se toda a formação a distância apoiada, porque tal despacho nunca foi publicado. O projecto esteve meses na secretária do secretário de Estado de Emprego para ser assinado, e não o foi; quando o secretário de Estado foi promovido a ministro do Trabalho, o despacho transitou da antiga secretária para a secretária do actual ministro do Trabalho, e continua para ser assinado. Estamos já quase no fim do 1.º semestre do 2.º ano do 3.º QCA, e nem um simples despacho para apoiar a inovação na formação conseguiu ser publicado. Mas são assim as paixões do Governo PS para mal de Portugal e dos portugueses.

Evolução da taxa de escolarização em Portugal em 5 anos de Governo PS

GRUPO ETÁRIOS	1995	1999
Dos 6 aos 14 anos	94,9%	90,0%
Dos 15 aos 17 anos	82,1%	81,6%
Dos 18 aos 22 anos	50,5%	47,5%
Dos 23 aos 25 anos	24,15	22,4%
Dos 26 aos 29 anos	10%	9,0%
<b>TOTAL ( 6 - 29 anos)</b>	<b>60,8%</b>	<b>53,9%</b>

FONTE: Indicadores Sociais - 1999 - INE - Ano de Edição 2001

Repartição da população dos 15 aos 19 anos por níveis de ensino

GRAUS DE ENSINO	1995	1999
Nenhum	11%	10%
Básico	67,2%	70,1%
Secundário	12,8%	12,8%
Superior	8,9%	7,1%

FONTE: Indicadores Sociais - 1999 - INE



Jorge  
Messias

O «polvo» e a defesa da família cristã (2)

# A família como pano de fundo

**E**m França, imediatamente após a entrada em vigor do novo Código Penal, o campo católico da área que nos interessa passou a ser dirigido pelo CID - Comissão de Iniciativas para o Respeito pela Dignidade Humana. Os seus principais dirigentes provinham de partidos de direita (Christine Boutin, François Algoud, Philippe de Villiers, Bernard e Françoise Seiller, etc.). Para além dos grupos económicos, políticos e sociais, anteriormente referidos o CID controla poderosas organizações tais como a Associação Familiar e Escolar, a Associação Familiar Católica, a Associação Futuro da Cultura, o Círculo Cidade Viva, a Família Cristã, a Famílias de França, a Renascença Católica e a Rede de Organismos Culturais - ROC. Todas ou quase todas estas estruturas provêm da área das elites intelectuais.

Em Portugal, o quadro geral é, naturalmente, diferente. Mas não muito. Por vezes, só as siglas diferem mas o curso do processo é idêntico. Os lobbies dominantes, por exemplo, têm os mesmos métodos e objectivos. Há a Opus Dei, a Maçonaria, o FMI, os grupos de pressão da construção civil, dos laboratórios farmacêuticos, dos médicos, dos magistrados, dos comerciantes, dos industriais, dos latifundiários, da pesca, dos gados. Há os clusters parlamentares e sectoriais. Todos cruzam posições, fazem e desfazem alianças de ocasião. Mas são lobbies discretos. Actuam sem reconhecerem que existem. O mesmo se passa, aliás, em França ou no Vaticano.

O caso do grupo parlamentar do Partido Socialista português é que é original. Dele fazem parte, não os chamados independentes (que intervêm individualmente, sem constituírem uma fracção); nem as coligações

de grupos ou movimentos (eleitos pela mesma frente mas conservando autonomia de acção). Os socialistas aceitam no seu grupo parlamentar a existência de uma espécie de *escritório da democracia cristã*, autodenominado «Movimento Humanismo e Democracia». Este apêndice representa o CDS dentro do PS, a igreja num partido que se afirma laico. Os seus comportamentos sobrepõem-se aos que caracterizam uma tendência partidária ou uma ala minoritária de um grupo parlamentar. Com uma composição reduzida (apenas três elementos) é efectivamente uma direcção política com objectivos e estratégias bem definidas e capacidade para impor a sua vontade à própria direcção socialista. Tudo isto ficou recentemente bem à vista quando o «Humanismo e Democracia» impôs ao PS um recuo nas suas propostas acerca da Lei da Liberdade Religiosa. É a voz sem rodeios da Opus Dei.

A actual situação político-religiosa em Portugal pode ainda distinguir-se do caso francês num outro aspecto essencial. São múltiplas as oportunidades que se oferecem à hierarquia religiosa para ampliar ilimitadamente as áreas da sua intervenção: lei da liberdade religiosa, revisão da Concordata, manutenção do Acto Missionário, nova lei do património, revisão do Código Penal, lei das Autarquias, regulamentação das IPPS ou das ONGS, lei de bases da Família, etc., etc. Portas abertas, pois, ao caldear do direito canónico e do direito do Estado e à ampliação ilimitada, sob cobertura das leis gerais, dos privilégios, direitos e garantias que a igreja entende serem-lhe devidos. Velho objectivo que agora o episcopado atinge. Portugal é presa fácil para a Cúria Romana.

Se bem que várias outras propostas de lei pudessem ser usadas como

exemplos, repare-se no projecto de lei sobre Bases da Família apresentado pelo CDS/PP. Primeiro com a oposição formal do PS; mais tarde, num espectacular golpe de rins, tal como aconteceu com a lei da liberdade religiosa, com o apoio dos socialistas.

Esta aproximação entre os dois diplomatas foi reconhecida pelo próprio *leader* do grupo parlamentar do PS ao anunciar claramente que a estratégia que o seu partido iria seguir seria a mesma para um e outro projectos de lei. Não acrescentou, embora se trate de uma evidência, que a estratégia em causa corresponde a uma simples rendição perante os ditames da igreja político-institucional. Entre as brumas da memória apagou-se discretamente a entrevista de contornos não divulgados que o «Humanismo e Democracia» teve com Guterres e a ameaçadora visita que o secretário-geral da Conferência Episcopal Portuguesa efectuou à Assembleia da República.

## Tempos inquietantes

A situação dominante de que o governo da igreja hoje dispõe, em Portugal, teve uma longa génese. Não tão longa como pretendem aqueles que vêm na força actual do lobby católico uma herança *natural* de uma nacionalidade e de uma idade média prolongada à força pelo fascismo salazarista. Isso é verdade, mas não precisamos de ir tão longe. Basta que nos situemos a partir do 25 de Abril. Igreja pesada, obscurantista, desadaptada dos dramas e dos progressos humanos. Ligação a formas de organização económicas caducas. Clero mentalmente «gordo», miguelista, de um situacionismo identificado com os níveis médios do envelhecido campesinato. Esta foi a igreja de Cerejeira

continuada, em certa medida, pelas fracções fundamentalistas dominantes nos tempos de D. António Ribeiro. Mas a igreja estava a mudar. E a mudar em que sentido?

Cavaco Silva e Mário Soares ligaram-nos à Europa capitalista. Abriam as portas ao grande capital financeiro estrangeiro. A banca e as empresas de investimento que então se instalaram no mercado português eram, sobretudo, espanholas. Com tecnologias avançadas de gestão. Com ligações íntimas aos maiores argentários. Na sua quase totalidade (ou na sua totalidade?) estes poderosos grupos capitalistas eram controlados pela Opus Dei, a iluminada corporação redentora da economia vizinha do pós-guerra. A Opus Dei que Franco apadrinhava, já há muito tempo, que seria impopular associar o lucro material à fé católica. Mas no plano prático as coisas caminharam rapidamente no sentido das alianças

ligação ao capital eclesiástico aceleraram a absorção de pequenas, médias ou mesmo grandes empresas. Os imensos lucros obtidos regressavam, pelos canais da banca eclesiástica, aos cofres insondáveis da Obra de Balaguer, das Caves do Vaticano ou das centrais doiradas do IOR de João Paulo II ou dos paraísos fiscais.

Como sempre, o dinheiro transformou-se em poder. E assim aconteceu (já no tempo de Cavaco Silva mas, sobretudo, com Guterres) que a milionária igreja portuguesa passou a dominar um número cada vez maior de centros de decisão. Domínio directo, político, efectivo, e não espiritual. Homens certos no lugar certo, sem outras considerações que não fossem as do controlo e da obediência. A igreja institucional foram entregues postos superiores de chefia em áreas sociais, culturais, da comunicação, políticas e administrativas, económicas. E como a cada chefe compete contratar e promover, as dezenas de homens e mulheres introduzidos pela igreja no sistema, seguramente que de há vinte anos para cá se transformaram em muitos milhares de agentes de confiança. O «polvo» produziu novos tentáculos: os direitos humanos, a segurança social privada, as organizações não-governamentais confessionais, as organizações de desenvolvimento local, as formações em defesa da vida, as associações de cidadãos, etc. A instituição católica

mudou, mas não no sentido que seria de esperar. Modernizou-se recusando a sua origem. De há muito que renunciou a ser *santa*. Basta-lhe manter-se *una e universal*. Satisfaz-se em perseguir o lucro e o poder. Não consideraram, no entanto, os chefes católicos que ao correrem atrás do sucesso criavam um espaço vazio atrás de si.

## Emendar o erro

Esta degradante situação a que nos conduziram foi em boa parte acalentada nas próprias matrizes democráticas. Não chega, para uma justificação, dizer-se que *não sabemos*. Que a igreja tinha uma outra imagem cultural. Que as exigências da governação forçavam a olhar para realidades mais graves e de tratamento mais imediato. Nenhuma política responsável pode invocar a ignorância dos factos para justificar uma atitude sua mais frouxa ou uma eventual complacência passiva. E a verdade é que os factos, na sua crueza e brutalidade de processos, decorriam bem à nossa vista. Fusões ou aumentos fraudulentos de capitais da igreja, despudoradas invasões eclesiásticas de áreas exclusivas do Estado democrático, imposição de acordos institucionais e fascistas, a tudo as instituições democráticas responderam com meias-palavras brandas. Os resultados estão à vista. Mas consola pensarmos que os erros reconhecidos quase sempre se podem emendar. A denúncia pública é um caminho possível, aquele que a «nova ordem moral» mais teme ter de enfrentar. A exigência de que se lance luz sobre os segredos ocultos pode causar pavor entre os que não têm a consciência tranquila. A clara demonstração de que a crítica aberta e frontal aos comportamentos da igreja não arrasta consigo a perseguição ou a exclusão da prática da fé, da doutrina ou do culto, das bases materiais de sustentação da igreja, seriam garantias bastantes para multidoes do povo católico. Parafrazeando alguém, acrescentaríamos que «dizer toda a verdade dá lucro».

Por que não partilharmos a obrigação de explicar detalhadamente que várias das leis e projectos em debate nada mais são do que uma apertada

teia de embustes e de intrigas? Por que não colocar-se sobre a mesa a necessidade de extinção da Concordata como etapa obrigatória de uma efectiva democratização do País? Por que não rasgar-se o véu de hipocrisia que envolve o Acordo Missionário? Por que não denunciar-se a evidência de que a Lei da Liberdade Religiosa propõe, na sua formulação tosca e provinciana, a desigualdade dos direitos dos cidadãos e tenta instalar a tirania católica que viola a Constituição numa organização global do novo Mercado das Religiões? Por que não rompermos a barreira das palavras para explicarmos, com simplicidade, que a lei de bases da Família, em Portugal como em França, representa exclusivamente uma estratégia de ocupação do poder? Por que não denunciarmos o que outros calam - que a igreja portuguesa tem os seus «calcanhares de Aquiles» - e que um deles, talvez o principal, consiste no facto de que o avanço das cúpulas religiosas foi feito à custa do esmagamento das suas bases sociais de apoio? Por que não, exigirmos agora direitos institucionais que, por enquanto, nenhuma força contesta?

Para o actual episcopado só existe a cidade dos ricos. Para a grande massa católica há os ricos e há os pobres; há os que prometem e há os que cumprem; há o fantasma aterrador de uma miséria que se impõe e há a realidade de uma pobreza angustiante que cada vez mais recua para a linha de miséria. Esmaga sobretudo os católicos um grande vazio de esperança. A sua fé é a sua utopia, no sentido mais elevado da expressão. A doutrina oficial declarava-lhes que a justiça habitava no céu e não na terra. E eles acreditavam que assim era. Conduzia-os o discurso dos seus pastores. Depois, tudo se inverteu. Os sacerdotes que lhes surgem pela frente são demagogos ou usam colarinhos engomados. Há catedrais da igreja e catedrais de consumo. A esperança morreu.

Tudo indica que os bispos vão tentar resolver este dilema, comprando. No conjunto confessional e dos senhores do mercado, há biliões acumulados à espera de um sinal para o investimento. Assim, reflecte a hierarquia, poderemos subsidiar o desemprego, a saúde, a habitação social, o ensino, o lazer, a juventude. Faremos obra de caridade e voltaremos aos banhos de multidão. Sem nos misturarmos com os partidos, ganharemos as autarquias. Sem nada termos a ver com os sindicatos, garantiremos o trabalho. Sem participarmos nas forças políticas, controlaremos as suas direcções. Sem aparecermos, reconduziremos os rebanhos aos redís.

Em princípio, este raciocínio é teórico. Mas veremos. Em política, só o que não se concretiza é falso. Cabe-nos aceitar uma imensa responsabilidade. A de continuarmos a ser vanguarda dos trabalhadores.



## Comunicações

• Francisco Silva

No outro dia, ao passar a minha vista por um grande boneco, ali, à entrada de uma loja de brinquedos, mas de relativamente longe, pois encontrava-me do outro lado da rua, um boneco que já não me lembro o que representava, mas que me atraiu bastante, talvez pelas suas formas elegantes e verídicas, bem como pelos matizes do seu colorido, senti o impulso de o ver de mais de perto.

Atravessei precipitadamente a rua, um automóvel logo a acelerar para cima de mim e eu a conseguir escapar ileso do potencial atropelo, correndo... E, ao aproximar-me do meu objectivo, de um momento para o



outro o boneco a deixar de sê-lo para passar a ser um monte de peças de Lego encaixadas umas nas outras. Dos contornos torneados do boneco sobravam, agora, as arestas evoluindo como os degraus de escadas. Até as zonas de mudança das cores eram agora bem demarcadas - uma peça era claramente vermelha e a contígua um nítido azul. Os detalhes da imagem do boneco dissiparam-se e, detalhes, os novos, passaram a ser os de cada uma das peças de Lego e os das suas zonas de encaixe.

Toda a riqueza da aparência do boneco, visto de uma distância para a qual as peças individuais do Lego eram indistinguíveis, todas as suas continuidades e transições de forma e cor, eram «apenas» o resultado visível de uma construção feita com uma grande quantidade de peças de Lego arrumáveis, para fins classificativos, numa quantidade muito limitada de diferentes tipos de tamanhos e de cores.

Isto a fazer lembrar um pouco a maneira como, por um lado, a matéria se manifesta quando olhada pelos nossos olhos e apalpada pelas nossas mãos, e, por outro lado, o conhecimento que nos vem da Ciência e nos diz ser a matéria constituída por uma pequena quantidade de diferentes tipos de partículas<sup>(1)</sup>, dependendo da sua composição toda a riqueza de substâncias e seres, incluindo os vivos, existentes no Universo. Até ao sécu-

## Analógico e digital

lo XIX, essas partículas eram, para os que o sabiam, os átomos. Depois, chegámos aos electrões, aos prótons e aos neutrões. Mais tarde, aos poucos - ou antes, aos muitos -, percebeu-se que as partículas do núcleo dos átomos também eram, elas próprias, compostas por outras partículas «mais» elementares, os *quarks*, e fomos sabendo, também da existência de várias outras partículas elementares. Contudo, ficámos sempre em presença de uma quantidade limitada de tipos diferentes.

Aprendemos com os avanços do conhecimento científico que aquilo que nos aparece contínuo e como que variando gradualmente, porque assim o percebemos (vemos ou apalpamos), afinal é descontínuo e assume uma quantidade limitada de formas elementares, isto é, manifesta-se de uma forma discreta (para utilizarmos o calão científico). Por exemplo, ao passarmos com as pontas dos nossos dedos sobre o tampo de uma mesa - um exemplo costumeiro - não nos apercebemos ser a maior parte da sua superfície constituída por «nada». Afinal, as suas partículas ocupam, dinamicamente, apenas uma parte ínfima do todo. E nós sentimos o tampo da mesa como sendo algo de maciço e contínuo!

Portanto, do ser descontínuo e discreto da matéria não nos podemos dar conta pela mera recepção dos sinais através dos nossos órgãos dos sentidos e sua subsequente percepção. É demasiado o detalhe para a nossa capacidade de destriça, para a escala com que os nossos sentidos podem observar. Mas, mais ainda. Os sinais recebidos podem, eles próprios, ser descontínuos e assumirem apenas determinados estados ou valores; os mesmos sinais que, dentro de certas condições nos aparecem como sendo contínuos e sem variações bruscas.

Por outras palavras, sendo os sinais analógicos - contínuos e sem variações bruscas - aqueles que naturalmente são produzidos e podemos perceber, podem, os mesmos sinais analógicos (nomeadamente sons e imagens), ser transformados para uma forma digital (isto é, uma sequência de impulsos), se tal for conveniente, ou prático. A forma digital, uma forma menos rica em detalhes, portanto, menos rica em informação. E, de volta, serem os sinais recuperados sob a sua forma analógica «inicial» sem que, para quem recebe os sinais, nenhuma degradação «informativa» seja notada, devida à passagem intermédia do sinal pela forma digital.

Aí está: da visão inicial do boneco, do outro lado da rua, fui até cerca dele e vi o monte de peças de Lego encaixadas umas nas outras; voltando ao outro lado da rua, recuperei a minha visão anterior do boneco, a visão própria do distanciamento de novo proporcionado.

<sup>(1)</sup> Ou de partículas-ondas.

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Fidel

#### Estrela

Dizem  
quando apareces  
que és a estrela.

És.

És a luz brilhante  
da ilha honrada.

Estrela  
comandante  
da alvorada.

#### Realidade

Roma. Paris. Nova Iorque.

A sala está cheia  
com a família real  
de Goya.

A ti  
é que todos procuram  
todos te querem ver  
saber  
que és mesmo tu  
afinal  
não a miragem  
do deserto.

Invencível coragem.

Tão real.

Tão perto.

#### Tua presença

Trazes contigo  
o povo de Cuba.  
Tu és  
o povo de Cuba.

E de repente  
a ilha cresce  
alarga  
avança  
no mar profundo.

Esperança  
do tamanho do mundo.

#### Visita

Ver-te.

E, só com isso,  
a impressão  
de ter saído  
da cave.  
De subir a montanha.  
Atingir  
a distância  
da asa.

Ver-te.

Sentirmo-nos  
em casa.

#### Património

Disseste  
que se pode  
olhar os astros.

Cantaste  
o homem  
vertical.

Mediste  
as alturas  
da paz.

Em cada um de nós estás.

## Cartoon

• Monginho



## Reuniões e Assembleias

### AVIS

5.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP  
Sábado, 26, a partir das 15h, no Salão da Junta de Freguesia de Avis com a participação do camarada Domingos Abrantes

### IDANHA-A-NOVA

4.ª Assembleia da Organização Concelhia  
Domingo, 27, às 15h, na sede da Junta de Freguesia de Idanha-a-Nova, com a participação do camarada Armando Morais  
Sessão pública às 17h30

### CASCAIS

1.ª Assembleia da Organização de Empresas de Cascais  
Sábado, 26, às 15h, no Centro de Trabalho de Tires

### LISBOA

6.ª Assembleia da Organização do PCP na Câmara Municipal de Lisboa  
Sábado, 26, a partir das 15h, no CT Vitória  
Almoço-convívio no mesmo local às 12h30

\*

### LISBOA

Reuniões de células e sectores do SI/URL, todas no Centro de Trabalho Vitória: **Célula da RTP**: sexta-feira, 25, 21h; Sector **Arquitectos, Artistas Plásticos e Designers** e **Célula dos Juristas** – ambas segunda-feira, 28, às 21h; Sector da **Comunicação Social**: quarta-feira, 30, às 21h; Sector dos **Professores**: sexta-feira, 1 de Junho, 21h.

Reunião de **Bancários Reformados**: quinta-feira, 31, 14h30, CT Vitória.  
Reunião do OD do Sector da **Função Pública da ORL**: quarta-feira, 30, 19h, CT Vitória.

Reuniões de militantes das **Freguesias da Cidade de Lisboa** para preparação das eleições autárquicas: de **Santa Justa** – segunda-feira, 28, 18h30, CT Vitória; de **S. Miguel** – terça, 29, 21h, Centro dos Reformados de S. Miguel; de **S. Nicolau** – quinta-feira, 31, 18h.

### LOURES

Plenário de militantes de **Santa Iria de Azóia** sobre a situação política e tarefas já em curso, nomeadamente **Campanha de Fundos, Festa do Avante!** e eleições autárquicas: sexta-feira, 25, às 21h, no Centro de Trabalho de Santa Iria de Azóia, com **Paulo Loya**.  
Plenário de militantes de **S.º António dos Cavaleiros**: dia 26 às 16h.  
Reunião da **Direcção Concelhia**: dia 28, 21h30, no CT de Sacavém.  
Plenário da **Célula da CM/SM**, com a participação de **Adão Barata**: terça-feira, 29, 18h.

### MOITA

Plenário de militantes de **Sarilhos Pequenos**, no Centro de Trabalho local: domingo, 27, às 15h, com a participação de **Valdemar Santos**.

### OEIRAS

Plenário de militantes de **Porto Salvo**, com a participação de **Cláudia Nogueira**: sábado, 26, às 15h30, no CT de Porto Salvo.

### SETÚBAL

Assembleia da Organização da Freguesia de Santa Maria, com discussão de questões da organização do Partido e balanço do trabalho autárquico, e entrega dos novos cartões: sábado, 26, às 15h, no CT do PCP (Edifício Arrábida). Convívio no final.

### VILA FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes de **Forte da Casa**: dia 25, 21h30, com **Adelaide Pereira**, no CT local.

### Jornadas de contactos com os trabalhadores e distribuição de documentos no concelho de Odivelas

Dia 24 – na UNALDOR e G.I. Confecções (12h).  
Dia 25 – H.F. Confecções (8h45) e CODAN (15h).  
Dia 28 – COMETNA e VELAN (7h30) e OPTILON (13h15).  
Dia 29 – UNOR e pequenas empresas da PÓVOA Sto. ADRIÃO (7h45) e CONTEL (16h30).  
Dia 30 – SOFOMIL e VECOFABRIL (12h) e COMETNA (15h).  
Dia 31 – GRAMADO e SÓMATOS (12h).

\*

### Reunião/Convívio

de camaradas naturais de Bragança residentes na Área Metropolitana de Lisboa  
Sábado, 26, às 21h30, no CT Vitória, em Lisboa, com a participação de **José Brinquete** e **Vitor Martins**.  
No final da reunião haverá um convívio dos participantes, no terraço do CT, com Fumeiro da Terra Fria (alheiras, chouriço e salpicão), Pão da Terra Quente, Mirandela (trigo e centeio) e Vinho do Douro Superior.

\*

### Lisboa

Reunião de Transmontanos naturais do Distrito de Vila Real  
Sábado, 26, às 21h, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação do camarada **Fernando Mendes**

\*

### 3.º Almoço-convívio

da célula dos Reformados do PCP de Montemor-o-Novo  
Sábado, 2, no Parque de Exposições, Mercados e Feiras  
Convidado: **Abílio Fernandes**, presidente da CM de Évora  
(Inscrições até 30 de Maio no CT do PCP)

## Carlos Carvalhas domingo em Santiago do Cacém

Uma delegação do Partido, com o Secretário-geral e outros dirigentes do PCP, visita no próximo domingo, a partir das 17h30, a Santiagri – XVI Feira Agro-Pecuária do Litoral Alentejano, em Santiago do Cacém.

### Debates

#### No PORTO

• «Classificar escolas – para quê?»  
Promovido pela Comissão de Educação e Ensino do SI/ORP com **José Calçada**, **Manuela Mendonça**, **Paulo Sucena**, **Adriano Teixeira de Sousa** – Sexta-feira, 25, 21h30, no Hotel Tuela.

#### Em SACAVÉM

• «Palestina – Que presente? Que futuro?» Com **Domingos Lopes** – Sábado, 26, às 15h, no CT de Sacavém.

#### Nos OLIVAIS, em Lisboa

• «Freguesia dos Olivais – uma freguesia com passado que perspectiva o seu futuro». Com **Alexandra Gonçalves**, vereadora do PCP na CML.  
Sábado, 26, às 15h, na Bedeteca, Palácio do Contador-Mor.

### ALMOÇO-CONVÍVIO em VILÁ FRANCA DE XIRA

Domingo, 27, às 13h, no Galeria Bar, com **José Casanova**.

### Convívios na Atalaia

#### Domingo, 27

Confraternização de todos os que têm contribuído para a realização da Festa do Avante!

- da Fil/1976 à Atalaia/2001.

A partir das 10h

Manhã desportiva – Almoço-convívio – Intervenção política.

Exposição fotográfica com as fotos da Festa levadas pelos participantes.

#### Sábado, dia 2

Na Adega da Quinta

Almoço - Para a campanha dos 250 mil contos (Inscrições: camaradas Isabel ou Anacleto, CT da Rua Soeiro Pereira Gomes, tel. 217813800).

#### Domingo, dia 3

Da célula da Lisnave/Gestnave, com os actuais e ex-trabalhadores da empresa. (Inscrições: tel. 212157378).



### JCP/Juventude CDU

10.º Encontro Regional da JCP/Lisboa

Lema: «Agir em Colectivo. Construir o Futuro». Sábado, 26, no Centro de Trabalho Vitória.

### Arrentela

Caracolada e mini-Feira da Ladra da JCP. Espaço Jovem do CT do PCP – sábado a partir das 18h.

### Portel

Almoço-convívio da Juventude CDU. Sábado, 26, às 12h30, nos Bombeiros Voluntários.

### Santiago do Escoural

Festa da Juventude – Dias 2 e 3 de Junho. Jogos, animação musical.

## Setúbal

### Passeio ao Alentejo

Escoural-Monsaraz-Évora  
Domingo, dia 3 de Junho  
(inscrições no CT de Setúbal)



## CDU apresenta candidatos

### CASCAIS

Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipais  
Almoço. No Hotel Cidadela, Domingo, 27, às 13h

### MAÇÃO

Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU aos órgãos autárquicos de Mação  
Almoço. No restaurante «Pica Fino», sábado, 26, às 13h com a presença de **Luísa Araújo**

### PENAFIEL

Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipais  
Sábado, 26, 20h, no restaurante «Pérola do Vale - A Marisqueira» com a participação de **José Casanova**

### AVEIRO

Encontro Distrital da CDU  
Sábado, 26, 14h30, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, com a participação de **Agostinho Lopes**

### COVILHÃ

Encontro Distrital da CDU  
Sábado, 26, 15h, no Grupo Instrução e Recreio do Rodrigo  
Participam **Jorge Cordeiro** e dirigentes locais do PCP e de «Os Verdes»

### PALMELA

Encontro Concelhio da CDU  
Sábado, 26, 14h30, no Salão dos Bombeiros Voluntários

### ALMADA

«CDU presta contas» na freguesia do **Laranjeiro** – Encontro com a população. No Portão Verde Futebol Clube, dia 26 às 15h.

### AMADORA

Apresentação pública do candidato CDU à presidência da JF de **Damaia**, **António Borges**: dia 27, 16h, Cinema D. João V, com a presença de **António Filipe**, candidato à presidência da CM da Amadora.

### LOURES

**Bobadela** - Sessão-debate da CDU sobre **Saúde**, com a presença do médico **Mário Jorge**: hoje, dia 25, às 14h30, no Centro de Dia da Terceira Idade.  
**Frielas** – Também sobre **Saúde**, com o vereador **Carlos Luz**: hoje, 25, às 21h, na Junta de Freguesia.  
**Visita CDU ao concelho (Obras, Equipamentos)**, com a presença de **Adão Barata** e de outros eleitos: dia 26 a partir das 9h30 (concentração às 9h junto ao Mercado).  
**Debate sobre o Euro** – no Centro de Dia da Terceira Idade de **S. João da Talha**, com **Mário Rui Pina**: dia 30, 14h.  
Reunião da **Coordenadora Concelhia da CDU**: dia 30, 21h30, refeitório municipal.

### ODIVELAS

Continuação das **Jornadas Autárquicas da CDU na Pontinha**:  
**Debate sobre Segurança na Freguesia**, com a presença de **Alexandrino Saldanha**: na Esc. do Bairro Falcão, sexta-feira, dia 25 às 21h30. **Sábado, 26**: Encontro com os moradores do Bairro e visita a instituições da Pontinha. **Dia 2 de Junho**: contactos com a população, de manhã; **Noite de Fados** no Jardim do Bairro Mário Madeira, à noite.

### OEIRAS

Reunião dos candidatos CDU aos órgãos da futura freguesia de **Caxias**: hoje, dia 24, às 21h no CT do PCP de Algés.

### SEIXAL

**Amora** – Plenário de militantes: dia 26 às 15h, no Centro de Trabalho.

### PORTIMÃO

Plenário Concelhio da CDU sobre as eleições autárquicas e os problemas no concelho e freguesias: dia 26 às 15h30, no CT do PCP.

### PORTO

**Debate: «Os Transportes e o Desenvolvimento Regional»** (do ciclo «Autarquias 2001» promovido pela DORP). Com **Ilda Figueiredo**, eleitos e técnicos autárquicos, sindicalistas. No Auditório da Junta de Freguesia de Cedofeita, hoje, quinta-feira às 21h30.

### SINES

III Jornadas de Desenvolvimento do Litoral Alentejano: dia 26 a partir das 15h, no Salão Nobre da CM de Sines.

### TORRES VEDRAS

Visita à freguesia de **Ramalde**, com a presença dos cabeças de lista à CM e AM: dia 26.  
**Debate público** sobre questões autárquicas: no Auditório Municipal, dia 30 às 21h30.

### VILA FRANCA DE XIRA

**S. João dos Montes** – Encontro de eleitos CDU com a população de **Subserra**: dia 27, 10h.

## Excursão a Peniche

Visita ao Forte conduzida por **Dias Lourenço**  
Saída de **Queluz** às 8h, regresso pelas 19h – Dia 27 de Maio  
(Inscrições: camarada **Manuel Cardoso**, tel 214362129, ou CT do Cacém, tel. 219142336)

## ATVer

**Tempo dos Ciganos** deu a Emir Kusturika o Prémio de Melhor Realização do Festival de Cannes e continua a ser dos filmes mais populares deste talentoso realizador jugoslavo



## Tempo dos Ciganos

(Quinta-feira, 24 de Maio, RTP-2)

Tempo dos Ciganos deu a Emir Kusturika o Prémio de Melhor Realização no Festival de Cannes e continua a ser uma das obras mais admiradas deste cineasta jugoslavo que, baseando-se numa notícia de jornal que falava do tráfico de crianças ciganas na Europa, construiu em 1998 e em jeito de crónica esta história que mergulha na vida de uma comunidade cigana da Jugoslávia através da trajectória de um jovem no limiar da idade adulta e à beira das grandes decisões da sua vida. Os dilemas da identidade cigana e as tensões inter-rétnicas nos Balcãs são o pano de fundo deste filme, que é inteiramente falado em língua cigana.

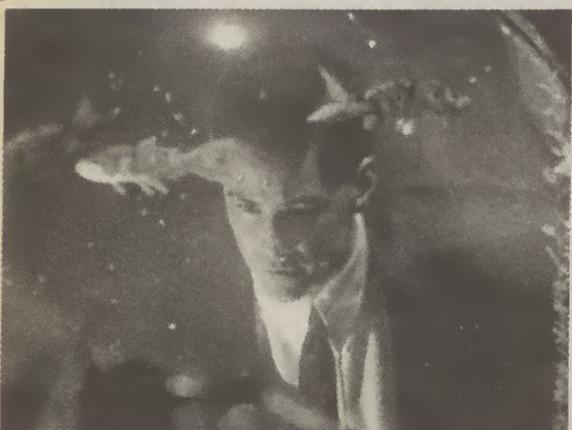
## Maria Walewska

(Sexta-feira, 25 de Maio, RTP-2)

A «saga Greta Garbo» continua, neste ciclo que a RTP-2 tem vindo a dedicar à actriz. Maria Walewska coloca a «divina» na pele de uma condessa polaca que, por «razões de Estado», se torna amante de... Napoleão Bonaparte, *lui même!* A heroína segue-o por meia Europa, chega mesmo a ter um filho dele em segredo (absurdo indispensável para o melodrama) e esta fita, sendo feita à medida da Garbo, não mede mais que isso. O que



**Sonata de Outono** relata um acerto de contas afectivo e emocional entre uma mãe (Ingrid Bergman) e uma filha (Liv Ullmann) tendo um prelúdio de Chopin como detonador. Magistral



**Johnny Mnemonic** é quase um «ensaio» para o original *Matrix* que, poucos anos depois, confirmaria definitivamente este subgénero do cinema de ficção científica. Até o herói é o mesmo: Keanu Reeves

se confirma até no canastrão que colocaram no papel de Napoleão - Charles Boyer, imagine-se!

## MIB - Homens de Negro

(Sábado, 26 de Maio, SIC)

Sucesso estrondoso em 1997, este divertimento patrocinado por Steven Spielberg goza com humor um dos «mitos» da «ovniologia à americana» - os misteriosos «homens de negro» (literalmente, Man In Black - MIB) que andam escondidos na multidão ao serviço (ou à caça, conforme calha...) de extraterrestres. Com efeitos especiais da Industrial Light & Magic (a mesma da saga *Guerra das Estrelas* e está tudo dito) e tendo por

heróis uns bem humorados Tommy Lee Jones e Will Smith, é um bom divertimento.

## Heróis de Telemark

(Domingo, 27 de Maio, RTP-1)

Produção do Reino Unido quando os filmes de guerra estavam em alta (o filme é de 1965) e não sendo um dos expoentes do género, **Heróis de Telemark** tem os ingredientes essenciais: elenco com estrelas sonantes (Kirk Douglas, Richard Harris, Michael Readgrave, etc.), paisagens espectaculares (no caso, na gélida Noruega), uma história de confronto heróico e linear (um comando da resistência norueguesa luta para destruir uma fábrica onde os nazis se preparavam para obter a fissão nuclear, indispensável para a bomba atómica). Provavelmente vai aparecer-nos mutilado pelo execrável «pan & scan», mas o que é que se há-de fazer? A falta de respeito tornou-se um hábito, mesmo na RTP.

## Sonata de Outono

(Domingo, 27 de Maio, RTP-2)

Ingmar Bergman reuniu neste filme um elenco de luxo (que incluiu Ingrid Bergman, vinda expressamente da sua carreira em Hollywood para esta performance com o mestre seu compatriota e ombreado com Liv Ullmann e Lena Nyman, entre outros), para nos contar um acerto de contas afectivo e emocional entre uma mãe e uma filha, tendo um prelúdio de Chopin como detonador. Mais um filme magistral do grande cineasta sueco.

## Johnny Mnemonic

(Domingo, 27 de Maio, TVI)

Também no domingo, mas na TVI, passa este **Johnny Mnemonic**, uma fita que marcou lugar em 1995 no subgénero que irradiou da ficção científica com enredos tendo por tema o universo informático. O herói é Keanu Reeves e alberga na sua própria cabeça 320 gigabytes (!!!!) de informações vitais para os «bons», sendo perseguido pela máfia Yakuza e um ciborgue, numa luta de morte com acção a rodos.

## Aberto até de Madrugada

(Domingo, 27 de Maio, RTP-1)

Eis outro grande sucesso à data da estreia (1996) e que o tempo não apagou da memória dos espectadores, o que não é dizer pouco. Aliás, não foi por acaso que a publicidade, ainda não há muito tempo, glosou algumas cenas do filme para promover um produto qualquer. **Aberto até de Madrugada** é uma comédia tresloucada sobre o vampirismo, tendo por palco um bar perdido numa encruzilhada no deserto onde um evadido das prisões dos EUA e o irmão que o acompanha pernoitam, para descansar na sua fuga a caminho do México. O que eles não sabiam é que o bar estava «aberto até de madrugada» para servir vampiros, pelo que, sem perceberem muito bem como, se

vêm a braços com uma desesperada luta pela sobrevivência. A tensão dramática, o humor negro, o insólito como matéria de suspense, o encurralamento dos perseguidos, o cenário claustrofóbico e a montagem (com muito cinema dentro) de uma história que convoca e mistura vários géneros (do *western* ao filme negro, do vampirismo gótico ao policial de aventuras) faz deste filme um inteligente divertimento. E outra coisa não era de esperar: o realizador é Robert Rodriguez, um «pupilo» de Quentin Tarantino (que, aliás, está por trás do projecto) e tem ao seu serviço actores como George Clooney, Harvey Keitel e Juliette Lewis.

## Quinta, 24

## ▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Privilégio de Amar  
17.55 Quebra Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Mr Bean  
21.45 Elsa  
22.15 Grande Informação  
23.30 Bull  
00.30 24 Horas  
01.00 «O Meu Homem» (de Bwertrand Blier, Fr/1995, com Anouk Grimberg, Gérard Lanvin. (Comédia))

## ▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.30 Documentário  
13.00 Loja do Cidadão  
14.00 Esquadra de Polícia  
15.00 Por Outro Lado  
16.00 Euronews  
16.30 Informação Gestual  
17.30 Espaço Infantil  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Andamentos  
19.30 Série «Horizon»  
20.10 Viver no Campo  
20.40 2010  
21.50 RTP Economia  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.10 Artigo 37

## Sexta, 25

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Privilégio de Amar  
17.55 Quebra Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 «Robocop 3, Fora da Lei» (de Fred Dekker, EUA/1991, com Robert Burke, Nancy Allen, Rip Torn. *Aventuras*)  
22.45 Turnos de Risco  
23.35 Histórias da Noite  
00.05 Top Filme  
00.35 24 Horas  
01.25 «Neá» (de Nelly Kaplan, Fr/1976, com Samy Frey, Nelly Kaplan, Ann Zacharias, Micheline Presle. *Erótico*)

## ▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.30 Programa não designado  
13.00 Livres e Iguais  
14.00 Esquadra de Polícia  
15.00 Conversa Privada  
16.00 Euronews  
16.30 Informação Gestual  
17.40 Espaço Infantil  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Basquetebol - Portugal-Luxemburgo  
21.00 Personagens  
22.00 Acontece

## Sábado, 26

## ▼ RTP 1

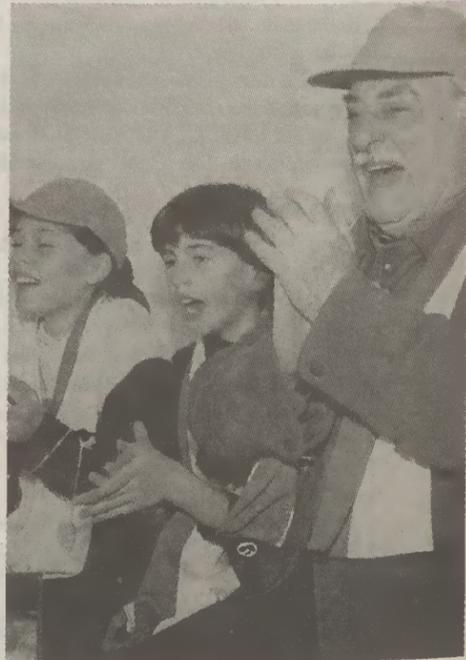
07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Top +  
15.15 Bandas Fabulosas  
15.40 Sem Filtro  
17.10 Felicity  
18.15 «Menino Maluquinho 2 - A Aventura» (de Fernando Meirelles, Brasil/1998, com Samuel Costa, Stênio Garcia, Fábio Migliaccio, Fernanda Miranda. *Comédia*)  
20.00 Telejornal  
21.05 Sábado à Noite  
22.40 Alves dos Reis  
23.35 Lei Marcial  
00.35 24 Horas  
00.55 Máquinas  
01.40 «Carrie» (de Brian De Palma, EUA/1976, com Sissy Spacek, Piper Laurie, Amy Irving, Nancy Allen, John Travolta. *Terror*)

## ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Iniciativa  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
19.00 «Relação Fiel e Verdadeira» (de Margarida Gil, Port/1987, com Catarina Alves, António Sequeira Lopes, Laura Soveral, Cremilda Gil. *Drama*)  
21.00 Horizontes da Memória  
21.30 Bombordo  
22.00 Jornal África  
22.30 Jornal 2  
23.30 O Lugar da História  
24.30 Britcom



Dois dos principais intérpretes de «Porto dos Milagres»



Novos e «velhos» actores em «Olhos de Água»

00.50 «Tempo dos Ciganos» (de Emir Kusturika, Jugosl/1988, com Davor Dujmovic, Bora Todorovic. *Ver Destaque*)

## ▼ SIC

08.00 Buééré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.40 Malhação  
17.40 Estrela-Guia  
18.45 Um Anjo Caiu do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 A Minha Família é uma Animação  
22.00 O Bar da TV  
22.30 Porto dos Milagres  
23.30 O Bar da TV  
24.00 Noites Marcianas  
02.00 Noites Longas : «Leon Max Lederman»  
04.00 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.30 Animação  
11.00 Tiro e Queda  
12.15 112  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Chiquititas  
15.30 Batatoon  
18.30 Olhó Video  
19.15 Mulheres de A a Zé  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 Olhos de Água  
22.45 Mulheres de A a Zé  
23.45 Última Edição  
02.35 Lin's  
03.05 Profiler

22.30 Jornal 2  
23.10 Dharma e Greg  
24.00 Um Café no Majestic  
01.40 Jazz a Preto e Branco  
02.30 «Maria Walewska» (de Clarence Brown, EUA/1937, com Greta Garbo, Charles Boyer. *Ver Destaque*)

## ▼ SIC

08.00 Buééré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.40 Malhação  
17.40 Estrela-Guia  
18.45 Um Anjo Caiu do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 O Bar da TV  
21.30 Porto dos Milagres  
22.30 Mulher Não Entra  
23.30 O Bar da TV  
24.00 Noites Marcianas  
02.00 Jogo Limpo  
04.00 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.30 Animação  
11.00 Tiro e Queda  
12.15 112  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Chiquititas  
15.30 Batatoon  
18.30 Olhó Video  
19.15 Mulheres de A a Zé  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Bora Lá Marina  
22.00 Olhos de Água  
22.45 Mulheres de A a Zé  
23.30 «Die Hard - A Vingança» (John McTiernan, EUA/1995, com Bruce Willis, Jeremy Irons, Samuel L. Jackson. *Thriller*)  
01.30 Última Edição  
02.20 «Shootfighter II - Cruel Vingança» (de Paul Ziller. *Artes Marciais*)  
04.20 Line's  
04.50 Profiler

01.40 «Morte Cerebral» (de Peter Jackson, Nova Zel/1992, com Timothy Balme, Elizabeth Moody. *Terror*)  
03.30 Loja do Cidadão

## ▼ SIC

07.00 Zip Zap  
11.15 Dá-lhe Gás  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 «Que Bem se Está no Campo» (de George Roy Hill, EUA/1988, com Chevy Chase, Madolyn Smith, Joseph Maher. *Comédia*)  
16.20 «MIB - Homens de Negro» (de Barry Sonnenfeld; EUA/1997, com Will Smith, Tommy Lee Jones, Linda Fiorentino. *Ver Destaque*)  
18.40 Mundo Vip  
19.00 Um Anjo Caiu do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Ganância  
22.00 O Bar da TV  
23.00 Herman Sic  
01.30 «Angie, uma Mulher Só» (de Martha Coolidge, EUA/1994, com Geena Davis, Stephen Rhea, James Gandolfini. *Drama*)  
03.30 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.00 Animação  
11.15 Top Rock  
12.00 Mulheres de A a Zé  
13.00 TVI Jornal  
13.45 Contra-Ataque  
14.45 4ª a Fundo  
15.00 Caras Lindas  
16.00 «Piratas em Terra» (de John R. Cherry III, EUA/1999, com Tim Curry, Sed Atkins. *Fantástico*)  
18.00 «Air Bud - A Nova Geração» (de Bill Bernerman, EUA/2000. *Comédia*)  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 Mulheres de A a Zé  
23.45 112  
00.15 Lux  
01.55 «Culpa Formada» (de Mike Robe, EUA/1995, com David James Elliott, Daphne Zuniga. *Policia*)

**Domingo, 27**

- ▼ RTP 1**  
 07.00 Infantil/Juvenil  
 13.00 Jornal da Tarde  
 14.00 Made in Portugal  
 15.15 Jag - Em Nome da Justiça  
 17.10 «Heróis de Telemark» (de Anthony Mann, R.Unido/1965, com Kirk Douglas, Richard Harris, Ulla Jacobson. Ver Destaque)  
 20.00 Telejornal  
 21.10 Alves dos Reis  
 22.05 O Rosto da Notícia

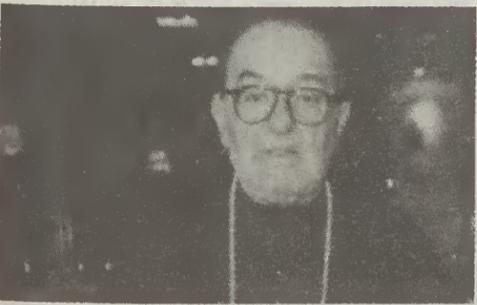


**Segunda, 28**

- ▼ RTP 1**  
 07.30 Infantil/Juvenil  
 09.30 Praça da Alegria  
 12.25 Regiões  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.55 Emoções Fortes  
 15.30 Vidas Cruzadas  
 16.30 Privilégio de Amar  
 17.55 Quebra Cabeças  
 18.40 Ajuste de Contas  
 19.40 Regiões  
 20.00 Telejornal  
 21.05 Sorte Grande  
 21.30 Luís de Matos ao Vivo  
 22.40 Jogo Falado  
 00.10 24 Horas  
 00.40 «Gangster» (de Volker Einrauch, Alem/2000, com Frank Gierring, Laura Tonke. Comédia)

- ▼ RTP 2**  
 07.00 Hora Viva  
 09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
 12.10 Euronews  
 12.30 Itinerários

«Personagens» (à sexta na RTP2) assinala o regresso de **Fernanda Mestrinho** à entrevista



Outro regresso é o de **José Duarte**: Jazz também à sexta na RTP2

- 00.10 Domingo Desportivo  
 00.35 Automobilismo - GP de Mônaco  
 01.00 24 Horas  
 01.20 Magazine Liga dos Campeões  
 02.10 Longa Metragem

- ▼ RTP 2**  
 07.00 Euronews  
 09.00 Programa Religioso  
 10.30 Missa  
 11.15 Horizontes da Memória  
 11.45 As Novas Reservas Naturais  
 12.30 Palácio de Cristal  
 13.30 Quem Sai Aos Seus  
 14.00 Desporto 2  
 18.30 Forças Selvagens  
 19.30 Um Rapaz Diferente  
 20.30 Onda Curta  
 21.15 Simpsons  
 21.45 Artes e Letras (Evgeny Kissin)  
 22.30 Jornal 2  
 23.00 Travessa do Cotovelo  
 00.30 «Sonata de Outono» (de Ingmar Bergman, Suéc-RFA/1978, com Ingrid Bergman, Liv Ullman, Lena Nyman. Ver Destaque)

- ▼ SIC**  
 07.00 Zip Zap  
 12.00 BBC Vida Selvagem  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 Big Show SIC  
 16.15 «O Teorema de Pitágoras» (Longa Metragem)  
 19.00 Popstars  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Ganância  
 22.00 O Bar da TV  
 24.00 «Aberto Até de Madrugada» (de Robert Rodriguez, EUA/1996, com George Clooney, Harvey Keitel, Juliette Lewis. Ver destaque)  
 03.30 Portugal Radical

- ▼ TVI**  
 08.30 Animação  
 10.00 Cerimónias Religiosas  
 13.00 TVI Jornal  
 13.30 Dawson's Creek  
 14.30 «Um Toque de Esperanças» (de Craig R. Baxley, EUA/1999, com Anthony Michael Hall, Abraham Benrubi. Fantástico)  
 16.30 «Johnny Mnemonic» (de Robert Longo, EUA/1995, com Keanu Reeves, Dina Meyer, Ice-T. Ver Destaque)  
 18.30 Olho Vídeo  
 20.00 Jornal Nacional  
 21.00 Super Pai  
 22.00 Olhos de Água  
 23.00 «As Palavras que Nunca te Dires» (de Luis Mandoki, EUA/1999, com Kevin Costner, Robin Wright Penn, Paul Newman, John Savage. Drama)  
 01.00 «Jesse James» (de Robert Boris, EUA/1994, com Rob Lowe, Bill Paxton, Randy Travis. «Western»)  
 03.00 Grandes Esperanças

- 13.00 2010  
 14.00 Universidade Aberta  
 14.30 Esquadra de Polícia  
 15.30 Parlamento  
 16.30 Informação Gestual  
 17.30 Espaço Infantil  
 18.30 Informação Religiosa  
 19.00 Rotações  
 19.30 Série «Horizon»  
 20.25 Viver no Campo  
 20.40 Por Outro Lado  
 22.00 Acontece  
 22.30 Jornal 2  
 23.00 Snoops  
 24.00 Artes de Palco: Teatro («Vida Breve em Três Fotografias», adaptação de um texto de Bernardo Santareno)  
 02.10 Andamentos

- ▼ SIC**  
 08.00 Buééré  
 10.00 SIC 10 Horas  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.10 A Próxima Vítima  
 15.30 A Viagem  
 16.40 Malhação  
 17.40 Estrela-Guia  
 18.45 Um Anjo Caiu do Céu  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 O Bar da TV  
 21.30 Porto dos Milagres  
 22.30 O Programa de Maria  
 23.30 O Bar da TV  
 24.00 Noites Marcianas  
 02.00 «Demónio Assassino» (de Cybill Richards, EUA/1996, com Jaqueline Loell, Matt Shue. «Thriller»)  
 04.00 Portugal Radical

- ▼ TVI**  
 08.30 Animação  
 11.00 Tiro e Queda  
 12.15 112  
 13.00 TVI Jornal  
 14.00 Chiquititas  
 15.30 Batatoon  
 18.30 Olho Vídeo  
 19.15 Mulheres de A a Zé  
 20.00 Jornal Nacional  
 21.00 Crianças S.O.S.  
 22.00 Olhos de Água  
 23.00 «Negócio Arriscado» (de Paul Brickman, EUA/1983, com Cruise Rebecca De Mornay, Joe Pantoliano. Comédia)  
 01.00 Última Edição  
 01.45 Pretender  
 02.50 Net  
 03.35 Line's

**Nota:** A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

**Terça, 29**

- ▼ RTP 1**  
 07.30 Infantil/Juvenil  
 09.30 Praça da Alegria  
 12.25 Regiões  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.55 Emoções Fortes  
 15.30 Vidas Cruzadas  
 16.30 Privilégio de Amar  
 17.55 Quebra Cabeças  
 18.40 Ajuste de Contas  
 19.40 Regiões  
 20.00 Telejornal  
 21.05 Benny Hill  
 21.35 «O Seu Perfeito Alibi» (de Bruce Beresford, EUA/1989, com Tom Selleck, Paulina Porizkova, William Daniels. Comédia)  
 23.15 «A Rapariga do Tambor» (de George Roy Hill, EUA/1984, com Diane Keaton, Yorgo Voyagis. «Thriller»)  
 01.20 24 Horas  
 01.50 Top Video  
 02.20 «O Monstro» (de Walerian Borowczyk, França/1975, com Hirpa Lane, Lisbeth Hummel. Comédia)

- ▼ RTP 2**  
 07.00 Hora Viva  
 09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
 12.10 Euronews  
 12.30 Rotações  
 13.00 O Lugar da História  
 14.00 Esquadra de Polícia  
 15.00 Artigo 37  
 16.30 Informação Gestual  
 17.40 Espaço Infantil  
 18.30 Informação Religiosa  
 19.00 Bombordo  
 19.30 Série «Horizon»  
 20.25 Viver no Campo  
 21.00 O Triunfo dos Porcos  
 22.00 Acontece  
 22.30 Jornal 2

**Quarta, 30**

- ▼ RTP 1**  
 07.00 Infantil/Juvenil  
 09.30 Praça da Alegria  
 12.25 Regiões  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.55 Emoções Fortes  
 15.30 Vidas Cruzadas  
 16.30 Privilégio de Amar  
 17.55 Quebra Cabeças  
 18.40 Ajuste de Contas  
 19.40 Regiões  
 20.00 Telejornal  
 21.10 Benny Hill  
 21.40 «Batman Para Sempre» (de Joel Schumacher, EUA/1995, com Val Kilmer, Tommy Lee Jones, Nicole Kidman, Jim Carey. Aventuras)  
 23.40 Maiores de 20  
 00.20 24 Horas  
 00.50 «O Último Tango em Nova Orleães» (de Sam Pillsbury, EUA/1990, com Nicolas Cage, Judge Reinold, Erika Anderson. Drama.)

- ▼ RTP 2**  
 07.00 Hora Viva  
 09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
 12.10 Euronews  
 12.30 Andamentos  
 13.00 O Triunfo dos Porcos  
 14.00 Esquadra de Polícia  
 15.00 Euronews  
 15.30 Travessa do Cotovelo  
 16.30 Informação Gestual  
 17.45 Espaço Infantil  
 18.30 Informação Religiosa  
 19.00 Onda Curta  
 19.30 Série «Horizon»  
 20.10 Viver no Campo  
 20.30 Livres e Iguais  
 22.00 Acontece  
 22.30 Jornal 2  
 23.00 Fenómeno  
 24.00 Sinais do Tempo



- 23.10 Conversa Privada  
 00.10 «Peking Opera Blues» (de Hark Tsui, Hong-Kong/1986, com Brigitte Lin, Cherie Chung. «Thriller»)  
 01.45 Rotações

- ▼ SIC**  
 08.00 Buééré  
 10.00 SIC 10 Horas  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.10 A Próxima Vítima  
 15.30 A Viagem  
 16.40 Malhação  
 17.40 Estrela-Guia  
 18.45 Um Anjo Caiu do Céu  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Esta Semana  
 22.00 O Bar da TV  
 23.00 Porto dos Milagres  
 24.00 Noites Marcianas  
 02.00 Noites Longas  
 05.00 Portugal Radical

- ▼ TVI**  
 08.30 Animação  
 11.00 Tiro e Queda  
 12.15 112  
 13.00 TVI Jornal  
 14.00 Chiquititas  
 15.30 Batatoon  
 18.30 Olho Vídeo  
 19.15 Mulheres de A a Zé  
 20.00 Jornal Nacional  
 21.00 Olhos de Água  
 21.30 Tem a Palavra a Revista  
 00.30 Ally McBeal  
 01.30 Última Edição  
 02.20 Line's  
 02.50 Profiler

- 01.00 Departamento de Homicídios  
**▼ SIC**  
 08.00 Buééré  
 10.00 SIC 10 Horas  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.10 A Próxima Vítima  
 15.30 A Viagem  
 16.40 Malhação  
 17.40 Estrela-Guia  
 18.45 Um Anjo Caiu do Céu  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 O Bar da TV  
 23.00 Porto dos Milagres  
 24.00 Noites Marcianas  
 02.00 Noites Longas  
 05.00 Portugal Radical

- ▼ TVI**  
 08.30 Animação  
 11.00 Tiro e Queda  
 12.15 112  
 13.00 TVI Jornal  
 14.00 Chiquititas  
 15.30 Batatoon  
 18.30 Olho Vídeo  
 19.15 Mulheres de A a Zé  
 20.00 Jornal Nacional  
 21.00 Olhos de Água  
 21.30 Super Pai  
 22.00 Olhos de Água  
 22.30 Tic Tac Milionário  
 22.45 Olhos de Água  
 23.00 Passageiro 57  
 23.45 Última Edição  
 00.35 «Passageiro 57» (de Kevin Hooks, EUA/192, com Wesley Snipes, Bruce Payne. Comédia)  
 02.35 Line's  
 03.05 Profiler

**TVisto**  
 Correia da Fonseca

**Os surpreendidos**

Foi, como se sabe, há poucos dias: de repente, os deputados da República descobriram com ânimo indignação não apenas que a TV existe em Portugal, pois disso já tinham tido fugazes e esparsas luzes, mas também que a TV existente é nociva, reles e escandalosa. Na sua maioria descobriram-na com óbvia surpresa, e isto de tal modo que o dr. Durão Barroso anunciou a paternidade de uma nova Lei da Televisão que, tanto quanto é avaliável pelo que disse, acabará com estas poucas-vergonhas e presumivelmente com as outras. Isto porque talvez o dr. Durão tenha agora descoberto também, quem sabe?, que o péssimo na televisão que é o quotidiano

emociona o próprio episcopado, o que não é brinquedo. Quanto a este ponto, vale a pena registar um caso complementar e esclarecedor. Como se saberá, uma outra residente do «Bar», Ana Raquel de sua graça, insofrida de saudades do seu namorado, introduziu-o na zona reservada aos residentes para ali o «conhecer», como se diria em linguagem bíblica. Foi imediatamente expulsa pela organização, aliás com a sua inteira concordância e de acordo com esta excelente razão: neste tipo de programas que são meras variantes do «Big Brother» original, é permitido e até recomendado que uma jovem faça amor com um sujeito que dois ou três dias antes nunca vira, mas é inadmissível que o faça com o seu parceiro habitual. Foi por esta altura que Ediberto, o talentoso realizador do «Bar», afirmou solenemente que nunca faria um programa que agredisse a instituição familiar. Como eu o compreendo, caramba! E como me maravilha a fundamental convergência de palavras entre ele, Ediberto Lima, e alguns destacados elementos do episcopado portugueses, finalmente despertos e indignados perante a intervenção anti-social que a TV está a ter.

**A irresistível vocação**

Contudo, nem toda a gente entende que só agora, com «O Bar da TV», o cano rebentou e o esgoto corre a céu aberto: na sua justíssima, e portanto menosprezada intervenção na Assembleia da República, António Filipe fez o diagnóstico certo ao lembrar que tudo começou, com carácter de inevitabilidade, quando foi decidido entregar boa parte da TV portuguesa à lógica privada de maximalização dos lucros e de guerra por mercados. Com isso, o deputado correu o risco de levar roda de fundamentalista e de coisas ainda piores, mas já se sabe que comunista é mesmo para ter coragem. É claro que, tanto quanto eu tenha dado por isso, ninguém deu sinal de o ter ouvido, muito menos de lhe reconhecer a razão, e eu compreendo: os grandes patrões, que são os «big brothers» da vida real, não gostariam e, como luminosamente disse Teresa Guilherme, «quem tem ética passa fome». E, «contudo, ela move-se», isto é, a iniciativa privada entregue apenas a si própria, detendo o controlo das efectivas alavancas dos poderes, tem a irresistível vocação de reduzir tudo à condição de chafurdo desde que isso lhe seja rendável. Quanto ao esforço do dr. Durão Barroso no decerto difícil labor de redigir uma nova Lei da Televisão, foi decerto um bonito gesto mas, embora doa dizê-lo, um gesto inútil. Porque já há uma Lei de Televisão que não é má, o que nunca foi é aplicada e talvez fosse boa ideia fazê-lo. Talvez então os Rangéis e similares percebessem que até a TV tem de ter regras e limites, deveres e justificação pela utilidade social. E não se pode experimentá-lo?

alimento cultural (lato senso, naturalmente) dos lares portugueses não se situa apenas naquela coisa intitulada «O Bar da TV». Aliás, se o dr. Durão e todos os outros Durões que por aí pululam ficaram agora surpresos, há-de ter sido porque, coitados, nunca tiveram tempo para ler alguma crítica de TV que por aí ainda resiste em jornais não-institucionais. Ou, porventura, leram-na, sim, ou dela tomaram vago conhecimento por terceiros, mas logo adoptaram o entendimento que aquilo seria trabalho de marxistas-leninistas empedernidos, de estalinistas perigosíssimos. De outro modo a surpresa não teria sido nenhuma porque esses tais, sem dúvida animados por inconfessáveis intenções, há anos andam a dizer que a televisão que temos, ou melhor, que uns tantos importantíssimos senhores têm, está há muito a navegar num charco que é mistura de lixo, cifrões e patranhas, com uma florzinha ou outra para disfarçar. E que, a permitirem-lhe que prossiga a mesma rota, ainda não é com «O Bar da TV» que se considera no ponto-limite. É claro, o dramático episódio havido com a Margarida e os seus pais envolveu, parece, a estabilidade de uma família, e isso é caso que não apenas salta aos olhos dos que ainda se aplicam a fazer crítica de televisão como até

## A talhe de foice

• Henrique Custódio

### O prudente

«Face à situação do país, o bom senso aconselhava que se repensasse a realização do Euro-2004 em Portugal», debitou Cavaco Silva para a televisão, no passado fim-de-semana.

É uma proposta extraordinária.

Portugal bateu-se quase histericamente para ser escolhido como anfitrião do Euro-2004. Todos os poderes e poderosos da época venderam ao país a ideia de que estávamos perante um designio nacional e o produto foi tão bem aceite, que o Estádio do Jamor se encheu em 24 de Julho de 1999 com 34.309 cidadãos que, voluntariamente, se prestaram a cobrir um hectare de relvado para formar um logotipo humano que convencesse a Europa do nosso entusiasmo. Cerca de três meses depois (12 de Outubro), a Europa convenceu-se e aceitou-nos, celebrando com Portugal um negócio de centenas de milhões de contos, sob compromisso da realização portuguesa de um evento que mobiliza a alta-rodada de todo o futebol europeu. Portugal assumiu, eufórico, a grave responsabilidade dessa realização e poderes e lideranças bruniram de imediato a ideia – agora feita realidade – para nela espelham o orgulho pátrio e, no reflexo, arrecadarem mais-valias eleitorais.

É este compromisso há dois anos celebrado com dezenas de países que, no «bom senso» do professor de Boliqeime, podia e devia ser imediatamente anulado.

Mais extraordinário ainda foi ninguém ter reagido a tal proposta.

Jornais, jornalistas, noticiários, comentadores, tudo e todos preferiram concentrar-se na excitante aferição das mossas que, no seu entender, esta peroração de Cavaco forçosamente havia de infligir ao Governo do PS.

Os próprios governantes rosa, sempre atarantados a apagar faúlhas, encovillaram-se na verborreia e nem repararam que o professor lhes oferecia o flanco, quando supunha atacá-los de frente.

Na verdade, se é moral e juridicamente inaceitável qualquer cidadão considerar a quebra de compromissos assumidos como uma forma de solucionar problemas (tão inadmissível que a moral lhe chama vigarice e a lei considera-a crime), que dizer de um ex-primeiro-ministro a propor que o seu país, para safar dificuldades de gestão, desonre uma responsabilidade assumida com dezenas de Estados e testemunhada pelo mundo inteiro?

Além do mais, se assim pensava, então por que não ergueu o professor a sua douda voz quando foi lançada a candidatura ao Euro-2004? O que o impediu, na altura, de advertir os portugueses sobre o descalabro, visto que desse descalabro tinha já tão aguda consciência?

Mas se apenas hoje Cavaco assim pensa, como pode sequer imaginar – quanto mais sugerir! – que a solução está no rompimento do compromisso? O homem que se gabava de ter posto Portugal «no pelotão da frente», que reivindicava para o seu Governo a qualidade de «bom aluno» das determinações de Bruxelas, defende agora que a República vigarize os seus parceiros da União Europeia, se comporte como um Estado fantoche e lance o país no descrédito?

A história política de Cavaco Silva é uma jornada de prudência. Até ao 25 de Abril andou prudentemente a tratar da vida e nenhuma luta o conheceu. Nos anos quentes da Revolução seguiu os líderes que admirava – ao que consta, Francisco Sá Carneiro –, mas a uma distância tão prudente que também nunca se deu por ele. Assistiu prudentemente a anos de luta fratricida no seu partido sem se comprometer, até se pôr à estrada para receber a liderança de bandeja das mãos de um congresso exausto. A lotaria deu-lhe o governo do País durante 10 anos até, prudentemente, abandonar tudo e todos quando a derrota assomou no horizonte. Visou a Presidência da República mas, sempre prudente, garantiu para si uma retirada expedita e para os correligionários o ónus da derrota. Calado durante anos, Cavaco regressa agora prudentemente oportuno a bater num Governo em queda.

Na sua prudência, Cavaco sugere ao PS que abandone o Euro-2004 e enxovalhe o País. Olhando para o seu prudente trajeto de líder, Cavaco deve estar mais uma vez à espera dos salvados.

## Comissão Europeia responde a Ilda Figueiredo PAC sai cara

Em dez anos, Portugal perdeu cerca de 400 milhões de contos para a Política Agrícola Comum, o que significa que cada português pagou mais de 52 contos.

Na apresentação do segundo relatório da coesão, a Comissão Europeia confirmou que, em 1998, Portugal foi contribuinte líquido da PAC, em cerca de 22 milhões de contos. Dadas as interrogações e dúvidas que a matéria suscita, a deputada do PCP no Parlamento Europeu endereçou uma pergunta escrita à Comissão.

Foi em resposta a Ilda Figueiredo que a CE veio agora confirmar que Portugal tem sido contribuinte líquido da PAC desde 1989,

**Portugal é o único país da coesão que paga para a PAC**

com excepção dos anos de 1995 e 1996. Uma nota do gabinete de imprensa dos eurodeputados do PCP revelou anteontem que, segundo a Comissão, naqueles dez anos Portugal perdeu, em termos de transferências líquidas, cerca de 400 milhões de contos, que reverteram para a agricultura da Irlanda, da Grécia, da Dinamarca,

de Espanha e da França. Isto, salientam os comunistas portugueses, «apesar de ser um dos países menos desenvolvidos da UE e um daqueles em

que o sector tem maior peso socioeconómico, nomeadamente ao nível do emprego (cerca de 9 por cento do emprego agrícola na UE)».

No cálculo de contribuinte líquido, a CE «teve em atenção os efeitos e os resultados das trocas comerciais agrícolas, onde Portugal é claramente perdedor, podendo-se mesmo observar um aumento das importações e do défice alimentar», refere a nota, adiantando que, «se tivermos em conta a contribuição líquida por habitante, cada português pagou, no mesmo período, cerca de 52 contos para a PAC».

O PCP salienta que Portugal «é o único país da coesão na situação de contribuinte líquido, sendo os restantes amplamente beneficiários».

Na nota de imprensa, os eurodeputados do Partido recordam que «o sector agrícola português encontra-se em crise» e que «o impacto da adesão, das sucessivas reformas da PAC (em 1992 e 1998) e a liberalização das trocas comerciais agrícolas intra e extracomunitárias ajudaram a explicar um cenário onde, entre 1990 e 1998, desapareceram mais de 30 por cento das explorações agrícolas e 20 por cento dos postos de trabalho», a par de uma queda de 20 por cento no rendimento agrícola desde 1997.

Os comunistas afirmam que, para tal cenário, contribuiu a desigualdade da distribuição das ajudas da PAC, a nível dos diferentes países, produções e produtores.

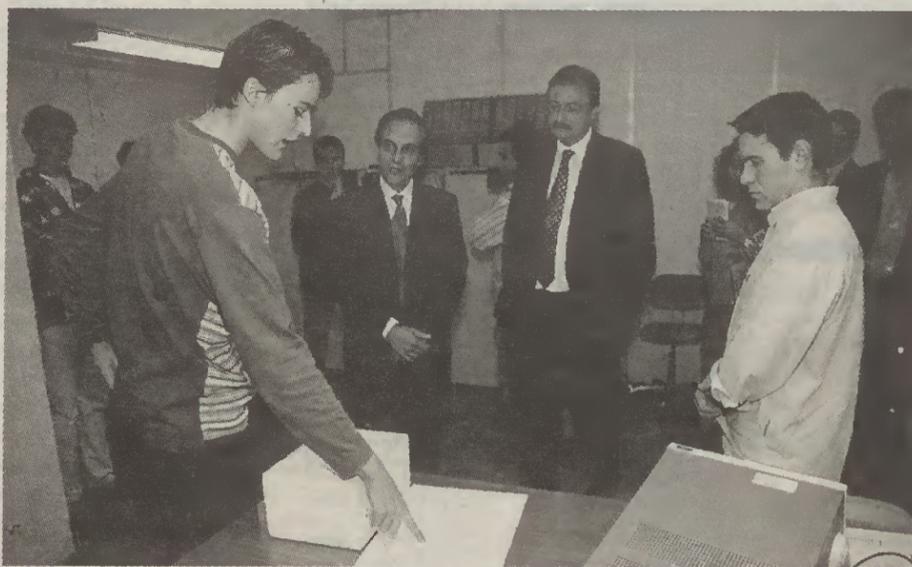
## Carvalhas solidário em defesa da EPPET

O secretário-geral do PCP visitou anteontem a Escola Pública Profissional de Electrónica e Telecomunicações, onde ouviu pais, alunos e membros da comissão instaladora. Carlos Carvalhas, acompanhado de António Abreu – membro da Comissão Política e vereador na Câmara Municipal de Lisboa, onde tem o pelouro da Educação – e de camaradas da direcção regional do PCP, reafirmou a solidariedade dos comunistas para com a luta contra a entrega da escola a um insti-

tuto privado. A intenção de oferta da EPPET ao INETE foi declarada pelo Governo para o final do ano lectivo passado, mas a luta desencadeada pelos alunos e pais garantiu o funcionamento em 2000-2001 e já levou o Ministério a aceitar que a escola continuará pública (num regime de instalação que dura há uma década) também durante o próximo ano.

Por tradição, a EPPET realiza em Maio dois dias de «escola aberta», mostrando alguns trabalhos práticos à

população. Este ano, mais uma vez, durante segunda e terça-feira visitaram a escola de Telheiras muitas pessoas, entre as quais responsáveis de diversas empresas de telecomunicações e informática. O prestígio da EPPET, obtido sem que o Estado tenha assumido completamente os compromissos estabelecidos quando da criação da escola, reflecte-se no facto de, para cerca de 20 formandos que todos os anos concluem ali os estudos, haver uma oferta de uma centena de empregos.



O sucesso da escola assenta também na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos



## Ordem «Playa Girón» para Vasco Gonçalves

O Conselho de Estado de Cuba decidiu conceder ao general Vasco Gonçalves, por ocasião dos seus 80 anos, a Ordem «Playa Girón».

Esta é uma das mais altas condecorações atribuídas pelo Estado cubano, que é concedida a cidadãos de Cuba ou estrangeiros e a chefes de Estado e de Governo que assumam grande relevo «na luta contra o imperialismo e as forças da reacção e por grandes feitos a favor da paz e do progresso da humanidade», como refere Raúl Castro, na comunicação a que o Avante! teve acesso. O ministro cubano das Forças Armadas informou que a decisão foi tomada por proposta do Presidente do Conselho de Estado, Fidel Castro.

## Reformados com «voz activa»

Garantir «uma voz activa para os reformados e os idosos» é o objectivo da semana de acção e mobilização levada a cabo, até domingo, pela FERPA. A Federação Europeia de Reformados e Pessoas Idosas, filiada na CES, integra 41 organizações sindicais de reformados, com dez milhões de filiados. Nas reivindicações da FERPA,

divulgadas em conferência de imprensa da Inter-Reformados, com a participação do secretário-geral da CGTP, incluem-se a melhoria da Carta dos Direitos Fundamentais e respectiva integração no Tratado europeu; a fixação de um «mínimo de existência», para erradicar a pobreza que atinge muitos idosos; a manutenção dos

regimes de pensões públicos e a garantia de uma pensão mínima; a instituição de um seguro de dependência, garantia de cuidados de saúde de qualidade e de serviços ao domicílio para os idosos dependentes; a participação activa das organizações sindicais de reformados na elaboração dos planos nacionais contra a exclusão social.

